



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025/FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2025/FMS

PREÂMBULO

O Município de Ituporanga, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.640/0001-30, representado neste ato pelo Prefeito o senhor GEISON KURTZ, inscrita no CPF sob nº 007.***.***-16, e a Secretária da Saúde Sr. ALINE DE ABREU POSTAIS, inscrito no CPF sob nº 080.***.***-06, TORNAM PÚBLICO, para conhecimentos dos interessados, que se encontra aberto a Concorrência Eletrônica, na data e horário indicados, realizado em sessão pública, por meio da internet, através do site da Bolsa Nacional de Compras - <https://bnc.org.br>, fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA - EXECUÇÃO INDIRETA PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, NA FORMA SEMI-INTEGRADA – MENOR PREÇO GLOBAL, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal 0125 de 20 de outubro de 2022, do qual Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preço, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022, Lei Complementar nº. 123 de 2006, à Lei nº. 8.078 de 1990 – Código de Defesa do Consumidor e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/01/2026

Início recebimento das propostas na Plataforma: 11/11/2025 às 14h00min até as 08h30min. do dia 16/01/2026.

HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h30min (horário de Brasília) do dia 16/01/2026.

HORÁRIO DA DISPUTA: 9 horas (horário de Brasília) do dia 16/01/2026

TEMPO DA DISPUTA INICIAL 15 (quinze) minutos.

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

LOCAL: <https://bnc.org.br>

Endereço eletrônico para formalização de consulta: licitacao@ituporanga.sc.gov.br

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A **Concorrência Eletrônica** será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 Para participar da licitação se faz necessário prévio cadastro do licitante no sistema Bolsa Nacional de Compras – BNC COMPRAS. Para a realização do cadastro, deverão ser observadas as instruções constantes do **Bolsa Nacional de Compras <https://bnc.org.br>**.

1.3 Os trabalhos serão conduzidos pela comissão de contratação do Município de Ituporanga, credenciado na função de Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para os sistemas de compras eletrônicas utilizadas pela Administração Direta, disponível na Bolsa Nacional de Compras - BNC, no endereço <https://bnc.org.br>.

1.4 Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.5 Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação na Bolsa





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Nacional de Compras - BNC e as constantes deste Edital e de seus Anexos prevalecerão estas últimas.

2. DO OBJETO

2.1 ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE empresa especializada, em regime de execução indireta, na forma SEMI-INTEGRADA, sob EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, para EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A FINALIZAÇÃO DA SEDE DO SAMU (SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA). RECURSO VINCULADO. PROCESSO DIGITAL Nº 14864/2025. Relação dos itens com suas descrições, quantidades e valores máximos estão dispostas no ANEXO VI.

2.2 O prazo máximo para início dos serviços será de 05 (cinco) dias após a assinatura da Ordem de Início de Serviços. Execução e entrega total do objeto do presente Edital é de 04 (quatro) meses de acordo com o previsto no cronograma físico financeiro e será contado a partir **da data da assinatura da ordem de serviços.**

2.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço **GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

2.4.1 ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;

2.4.2 ANEXO II – Minuta do Contrato;

2.4.3 ANEXO III – Modelo de Declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº.9.854/99);

ANEXO IV – Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso I do artigo 63 da Lei nº. 14.133/2021);

2.4.4 ANEXO V – Modelo de Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº. 11.488, de 2007.

2.4.5 ANEXO VI – Termo de Referência, Relação dos Itens, descrições, quantidades, valores.

2.4.6 ANEXO VII – Folha para Elaboração do Contrato.

2.4.7 ANEXO VIII – Cronograma físico financeiro, BDI e Memorial Descritivo.

2.4.8 ANEXO IX – Mapeamento de risco.

2.4.9 ANEXO X – Matriz de Alocação de Riscos.

3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

3.1 Os órgãos gerenciadores serão a **Secretaria de Urbanismo e Secretaria de Saúde.**

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1 O processamento desta licitação será realizado sempre em **SESSÃO PÚBLICA ONLINE** via site <https://bnc.org.br>, sendo iniciada na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo, nos termos fixados neste Edital e seus anexos.

4.2 Poderão participar desta concorrência os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

4.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.11 Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

4.6.12 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

4.6.13 Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.6.14 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

4.7 O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10 O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.12 A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.13 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.14. A obtenção de benefícios a que se refere o item 4.13 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a empresa apresentar declaração de observância desse limite na licitação previsto no art. 4º § 2º da Lei nº 14.133/2021.

4.15 Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá ser apresentada também a certidão expedida pela Junta Comercial ou Pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME ou EPP, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua apresentação, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº. 123 de 2006, e declaração de enquadramento em conformidade com o artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, (alterada pela Lei Complementar 147/2014), afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, (alterada pela Lei Complementar 147/2014), devidamente assinada pelo Representante Legal da empresa,





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

conforme modelo que segue em anexo ao Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO:

5.1 Para fins de participação nesta **Concorrência Eletrônica**, os interessados deverão obter da Bolsa Nacional de Compras - BNC mencionada neste Edital, o login pessoal de acesso ao sistema.

5.2 O processo de credenciamento será iniciado pelo interessado, através da Bolsa Nacional de Compras, no endereço <https://bnc.org.br>.

5.3 Em caso de dificuldade no credenciamento junto ao sistema acima, os licitantes deverão entrar em contato com a Bolsa Nacional de Compras – BNC, fone/ Whatsapp: 42 30264550 e/ou com o Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ituporanga, fone: 47-3533 1211, e-mail: licitacao@ituporanga.sc.gov.br.

5.4 Por ocasião do credenciamento junto ao provedor do sistema, o interessado deverá comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos inerentes ao certame.

5.5 Os interessados ainda não credenciados no sistema eletrônico deverão providenciar o credenciamento preferencialmente no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data limite de apresentação das propostas iniciais.

5.6 Os interessados poderão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os atos e operações nos sistemas de compras eletrônicas utilizados nas licitações.

5.7 O sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações.

5.8 O login e a senha poderão ser utilizados conforme Plano de Adesão efetuada pelo Licitante, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC ou do Município de Ituporanga, devidamente justificado.

5.9 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Ituporanga e a BNC a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.10 Qualquer declaração, informação ou documento falso anexado ao sistema sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste edital, sem prejuízos de eventuais consequências de natureza civil e criminal.

5.11 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a Concorrência Eletrônica.

5.12 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.

5.13 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.14 Recomendamos obter junto a Bolsa Nacional de Compras – BNC, fone: 42 30264550 e/ou Celular/Whatsapp: (41) 99136-7677 telefones do suporte ao fornecedor, outras informações sobre o processo de credenciamento no sistema de compras eletrônica.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (BNC), proposta com a descrição do objeto ofertado, marca e o preço (conforme o caso) até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da **Concorrência Eletrônica**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos anteriormente inseridos no sistema.

6.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.6 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

6.7 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca (quando for o caso);
- c) Fabricante (quando for o caso);
- d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência **ANEXO VI**

7.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

7.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas vigentes, quando participarem de licitações públicas.

7.7 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

8.2 O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

8.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

8.8 O lance deverá ser ofertado **GLOBAL**.

8.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.10 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.11 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

8.12 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.13 Será adotado para o envio de lances na **Concorrência Eletrônica** o **MODO DE DISPUTA “ABERTO E FECHADO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.15 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.16 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.18 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.19 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.20 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.21 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da **Concorrência Eletrônica**, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

8.23 O Critério de julgamento adotado será o menor preço **GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.24 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta cadastrada.

8.25 Uma vez encerrada a etapa de lances, será verificado o porte da entidade empresarial, conforme cadastro prévio realizado pelo licitante. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

8.26 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.27 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.28 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.29 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.30 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.31 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.32 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.33 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, de acordo com o artigo 61, da Lei nº 14.133, de 2021

8.34 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.35 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificando que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço inexequível.

9.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preço GLOBAL ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, nos termos do artigo 59, III e §3º, da Lei Federal 14.133/2021.

9.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.5 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

a) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor estimado GLOBAL;

b) No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (Art. 59, Inciso V § 4º).

c) Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei (Art. 59, Inciso V § 4º).

d) Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia (Art 96 da Lei 14.133/2021):

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

9.5.1 Nos termos do art. 96, § 3º da Lei nº 14.133/21, poderá ser exigida a prestação de garantia para a execução do contrato, conforme previsão neste Edital. O licitante vencedor deverá optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização. Caso opte pelo seguro-garantia, deverá prestar a garantia no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, sob pena de sanções previstas no Edital e na legislação vigente. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem da Administração ou por inadimplemento desta, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou endossar a apólice até a ordem de reinício da execução ou regularização do pagamento.

9.6 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.7 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8 O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.10 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.11 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

9.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema e envio da ata de julgamento das amostras aos e-mails cadastrados no processo licitatório.

9.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.16 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.17 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.18 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.19 O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.20 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação.

9.21 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características dos aparelhos, tais como marca, modelo, tipo, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.22 O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo bem não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9.23 Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

9.24 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.25 Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.26 O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta a licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.27 Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.29 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.30 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO:

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.2 Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis); Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep); e, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNJ, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.6 O licitante será convocado para manifestação previamente a sua desclassificação.

10.7 Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.8 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.9 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.11 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.12 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.13 Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.14 - Habilitação jurídica:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que tratao art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

10.15 - Regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**).

b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante.
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante.
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- f) Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

10.16 Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor.

10.17 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.18 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.19 - Qualificação Econômico-Financeira:

- a) **Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação.
- b) Para licitantes de outros estados, verificar na certidão a exigência de documentação complementar para validação.
- c) O licitante que esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar autorização do juízo competente para sua participação em processo licitatório.

d) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis

d.1. O licitante deverá apresentar o **Balanço Patrimonial**, a **Demonstração do Resultado do Exercício** e demais demonstrações contábeis dos **dois (02) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme o **artigo 69, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, devidamente assinadas pelo **representante legal da empresa** e por **profissional de contabilidade regularmente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade (CRC)**, admitida assinatura digital com certificação no padrão da **Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)**.

d.2. A apresentação das demonstrações contábeis deverá ocorrer da seguinte forma:
a) Quando a empresa for **obrigada à Escrituração Contábil Digital (ECD)**, integrante do **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED Contábil)**, deverão ser apresentados o **recibo de entrega da ECD** referente aos exercícios exigidos e, quando aplicável, o **termo de autenticação** emitido pelo próprio sistema.

b) Quando a empresa for **dispensada da Escrituração Contábil Digital (ECD)**, deverá apresentar as demonstrações contábeis na forma impressa, **assinadas pelo representante**





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

legal e pelo contador responsável, ficando **dispensada** a indicação do número do Livro Diário, do número de registro na Junta Comercial e da numeração das folhas, por se tratar de formalidade superada pela escrituração contábil digital atualmente adotada.

d.3. Índices econômico-financeiros mínimos e máximos exigidos:

Com base nos dados do Balanço Patrimonial apresentado, deverão ser apurados e demonstrados, em planilha própria com memória de cálculo, os seguintes índices:

AD

LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: ----- = *índice mínimo: 0,05*

PC

AC

LIQUIDEZ CORRENTE: ----- = *índice mínimo: 1,00*

PC

AC + ARLP

LIQUIDEZ GERAL: ----- = *índice mínimo: 1,00*

PC + PELP

PL

GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS: ----- = *índice mínimo: 1,00*

PC + PELP

PC + PELP

GRAU DE ENDIVIDAMENTO: ----- = *índice máximo: 0,51*

AT

Legenda:

- **Ativo Circulante (AC):** recursos de curto prazo, como caixa, bancos, estoques e contas a receber.
- **Ativo Disponível (AD):** valores imediatamente disponíveis, como caixa e bancos.
- **Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP):** direitos que serão realizados após o término do exercício seguinte.
- **Passivo Circulante (PC):** obrigações exigíveis até o final do exercício seguinte.
- **Passivo Exigível a Longo Prazo (PELP):** obrigações com vencimento superior a um exercício.
- **Ativo Total (AT):** soma de todos os ativos da empresa.
- **Patrimônio Líquido (PL):** diferença entre o ativo total e o passivo total.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

d.4. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancete de verificação ou balanço provisório, podendo o balanço ser atualizado por índices oficiais quando estiver encerrado há mais de três (03) meses da data de apresentação da proposta.

d.5. Empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação, podendo substituir as demonstrações contábeis pelo Balanço de Abertura, devidamente registrado e assinado.

d.6. Se a pessoa jurídica tiver sido constituída há menos de dois (02) anos, a exigência das demonstrações contábeis limitar-se-á ao último exercício social encerrado.

d.7. Os índices econômico-financeiros ora exigidos são os indicadores adotados pelo Município de Ituporanga/SC, justificados pelos princípios da prudência e da segurança jurídica da contratação, considerando a responsabilidade solidária da Administração Pública em caso de inadimplemento de obrigações trabalhistas pela contratada, conforme entendimento consolidado dos Tribunais Superiores.

d.8. Quando o edital for publicado antes do término do prazo legal de encerramento ou aprovação das demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior, não será exigida a sua apresentação, permanecendo válidas as demonstrações do exercício precedente até o cumprimento dos prazos societários legais.

Nota explicativa – prazos societários e contábeis:

Para fins de habilitação econômico-financeira, considera-se que, nos termos do Código Civil (art. 1.078) e da Lei nº 6.404/1976 (art. 132), as Sociedades Limitadas e as Sociedades Anônimas devem aprovar as demonstrações contábeis do exercício até o 4º (quarto) mês subsequente ao seu encerramento. Assim, para exercícios encerrados em 31/12, o prazo-limite de aprovação é, em regra, 30 de abril do ano seguinte.

Desse modo, quando o edital for publicado antes desse prazo, não será exigida a apresentação do balanço do exercício imediatamente anterior, permanecendo válidas as demonstrações do exercício precedente até o cumprimento dos prazos societários.

A Escrituração Contábil Digital (ECD), integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), tem prazo anual de entrega definido pela Receita Federal (geralmente até o final de maio/junho, conforme ato vigente), servindo como meio de comprovação quando a empresa estiver obrigada à sua apresentação.

Para Microempreendedor Individual (MEI), aplica-se o tratamento jurídico próprio; contudo, a participação em licitação sujeita-se às regras de habilitação econômico-financeira previstas no edital, observada a legislação aplicável.

10.20 - Qualificação Técnica:

a) Certidão de registro da Empresa expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – **CREA**, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – **CAU** do Estado da sede do licitante, dentro do seu prazo de validade, que comprove o exercício de atividades relacionadas com o objeto desta licitação (**Pessoa Jurídica**), e a Certidão de registro do Engenheiro responsável pela empresa expedida pelo Conselho Regional de





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do Estado da sede do licitante, dentro do seu prazo de validade (**Pessoa Física**);

b) Atestado de capacidade técnica do profissional pertencente ao quadro técnico da empresa licitante, devendo o atestado conter o nome, o endereço e o telefone de contato do atestante ou qualquer outra forma de que o município possa valer-se para manter contato com a empresa declarante, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, original ou cópia autenticada, expedido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, **devidamente registrado nas entidades profissionais competentes**, acompanhado da respectiva certidão de Acervo Técnico — CAT, comprovando que o licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica** por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação vedado as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

c) O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser **comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da assinatura do contrato**, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.

c₁) O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

c₂) No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas.

c₃) Não serão aceitos atestados e/ou Certidões de Acervos parciais, referente a obras e/ou serviços em andamento.

10.21 - Documentos complementares:

a) Declaração de que a empresa **não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores**, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.

b) Declaração que **cumpra os requisitos de habilitação**, conforme modelo anexo a este Edital.

c) Folha para elaboração do contrato devidamente preenchida conforme modelo **ANEXO VII**.

d) Declaração de enquadramento de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Micro-empendedor Individual (MEI), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela LC nº 147/2014, (**Anexo V**). (PARA MICRO EMPRESAS OU EPP);

e) **Declaração** subscrita por seu responsável legal, sob as penas cabíveis, de **que dispõem de instalações, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado** necessário ao cumprimento do objeto deste Edital;





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

f) Declaração subscrita por seu responsável legal, declarando que o licitante através de seu responsável técnico efetuou **vistoria completa nos locais dos serviços**, responsabilizando-se pelo levantamento dos dados quantitativos e qualitativos e pela conferência de medidas nos locais, necessários para o total conhecimento de todas as particularidades dos serviços e obras de engenharia a serem efetuadas, não sendo aceitas, para efeitos legais, posteriores alegações de desconhecimento dos mesmos, decorrente de erros ou imperícias no levantamento executado, conforme Acórdão 291/2016 do TCU - (TCU, Acórdão nº 291/2016, Plenário, Rel. Min. Ana Arraes, j. em 17.02.2016.

g) Declaração emitida pela empresa atestando que a empresa **não possui em seu quadro societário servidor público** da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta na legislação (pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria e assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na LDO vigente da época da contratação, comprovadas pelo Município), sendo de inteira responsabilidade do Município a fiscalização dessa vedação (Art. 18, XII, Lei 13.408/2016), (Meio Físico e Aba "Processo de Execução" da Plataforma +Brasil);

h) Declaração de que **cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência** e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

i) Caso a empresa pretenda utilizar benefícios concedidos para as ME/EPP deverá apresentar Certidão simplificada do enquadramento de ME/EPP expedida pela Junta Comercial, com prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição, conforme disposto no item 4.15 do edital.

OBS: As declarações poderão ser conjunta.

10.22 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.23 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.24 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.25 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.25.1 **Na fase de habilitação o agente de contratação, ou comissão de contratação quando o substituir, solicitará(ão) ao licitante que ofertou o melhor lance após a disputa eletrônica na plataforma BNC, conforme previsão legal, artigo 63, inciso II da Lei 14.133/2021, no qual terão o prazo máximo de 02 (duas) horas após convocado**





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

pelo “chat” para apresentar todos os documentos exigidos no edital, sob pena de inabilitação. A documentação deverá ser anexada na plataforma BNC.

10.25.2 Os documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômica, não serão aceitos após o prazo previsto no item 10.25.1, no caso de empresa não ter inserido na plataforma ou ter inserido por equívoco documento diverso ao exigido no edital.

10.26 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme previsto no artigo 64 da Lei 14.133/21 e IN 73/2022, art. 39, §4º, assim previsto:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- c) Os documentos previsto no Edital como Documentos Complementares (declarações folha de elaboração do contrato, que de acordo com o TCE/SC, recomenda o agente de contratação conduza seus atos baseados no formalismo moderado, nesse sentido, ainda que não apresentada quaisquer declarações, a Administração, para evitar a perda de uma proposta vantajosa, sob a égide da eficiência, e em atenção aos fins do procedimento licitatório, tem o poder dever de realizar diligencias para suprir a omissão do interessado.

10.27 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.28 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital

10.29 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos (Qualificação Técnica), o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.30 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.31 Em havendo inabilitação haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.32 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.33 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.34 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação, no sistema eletrônico e deverá:

a) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante (quando necessários), vinculam a Contratada.

11.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor Global em algarismos e por extenso.

11.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço Global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.8 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS:

12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3 Nesse momento o Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

12.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.4 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO NA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (BNC), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO GLOBAL**, desde que atendidas às exigências deste Edital.

14.2 A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

15.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura do Contrato.

15.2 O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

15.3 No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a do Contrato, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o contrato.

15.4 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.5 O órgão gerenciador encaminhará cópia da Ata aos órgãos participantes, se houver.

16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

16.1 O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, quando cabível, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Os preços contratados têm como referência a **tabela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil**, utilizada na elaboração da planilha orçamentária que fundamenta esta licitação.

16.3. O preço contratado poderá ser reajustado após transcorrido o período de **12 (doze) meses**, contados da **data-base SINAPI** utilizada na planilha orçamentária.

16.4. Após a aplicação do reajuste, o novo valor permanecerá vigente e será praticado pelo período subsequente de **01 (um) ano**, sem aplicação de reajuste adicional nesse intervalo, podendo o procedimento ser repetido sucessivamente enquanto perdurar a vigência do contrato.

16.5. O reajuste será formalizado por meio de **apostilamento**, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

17. ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E REAJUSTE DE PREÇOS:

17.1 Nos termos do Capítulo VII da Lei nº 14.133/21, os contratos administrativos poderão ser alterados nos casos previstos em lei, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro e a adequada execução do objeto contratado.

17.2 As alterações contratuais poderão ocorrer nas seguintes hipóteses:

a) Modificação unilateral pela Administração Pública – Quando necessária para adequação do objeto contratado a alterações de projeto ou especificações técnicas, por motivos de interesse público; ou quando for indispensável para a modificação do valor contratual em razão de acréscimos ou reduções quantitativas do objeto dentro dos limites legais.

b) Modificação por acordo entre as partes – Quando necessária para corrigir falhas ou omissões no contrato; modificar a execução contratual por fatos supervenientes; ou para repactuação de preços, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro diante de eventos imprevisíveis ou de força maior que impactem os custos da execução.

Os reajustes de preços poderão ocorrer conforme previsto no contrato e no edital, observando-se:





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

a) Reajuste por índices – Aplicação de índices de correção monetária após período mínimo de 1 (um) ano da data da proposta ou do último reajuste, conforme critérios estabelecidos no contrato.

b) Repactuação – Permitida para contratos de prestação de serviços contínuos, desde que demonstrada a variação dos custos da execução, observada a periodicidade mínima de um ano.

c) Reequilíbrio econômico-financeiro – Aplicável em casos excepcionais, quando fatores imprevisíveis ou de força maior impactarem os custos da execução, exigindo ajuste nos preços para preservar a equação econômico-financeira inicial.

17.3 Qualquer alteração contratual deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, salvo nos casos de reajuste por índices previamente estabelecidos, que poderão ser realizados por simples apostilamento.

18. DA CONTRATAÇÃO:

18.1 A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2 As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital, na minuta do Termo Contratual, no Projeto Básico, Projeto Executivo, Memorial Descritivo e no Estudo Técnico Preliminar.

18.3 A empresa vencedora deverá assinar o “Termo de Contrato,” no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o seu envio;

18.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas

18.5 Quando a Proponente Vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato (ou retirar o instrumento equivalente), serão convocadas as demais Proponentes classificadas na ordem de classificação;

18.6 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura;

18.7 A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a Legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na Licitação;

18.8 Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta Vencedora e seus Anexos, bem como os demais elementos concernentes à Licitação que servirem de base ao Processo Licitatório;

18.9 Caberá à CONTRATANTE providenciar a publicação do Extrato do Contrato.

18.10 A subcontratação do objeto do contrato será permitida nas seguintes condições:

a) Subcontratação Permitida: A subcontratação de serviços ou fornecimentos é permitida apenas mediante prévia e expressa autorização da Administração Contratante.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

b) Condições para Subcontratação: A subcontratação estará sujeita às seguintes condições:

I - A contratada deverá demonstrar que a subcontratada possui a qualificação técnica e os requisitos de habilitação necessários para a execução do objeto subcontratado.

II - A subcontratada deverá cumprir todas as condições contratuais aplicáveis ao objeto subcontratado.

III - A responsabilidade pela execução dos serviços ou fornecimentos subcontratados continuará a ser da contratada principal.

c) Limite de Subcontratação: A parcela subcontratada não poderá exceder 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, garantindo que a contratada principal mantenha a responsabilidade técnica e gerencial sobre a execução global do contrato.

d) Proibições: Não será permitida a subcontratação total do objeto do contrato. A subcontratação parcial deverá obedecer ao limite mencionado na alínea "c".

e) Fiscalização e Controle: A Administração Contratante terá o direito de fiscalizar a execução dos serviços ou fornecimentos subcontratados, devendo a contratada principal fornecer todas as informações e documentos necessários para essa fiscalização.

f) Rescisão: O descumprimento das condições estabelecidas para a subcontratação poderá resultar na rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

g) Responsabilidade Solidária: A contratada principal será solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da execução dos serviços ou fornecimentos subcontratados.

18.10.1 Critérios para Subcontratação: Poderão ser subcontratados serviços especializados que exijam mão de obra específica ou equipamentos diferenciados, tais como:

- a) Fabricação e Instalação de Esquadrias de Alumínio;
- b) Fabricação e Instalação de bancadas de Granito;
- c) Concreto Usinado;
- d) Fabricação e Instalação de Estrutura Metálica de Cobertura;
- e) Serviço de pintura em estrutura metálica;
- f) Fabricação e instalação de Calhas em aço galvanizado;
- g) Fabricação e instalação de Rufos em aço galvanizado.

Requisitos das Empresas Subcontratadas: As empresas subcontratadas deverão comprovar capacidade técnica compatível com o serviço a ser executado e atender aos critérios de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

Responsabilidade da Contratada Principal: A empresa contratada permanecerá responsável pela qualidade, segurança e conformidade dos serviços executados pelas subcontratadas, não sendo eximida de suas obrigações contratuais.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Preferência à Contratação Local: Considerando o impacto socioeconômico local, será incentivada a subcontratação de empresas sediadas no Município de Ituporanga, desde que cumpridos os requisitos de habilitação e qualificação.

Vedação à Subcontratação de Parentes: Fica expressamente vedada a subcontratação de empresas pertencentes ou administradas por cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de agentes públicos envolvidos na gestão do contrato, nos termos da legislação vigente.

Fiscalização da Subcontratação: O fiscal do contrato deverá observar rigorosamente o disposto no § 3º do Art. 122 da Lei 14.133/21, assegurando que:

- a) Os serviços subcontratados sejam executados conforme as especificações contratuais e normas técnicas aplicáveis;
- b) A subcontratada cumpra integralmente os requisitos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista;
- c) Não haja subcontratação em percentual superior ao permitido ou desvio de finalidade na execução dos serviços;
- d) Seja garantida a economicidade e a eficiência da execução da obra, sem prejuízo à qualidade e ao interesse público.

18.11 O controle e a fiscalização dos serviços subcontratados serão realizados pelo órgão gestor da obra, conforme previsto no plano de fiscalização e gestão do contrato.

19. DO PREÇO:

19.1 Os valores decorrentes desta licitação não sofrerão reajustes, salvo por força de Lei ou por interesse público.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

20.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1.1. A CONTRATANTE OBRIGAR-SE-Á:

20.1.2 A **CONTRATANTE** se obriga a proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente licitatório, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021;

20.1.3. Fiscalizar e acompanhar a realização/recebimento do objeto desta **Concorrência Eletrônica**;

20.1.4. Comunicar a **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

20.1.5. Providenciar os pagamentos à **CONTRATADA** à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas nos prazos fixados;





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

20.1.6. Emitir a Nota de Empenho, com as informações necessárias, em favor da Contratada e responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas informações contidas no Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações;

20.1.7. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a aquisição do bem;

20.1.8. Efetuar, em favor da empresa CONTRATADA o pagamento, nas condições estabelecidas no edital.

20.1.9. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato.

20.1.10. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

20.1.11. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

20.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 A CONTRATADA OBRIGAR-SE-Á:

21.1.2 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

21.1.3 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

21.1.4 Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação

21.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

21.1.6 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

21.1.7 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

21.1.8. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;

21.1.9 Efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta.

21.1.10 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios,





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

21.1.11 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

21.1.12 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

21.1.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

21.1.14 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

21.1.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

21.1.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

21.1.17 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

21.1.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

21.1.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

21.1.20 Deverá ser corrigida por conta da Contratada toda e qualquer entrega não aprovada pela fiscalização, caso as mesmas não atendam às especificações constantes deste Termo de Referência ou às normas pertinentes, ficando a Contratante isenta de despesas.

21.1.21 prestar a execução dos serviços na forma ajustada;

21.1.22 atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

21.1.23 manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as Obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.1.24 apresentar sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovam cumprir a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

21.1.25 cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais, tais como: luvas, sapatão, capacete;

21.1.26 apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no início da execução do Contrato;

21.1.27 Recolhimento do INSS da obra.

21.1.28 Recolher o ISSQN na base territorial da execução dos serviços.

21.1.29 após a Ordem de serviços a contratada deverá abrir a inscrição no CNO (Cadastro Nacional de Obras) junto ao INSS.

21.1.30 CONTRATADA responderá pela solidez e segurança dos serviços, durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

21.1.30.1 Nos termos do Art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/21, o recebimento definitivo da obra pela Administração não exime o contratado de sua responsabilidade objetiva pela solidez, segurança dos materiais e serviços executados, bem como pela funcionalidade da construção, reforma, recuperação ou ampliação do bem imóvel.

21.1.30.2 O contratado permanecerá responsável pelo prazo de 5 (cinco) anos.

21.1.30.2.1 O prazo de 5 (cinco) anos estabelecido no item anterior terá início na data da assinatura do **Termo de Recebimento Definitivo da Obra**, lavrado pelo fiscal designado pela Administração, no qual se atestará a execução da obra em conformidade com os projetos, memorial descritivo, especificações técnicas e demais exigências contratuais, bem como a inexistência de vícios aparentes.

21.1.30.3 Caso sejam identificados vícios, defeitos ou incorreções no período de responsabilidade, o contratado deverá realizar as devidas reparações, correções, reconstruções ou substituições necessárias, garantindo a integridade da obra e o atendimento às exigências de segurança e funcionalidade. O não cumprimento dessas obrigações poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, conforme estabelecido neste Edital e na legislação vigente.

21.2 DA APROVAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO

2.2.1 Em razão da adoção do **regime de execução semi-integrado**, nos termos do art. 46 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá à empresa contratada a elaboração completa do **Projeto Executivo de Engenharia**, com base nos elementos técnicos fornecidos pela Administração Pública no Termo de Referência e/ou Projeto Básico.

2.2.2 A empresa vencedora deverá apresentar à Administração o Projeto Executivo no prazo máximo de **15 dias úteis** após a assinatura do contrato, obedecendo aos padrões técnicos, normas legais vigentes e diretrizes constantes neste edital e seus anexos.

2.2.3 O Projeto Executivo somente poderá ser considerado aprovado após análise e **aprovação formal pelo Setor de Projetos de Engenharia** do órgão contratante, que terá o prazo de **15 dias corridos** para análise técnica e emissão de parecer, podendo solicitar ajustes e complementações, que deverão ser atendidos pela contratada no prazo de **7 dias corridos**.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

2.2.4 A execução da obra somente poderá ser iniciada após a aprovação expressa do Projeto Executivo pela Administração. A empresa contratada assume inteira responsabilidade técnica pela compatibilidade entre o projeto apresentado e a execução da obra.

2.2.5 Eventuais alterações no Projeto Executivo, motivadas por exigências técnicas, legais ou de interesse público, deverão ser submetidas à nova análise e aprovação do Setor de Projetos de Engenharia, sem ônus adicional à Administração, exceto nos casos em que a alteração decorra de fato imputável à Administração.

22. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

22.1. O recebimento do objeto da contratação se dará em duas etapas: **provisória e definitiva**, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.1.1. Recebimento Provisório

Será realizado imediatamente após a conclusão dos serviços, mediante termo circunstanciado, assinado por representante da Administração e pela Contratada, condicionado a:

- Verificação do atendimento às especificações técnicas previstas no projeto básico, no edital e no contrato;
- Entrega de todos os documentos técnicos, manuais, garantias e certificados exigidos no contrato;
- Regularidade fiscal e trabalhista da Contratada no momento da conclusão dos serviços;
- Entrega dos registros fotográficos e de documentação “as built” (se aplicável), atualizados e compatíveis com os serviços executados.

22.1.2. O recebimento provisório não exime a Contratada da responsabilidade pela integridade, segurança e manutenção dos serviços executados até o recebimento definitivo.

22.1.3. Recebimento Definitivo

Será realizado após o prazo de vistoria técnica e operacional estabelecido no contrato (mínimo de 30 dias), mediante emissão de termo circunstanciado, condicionado a:

- Comprovação da estabilidade, segurança e funcionalidade dos serviços realizados;
- Ausência de vícios aparentes e defeitos de execução;
- Atendimento integral às exigências contratuais e correção de eventuais pendências apontadas no recebimento provisório;
- Entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução e/ou complementação dos serviços, devidamente registrada no CREA/SC.

22.2. Critério de Aceitação do Objeto

22.2.1. O objeto da contratação será considerado aceito quando:

- Os serviços estiverem executados conforme os projetos, especificações técnicas e normas aplicáveis;
- As condições de qualidade, segurança, funcionalidade e acabamento forem comprovadamente satisfatórias pela equipe técnica da Administração;





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

- Não houver pendências ou inconformidades técnicas, legais ou contratuais.

22.2.2. Eventuais inconformidades verificadas durante o recebimento provisório ou definitivo deverão ser sanadas pela Contratada no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

22.2.3. A aceitação definitiva não exime a Contratada das responsabilidades legais e contratuais, inclusive aquelas relativas a defeitos ocultos ou vícios redibitórios, nos termos do artigo 141 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

23. DO PAGAMENTO:

23.1 O prazo para pagamento será de até 28 (vinte e oito) dias, após o boletim de medição e da apresentação da NotaFiscal/Fatura pela Contratada.

23.2 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

23.3 O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

23.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

23.5 Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

23.6 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

23.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.8 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

24.1 Os recursos para a execução do objeto da presente **Concorrência Eletrônica** serão as inseridas no quadro abaixo e a dotação orçamentária poderá ser suplementada caso haja necessidade:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
9	SECRETARIA DA SAUDE
1	Secretaria da Saúde
1009	Ampliação, Construção e Reformas de Unidades de Saúde
3449051910000000000	Obras em andamento
150010020134	Recursos 15% - Saúde

Código Dotação	Descrição
-----------------------	------------------





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Dotação Utilizada	
9	SECRETARIA DA SAUDE
1	Secretaria da Saúde
1008	Aquisição de Veículos e Equipamentos e Imóveis
3449051910000000000	Obras em andamento
271032100372	Transferência Especial dos Estados - Emendas Parlamentares Individuais - Estado/Saúde

25. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DO EDITAL E DO CONTRATO:

25.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

25.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação /a durante o certame;

25.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

25.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

25.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

25.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

25.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

25.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

25.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

25.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração ou ensejar o retardamento da execução do certame.;

25.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

25.1.5 Fraudar a licitação;

25.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

25.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

25.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

25.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

25.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

25.1.8 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

25.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

25.2.1 advertência;

25.2.2 multa;

25.2.3 impedimento de licitar e contratar e

25.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

25.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

25.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

25.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

25.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

25.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.4. A multa será recolhida em percentual de 15%, incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

25.4.1 Sem prejuízo do item anterior, poderá ser aplicada:

I - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso nos casos de não assinatura do contrato e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da proposta vencedora, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

25.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

25.6 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

25.7 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

25.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

25.9 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

25.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.11 As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas em Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

25.12 – Das Penalidades do Contrato:

25.12.1 Sanções e Penalidades Administrativas:

25.12.1.1 Conforme previsto na **Minuta Contratual** (Cláusula Décima Primeira), em conformidade com o disposto na **Lei nº 14.133/2021**, e sem prejuízo das demais sanções, caso haja **inexecução total ou parcial do contrato**, poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas, garantida a ampla defesa e o contraditório:

I – **Advertência**: aplicada nos casos de infrações de menor gravidade, visando a prevenção de reincidências;

II – **Multa**: conforme valores e critérios estabelecidos no contrato, proporcional ao descumprimento das obrigações;

III – **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública pelo prazo de até três anos, nos termos do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021;

IV – **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, nos termos do artigo 157 da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

25.12.1.2 As sanções poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, observando-se o devido processo administrativo.

26 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

26.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da **Lei nº 14.133, de 2021**, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

26.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

26.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do e-mail licitacao@ituporanga.sc.gov.br ou enviados através do sistema eletrônico (BNC) <https://bnc.org.br> devendo os mesmos serem apresentados por escrito, instruídos com os documentos necessários ao seu conhecimento devidamente anexados.

26.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

26.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

26.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

27 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

27.1 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

27.2 Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

27.4 É facultada ao Agente de Contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

27.5 No julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.6 A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

27.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.10 As normas que disciplinam esta **Concorrência Eletrônica** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.11 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo do Agente de Contratação;

27.12 Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo prevalecem a previsão do Edital.

27.13 O Edital será disponibilizado por meio eletrônico, através do site do Município de Ituporanga <https://www.ituporanga.sc.gov.br> e pelo sistema eletrônico <https://bnc.org.br>.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

bem como poderá ser solicitado através do e-mail: licitacao@ituporanga.sc.gov.br, que será atendida em até 24 (vinte e quatro) horas.

27.14 Os autos do processo administrativo permanecerão com vistas aos interessados no Portal da Transparência.

27.16 A participação no presente Procedimento Licitatório, implicará em plena aceitação aos termos, cláusulas e condições deste Edital, bem como das normas administrativas vigentes.

27.17 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 14.133, de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, atualizadas, subsidiariamente e pelos preceitos de direito público, aplicandose-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

27.18 O Foro eleito para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro.

27.19 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.20 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

27.21 Devido ao fato de o Município de Ituporanga/SC já possuir minutas padronizadas de edital dos quais já estão em consonância com Plataforma BNC, plataforma eletrônica da qual realiza os processos eletrônicos do município, verificou que seria mais prático, adaptar essas minutas já utilizadas à Lei 14.133/2021 ao invés de adotar as minutas padronizadas da AGU.

Ituporanga/SC, em 11 de novembro 2025.

GEISON KURTZ
Prefeito





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

ANEXO I

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025/FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2025/FMS**

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITUPORANGA**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

EXECUÇÃO DA SEDE DO SAMU

REQUISITANTE

Prefeitura Municipal de Ituporanga / Secretaria de Planejamento e Gestão de Obras

ABRIL / 2025





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE.....	3
3. CONTRATAÇÃO v.s. PLANEJAMENTO – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.....	4
4. SUBCONTRATAÇÃO	5
5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	6
6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO	7
7. LEVANTAMENTO DE MERCADO	8
8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	9
9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.....	11
10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS	12
11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	13
12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES	14
13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS.....	16
14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	17





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a fase de planejamento do processo licitatório, compatibilizando-se com o plano de contratações anual e as leis orçamentárias. O objetivo principal é analisar a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Atualmente, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) se encontra instalado em uma edificação antiga que não supre as necessidades peculiares ao respectivo serviço. Por exemplo, por se tratar de um serviço emergencial, torna-se necessário excepcional agilidade no atendimento de chamados. Nesse sentido, almeja-se projetar uma edificação na qual os veículos sejam estrategicamente posicionados, assim como, os cômodos, de modo que o fluxo de colaboradores beneficie a agilidade dos atendimentos emergenciais.

Também podemos ressaltar a importância de um ambiente salubre, de modo a disponibilizar um local de trabalho adequado aos colaboradores, especialmente, por se tratar de plantões com permanência de 24 horas (vinte e quatro). A nova Sede do Samu será na Rua Raulino Kretzer, próximo à Rodoviária de Ituporanga, bairro Centro, estrategicamente posicionado a fim de promover um atendimento imediato aos bairros do município.

Cabe ressaltar que a obra foi iniciada por meio do Contrato Administrativo nº 04/2024/FMS, modalidade Concorrência Eletrônica nº 02/2024/FMS, mas sofreu rescisão contratual a pedido da administração pública, mediante aplicação das penalidades contratuais. Em seguida, o referido contrato foi revogado. Diante do exposto, a conclusão da sede do SAMU torna-se necessária para proporcionar um pronto atendimento aos munícipes.

Destacamos ainda que o Projeto para execução da sede do SAMU foi planejado em duas etapas, em que a segunda etapa envolveria, principalmente, a execução do piso da garagem e a sua respectiva cobertura metálica. Nesse sentido, o planejamento do





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

presente documento visa concluir os serviços de acabamentos não realizados na Etapa 1 e realizar os serviços planejados para a Etapa 2, promovendo assim, o produto final projetado. Dessa forma, é possível assegurar as condições de uso e operação peculiares ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

3. CONTRATAÇÃO v.s. PLANEJAMENTO – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

De acordo com o Art. 12, inciso VII, da Lei 14.133/2021, os órgãos responsáveis pelo planejamento dos entes federativos poderão, a partir de documentos de formalização de demandas, elaborar um plano de contratações anual. Este plano tem como objetivo racionalizar as contratações dos órgãos e entidades, garantir o alinhamento com o planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. Apesar de não haver, no momento, um regulamento específico para um Plano de Contratações Anual, este já está sendo elaborado conforme a Portaria nº 1605, de agosto de 2024, para o Município de Ituporanga/SC. As despesas vinculadas à Secretaria requisitante estão previstas na sua organização interna para contratação anual, assegurando a continuidade e a previsibilidade das ações governamentais.

A presente contratação para conclusão da Sede do SAMU, situada na Rua Raulino Kretzer, próximo à Rodoviária de Ituporanga, bairro Centro, município de Ituporanga, apresenta pleno respaldo institucional. Esta contratação é compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), além de possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ademais, a contratação está prevista no planejamento anual de cada secretaria contratante do serviço, reforçando o compromisso da Administração Pública com a eficiência e a transparência nas suas ações.

De fato, a conclusão da Sede do Samu é uma iniciativa estratégica, que integra o planejamento anual do município e está alinhada com os objetivos de valorizar a saúde da população, por meio do aprimoramento do atendimento emergencial. Dessa forma, a qualidade de vida da população pode ser beneficiada, conforme preconizado nas diretrizes orçamentárias e nos planos de desenvolvimento municipal.

4. SUBCONTRATAÇÃO

Conforme o Art. 122 da Lei 14.133/21, poderá haver subcontratação parcial de etapas específicas da execução das obras acerca da conclusão da sede do Samu, desde que observados os requisitos legais e as diretrizes estabelecidas no edital e no contrato.

A subcontratação deverá atender às seguintes condições:

Limite de Subcontratação: A parcela subcontratada não poderá exceder 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, garantindo que a contratada principal mantenha a responsabilidade técnica e gerencial sobre a execução global do contrato.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Critérios para Subcontratação: Poderão ser subcontratados serviços especializados que exijam mão de obra específica ou equipamentos diferenciados, tais como:

- a) Fabricação e Instalação de Esquadrias de Alumínio;
- b) Fabricação e Instalação de bancadas de Granito;
- c) Concreto Usinado;
- d) Fabricação e Instalação de Estrutura Metálica de Cobertura;
- e) Serviço de pintura em estrutura metálica;
- f) Fabricação e instalação de Calhas em aço galvanizado;
- g) Fabricação e instalação de Rufos em aço galvanizado.

Requisitos das Empresas Subcontratadas: As empresas subcontratadas deverão comprovar capacidade técnica compatível com o serviço a ser executado e atender aos critérios de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

Responsabilidade da Contratada Principal: A empresa contratada permanecerá responsável pela qualidade, segurança e conformidade dos serviços executados pelas subcontratadas, não sendo eximida de suas obrigações contratuais.

Preferência à Contratação Local: Considerando o impacto socioeconômico local, será incentivada a subcontratação de empresas sediadas no Município de Ituporanga, desde que cumpridos os requisitos de habilitação e qualificação.

Vedação à Subcontratação de Parentes: Fica expressamente vedada a subcontratação de empresas pertencentes ou administradas por cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de agentes públicos envolvidos na gestão do contrato, nos termos da legislação vigente.

Fiscalização da Subcontratação: O fiscal do contrato deverá observar rigorosamente o disposto no § 3º do Art. 122 da Lei 14.133/21, assegurando que:

- a) Os serviços subcontratados sejam executados conforme as especificações contratuais e normas técnicas aplicáveis;
- b) A subcontratada cumpra integralmente os requisitos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista;
- c) Não haja subcontratação em percentual superior ao permitido ou desvio de finalidade na execução dos serviços;
- d) Seja garantida a economicidade e a eficiência da execução da obra, sem prejuízo à qualidade e ao interesse público.

O controle e a fiscalização dos serviços subcontratados serão realizados pelo órgão gestor da obra, conforme previsto no plano de fiscalização e gestão do contrato.





5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no Art. 2º, inciso VI da Lei 14.133/2021.

Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e os padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento, bem como no termo de referência.

O Projeto Executivo é elaborado com os elementos necessários e suficientes, com precisão compatível ao dimensionamento da obra, de modo a assegurar a viabilidade técnica e atender os requisitos de impacto ambiental do empreendimento.

Deverá ser apresentado na contratação da obra de engenharia:

- a) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- b) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico profissional;
- c) Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico- operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado.

Com base nos aspectos construtivos do projeto, vislumbra-se a sua caracterização como **obra comum** de engenharia visto que: i) os serviços a serem executados não são dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito; ii) existem contratações similares feita pela Administração Pública, em execução ou concluídas; iii) os métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para sua feitura são frequentemente empregados; iv) os padrões de desempenho e qualidade são aferidas através de especificações técnicas usuais (entre estas destaca-se as elaboradas pelo DNIT e NBR);

v) existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame licitatório.

O regime de execução da obra em pauta será de contratação semi-integrada.





6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

As estimativas das quantidades para a conclusão da Sede do Samu, no bairro centro, são baseadas em uma análise detalhada dos elementos necessários para a execução completa do projeto. Esta análise considera tanto as especificidades técnicas quanto as interdependências com outras contratações, garantindo uma abordagem abrangente e precisa.

Referências: A base da composição de custos é a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) referente ao mês de abril de 2025. Esta tabela fornece os preços unitários de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços, assegurando que os valores utilizados estejam atualizados e reflitam as condições do mercado.

Projetos de Engenharia: os projetos de engenharia são desenvolvidos pelo município de Ituporanga, incluindo aspectos arquitetônicos, elétricos, preventivos contra incêndio, hidráulicos e sanitários. Para suprir a ausência de um engenheiro mecânico ou engenheiro civil capacitado em realizar dimensionamento de estruturas metálicas nos quadros do município, o Projeto Executivo da cobertura da garagem será elaborado pela contratada, de modo a garantir a conformidade técnica.

Memórias de Cálculo e Documentação de Suporte: As quantidades estimadas são acompanhadas de memórias de cálculo detalhadas e documentação de suporte, proporcionando transparência e justificando as quantidades necessárias. Estas memórias de cálculo consideram as interdependências com outras contratações e a otimização dos recursos, visando a maximização da economia de escala.

Conclusão: A estimativa das quantidades para a contratação é realizada com base em dados precisos e atualizados, projetos técnicos detalhados e uma análise minuciosa das necessidades do projeto. Esta abordagem assegura que a contratação seja realizada de forma eficiente, transparente e dentro dos parâmetros orçamentários estabelecidos.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado para conclusão da Sede do Samu é fundamental para garantir a viabilidade econômica e a seleção da melhor solução disponível, considerando as especificidades do projeto e as condições do mercado. Este processo envolve uma análise detalhada das alternativas possíveis, com objetivo de identificar a solução mais eficiente e econômica para a execução da obra.

Diversas alternativas foram avaliadas quanto ao regime de execução, incluindo empreitada por preço unitário, administração contratada, empreitada por preço global e contratação semi-integrada. Após análise criteriosa, conclui-se que a contratação semi-integrada é a modalidade mais adequada para este projeto, pois a estrutura metálica da





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

garagem demandará elaboração de Projeto Executivo.

Considerações sobre o Projeto de Cobertura Metálica da Garagem: Para suprir a ausência de um engenheiro mecânico ou engenheiro civil capacitado em realizar dimensionamento de estruturas metálicas nos quadros do município, o Projeto Executivo da cobertura da garagem será elaborado pela contratada, com base no Projeto Básico fornecido pela Contratante. Esta colaboração garante o atendimento das especificações técnicas e normativas referente as instalações elétricas, assegurando a qualidade e a conformidade do projeto.

Previsibilidade de Custos: A contratação semi-integrada proporciona previsibilidade dos custos totais do projeto, uma vez que o valor é fixado no contrato. Isso permite um melhor planejamento orçamentário e evita surpresas financeiras ao longo da execução da obra.

Transferência de Riscos: Nesta modalidade, os riscos relacionados a eventuais aumentos nos custos dos materiais e serviços são transferidos para o contratado, proporcionando maior segurança financeira à Administração Pública.

Eficiência na Gestão do Projeto: A contratação semi-integrada simplifica a gestão do projeto, uma vez que a responsabilidade pela coordenação de todas as atividades e pela entrega do projeto completo recai sobre a empresa contratada. Isso reduz a necessidade de intervenções frequentes da Administração durante a execução da obra.

Transparência e Competitividade: A fixação do preço global no edital de licitação promove a transparência do processo e a competitividade entre os licitantes, garantindo que a proposta mais vantajosa seja selecionada.

Levantamento de Custos: Os custos estimados são baseados na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) referente ao mês de abril de 2025. Esta tabela é empregada a fim de obter os preços unitários de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços, assegurando a precisão e atualidade dos valores utilizados.

Conclusão: As demandas do Projeto apontam que a contratação semi-integrada é a modalidade mais adequada para a conclusão da Sede do Samu, bairro Centro, município de Ituporanga. Esta abordagem garante a previsibilidade dos custos, a eficiência na gestão do projeto e a transferência de riscos, promovendo uma contratação transparente e competitiva. Com base nos fatores expostos, a Administração Pública poderá conduzir o processo licitatório de maneira eficiente e segura, assegurando a realização da obra dentro dos parâmetros orçamentários e de qualidade estabelecidos.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação para a execução da sede do Samu, é calculada com rigor técnico, integrando diversas referências técnicas e normativas. Este processo





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

assegura que os valores utilizados sejam precisos, atualizados e compatíveis com as condições de mercado, garantindo a viabilidade econômica do projeto.

Composição de Custos: A composição dos custos é baseada na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) referente ao mês de abril de 2025. A tabela SINAPI fornece preços unitários detalhados de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços, refletindo as condições de mercado e permitindo uma estimativa orçamentária confiável.

Projetos de Engenharia: Os projetos de engenharia são desenvolvidos por servidores capacitados, alocados na Secretaria de Planejamento de Obras do município de Ituporanga, abrangendo aspectos arquitetônicos, elétricos, preventivos contra incêndios, hidráulicos e sanitários. Esses projetos proporcionam uma base técnica sólida para a estimativa dos custos de construção.

Projeto de Cobertura Metálica: Em virtude da ausência de um engenheiro mecânica ou engenheiro civil capacitado para dimensionar estruturas metálicas no quadro técnico do município de Ituporanga, o Projeto Executivo da cobertura da garagem será elaborado pela contratada, respeitando as quantidades mínimas previstas em planilha orçamentária e as especificações dos materiais estabelecidas em memorial descritivo. Portanto, caberá a empresa contratada realizar todos cálculos necessários para o dimensionamento da estrutura metálica, bem o projeto executivo, contendo todos os detalhes executivos, imprescindíveis à fase de uso e operação da edificação. Esta abordagem garante o atendimento das especificações técnicas e normativas, assegurando a qualidade e a conformidade do projeto.

Valor Global Estimado: A partir da integração das referências da tabela SINAPI e dos projetos de engenharia, a estimativa global do valor da contratação é de **R\$ 167.903,23 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e três reais e vinte e três centavos)**. Este valor abrange todos os custos relacionados à execução da obra, incluindo:

- **Projeto Executivo de Cobertura Metálica:** Custo de Elaboração do Projeto Executivo da Cobertura Metálica da garagem, inclusive ART.
- **Materiais de Construção:** Custo de aquisição de todos os materiais necessários para a obra.
- **Mão de Obra:** Salários e encargos trabalhistas dos profissionais envolvidos na construção.
- **Equipamentos:** Locação e manutenção de equipamentos utilizados na obra.
- **Serviços:** Custos de serviços especializados, como topografia, geotecnia e consultorias técnicas.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

- **Despesas Adicionais:** Custos com transporte, logística, licenças e autorizações necessárias.

Justificativa dos Valores: A utilização da tabela SINAPI e dos projetos de engenharia específicos garantem a precisão e a atualidade dos valores estimados.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A decisão sobre o parcelamento ou não da contratação para a conclusão da Sede do Samu é fundamentada em uma análise criteriosa das características do projeto e das melhores práticas de gestão de obras públicas. Após análise, conclui-se que o processo não será parcelado, adotando-se a modalidade de contratação de contratação semi-integrada. As justificativas para essa decisão são detalhadas a seguir:

Natureza do Projeto de Construção: A conclusão da Sede do Samu é um projeto de obra civil que envolve múltiplas disciplinas, como arquitetura, elétrica, preventivo contra incêndio, hidráulica e sanitária. A execução integrada de todas essas disciplinas é essencial para garantir a coesão, a qualidade e a eficiência do projeto. O parcelamento da contratação poderia gerar descoordenação entre as diferentes fases da obra, comprometendo a qualidade final e aumentando os riscos de atrasos e sobrecustos.

Eficiência na Gestão do Projeto: O regime de contratação semi-integrada, sem parcelamento, simplifica a gestão do projeto, uma vez que toda a responsabilidade pela execução completa da obra recai sobre a empresa contratada. Isso facilita a supervisão e o controle do progresso da obra, reduzindo a necessidade de intervenções frequentes da Administração Pública e melhorando a eficiência na comunicação e na resolução de problemas.

Previsibilidade e Controle de Custos: A adoção do regime de contratação semi-integrada proporciona maior previsibilidade e controle dos custos totais do projeto. Ao fixar um valor global no contrato, evitam-se variações significativas nos custos durante a execução da obra, assegurando que o orçamento inicialmente aprovado seja mantido. Essa abordagem oferece uma segurança financeira maior para a Administração Pública, permitindo um planejamento orçamentário mais preciso.

Transferência de Riscos: No regime de contratação semi-integrada, os riscos relacionados a eventuais aumentos nos custos dos materiais e serviços são transferidos





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

para a empresa contratada. Isso minimiza os riscos financeiros para a Administração, garantindo que o projeto seja executado dentro dos parâmetros estabelecidos no contrato, independentemente de flutuações de mercado ou outros imprevistos.

Integração das Etapas do Projeto: A execução integrada das diferentes etapas da obra, sem parcelamento, assegura a continuidade e a coesão do projeto. Todas as atividades, desde a demolição até os acabamentos finais, são coordenadas pela mesma empresa, garantindo que os padrões de qualidade sejam mantidos ao longo de todo o processo. Isso é particularmente importante em projetos de reforma, onde a integração dos serviços será crucial para o bom funcionamento da edificação.

Simplificação do Processo Licitatório: A não realização do parcelamento simplifica o processo licitatório, reduzindo a quantidade de documentos e procedimentos necessários para a contratação. Isso acelera o início das obras e diminui a carga administrativa sobre os órgãos responsáveis, permitindo uma alocação mais eficiente dos recursos humanos e materiais.

Conclusão: Diante das características do projeto e das melhores práticas de gestão de obras públicas, a decisão de não parcelar a contratação para conclusão da Sede do SAMU é justificada pela necessidade de garantir a qualidade, a eficiência e a previsibilidade da execução do projeto. A modalidade de contratação semi-integrada oferece uma solução integrada e segura, de modo a garantir a entrega de uma edificação em conformidade com todos Projetos Executivos.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

O município de Ituporanga tem investido em melhorias na saúde, almejando promover a qualidade de vida dos seus cidadãos e contribuintes. Nesse sentido, as principais pretensões acerca da execução da Sede do SAMU são aprimorar a agilidade de atendimento, bem como o ambiente de trabalho dos colaboradores.

Os serviços envolvendo revestimentos (emboço), acabamentos (cerâmicas e pintura) instalações hidrossanitárias, elétricas e preventivas contra incêndio, bem como as suas respectivas peças de utilização são pré-requisitos para a fase de uso e operação da edificação. Portanto, a conclusão da Etapa 1 prevista em Projeto é indispensável ao uso adequado da edificação.

Por sua vez, os serviços relacionados à execução da garagem (piso e cobertura),





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

previstos em Projeto da Etapa 2, são necessários para garantir o conforto dos colaboradores.

Conclusão: Os resultados pretendidos com a conclusão da sede do SAMU, no bairro Centro, visam aprimorar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, bem como o conforto dos seus colaboradores.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da celebração do contrato para executar a sede do SAMU, diversas providências administrativas devem ser adotadas para assegurar a conformidade legal, a transparência e a eficiência na execução do projeto. Essas providências são fundamentais para garantir que a contratação ocorra de maneira organizada e dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente.

Formalização das Demandas: As demandas relacionadas à sede do SAMU foram formalizadas por meio de Emenda Parlamentar Impositiva nº 1158/2023. É essencial que toda a documentação seja revisada e consolidada, garantindo que todas as exigências legais e administrativas sejam atendidas.

Capacitação dos Servidores: Os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato devem receber capacitação específica para desempenhar suas funções de maneira eficiente. Esta capacitação inclui treinamentos em gestão de contratos, fiscalização de obras e práticas de sustentabilidade, assegurando que os servidores permaneçam aptos a fiscalizar todas as etapas do projeto.

Elaboração do Projeto Executivo: O Projeto Executivo deve ser detalhadamente elaborado, abrangendo todas as disciplinas necessárias, como arquitetura, instalações elétricas, preventivas contra incêndio, hidráulicas e sanitárias. A contratação do Projeto Executivo da cobertura metálica foi adotada com finalidade de suprir a ausência de um engenheiro mecânico ou engenheiro civil capacitado para desenvolver projeto específico para estrutura metálica.

Revisão dos Documentos de Licitação: Todos os documentos de licitação, incluindo o edital, o termo de referência e a minuta de contrato, devem ser revisados minuciosamente. Esta revisão é crucial para assegurar a clareza e a conformidade com a Lei 14.133/2021, bem como para evitar ambiguidades ou lacunas que possam comprometer o processo licitatório.

Publicação e Divulgação: O edital de licitação deverá ser publicado e divulgado amplamente, conforme os preceitos legais, garantindo a transparência do processo e a ampla participação de potenciais licitantes. A publicação deve ocorrer em veículos oficiais e plataformas digitais acessíveis, de modo a propiciar a participação de empresas qualificadas.

Avaliação das Propostas: A avaliação das propostas apresentadas pelas empresas licitantes





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

deverá ser conduzida de maneira criteriosa e imparcial, observando os critérios estabelecidos no edital. Esta avaliação inclui a verificação da documentação de habilitação, a análise das propostas técnicas e a conformidade com os requisitos estabelecidos no Projeto Executivo.

Planejamento da Fiscalização: Um plano detalhado de fiscalização da obra deve ser elaborado, estabelecendo as diretrizes para o acompanhamento contínuo do progresso do projeto. Este plano deve incluir a frequência das inspeções, os pontos de verificação e os critérios de avaliação da qualidade dos serviços prestados.

Coordenação com Órgãos Competentes: A coordenação com órgãos competentes, como o CREA, deve ser mantida ao longo de todo o processo, assegurando que todas as exigências regulamentares sejam atendidas. A obtenção de licenças e autorizações necessárias deve ser priorizada para evitar atrasos no cronograma da obra.

Conclusão: As providências administrativas prévias ao contrato são essenciais para garantir a conformidade legal, a eficiência na execução do projeto e a transparência no uso dos recursos públicos. A adoção dessas medidas assegura que a execução da sede do SAMU ocorra de maneira organizada, atendendo às expectativas da Administração Pública e da população local.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Reiteramos que a obra foi iniciada por meio do Contrato Administrativo nº 04/2024/FMS, modalidade Concorrência Eletrônica nº 02/2024/FMS, mas sofreu rescisão contratual a pedido da administração pública, mediante aplicação das penalidades contratuais. Em seguida, o referido contrato foi revogado. Diante do exposto, a conclusão da sede do SAMU é uma contratação correlata, imprescindível para aprimorar o pronto atendimento aos munícipes.

A execução da sede do SAMU no bairro Centro implicará em futuras demandas, tais como, prováveis contratações e iniciativas municipais. A seguir, são descritas as principais contratações correlatas e interdependentes que foram identificadas:

Rede de Saneamento Básico: A ampliação ou adequação da rede de saneamento básico é uma contratação interdependente essencial para a operação da sede do SAMU, incluindo a ligação da unidade à rede de abastecimento de água potável e ao sistema de esgoto sanitário. A coordenação com a concessionária de serviços públicos ou a contratação de serviços especializados pode ser necessária para assegurar a conformidade com as normas de saúde pública.

Fornecimento de Equipamentos e Mobiliário: A nova sede do SAMU necessitará de equipamentos de escritório, mobiliário e utensílios básicos para seu pleno funcionamento. Além disso, será fundamental a aquisição de equipamentos específicos voltados à prática de atendimento emergencial de saúde.

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC): A implantação de sistemas de Tecnologia da





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Informação e Comunicação será outra contratação interdependente crucial. Dentre os principais aspectos, podemos destacar a instalação de redes de dados, sistemas de gestão integrada e equipamentos de informática. Esses recursos são essenciais para a gestão eficiente da nova sede do SAMU.

Capacitação e Treinamento de Pessoal: A contratação de serviços de capacitação e treinamento para os profissionais que atuarão na sede do SAMU será necessária para assegurar a qualidade do atendimento oferecido à comunidade.

Serviços de Limpeza e Manutenção: Após a conclusão das obras, a contratação de serviços de limpeza e manutenção são fundamentais para garantir a conservação e a operação adequada da sede do SAMU. Isso inclui a limpeza e manutenção (preventiva e corretiva) de equipamentos e instalações, bem como garantir que a gestão de resíduos ocorra em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

Conclusão: As contratações correlatas e interdependentes descritas são essenciais para a viabilização e o pleno funcionamento da sede do SAMU. A coordenação eficaz dessas contratações assegurará que todos os aspectos técnicos, operacionais e de infraestrutura necessários sejam atendidos, proporcionando um ambiente adequado e seguro para a prestação de serviços à população. A integração dessas iniciativas reflete o compromisso da Administração Pública com a eficiência, a qualidade e a sustentabilidade das ações desenvolvidas.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A execução da sede do SAMU será realizada com rigorosos cuidados ambientais, assegurando que os impactos negativos sejam minimizados e que as medidas mitigadoras necessárias sejam implementadas.

Análise de Impacto Ambiental: Antes do início das obras, é conduzida uma análise de impacto ambiental para identificar os potenciais efeitos da construção no meio ambiente local. Os resultados desta avaliação foram considerados no planejamento do projeto para garantir que as práticas de construção adotadas sejam ambientalmente responsáveis.

Medidas Mitigadoras: As seguintes medidas mitigadoras serão adotadas para minimizar os impactos ambientais durante a execução da sede do SAMU:

- **Gestão de Resíduos:** Todos os resíduos gerados durante a execução da obra serão gerenciados de acordo com as normas ambientais vigentes, incluindo a segregação, armazenamento, transporte e disposição final dos materiais recicláveis e não recicláveis.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2025 08:27:03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p601ce13c1dd91>





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

- Controle de Emissões Atmosféricas e Ruído: Equipamentos e máquinas utilizados na construção serão mantidos em bom estado de conservação para minimizar as emissões de poluentes atmosféricos e ruídos. Técnicas de supressão de poeira, como a aspersão de água, também poderão ser empregadas para reduzir a dispersão de partículas no ar ou demais soluções ambientais que se tornem necessárias.
- Uso Eficiente de Recursos Naturais: Serão adotadas práticas de construção sustentáveis, incluindo o uso eficiente de água e energia. Tecnologias e materiais que promovam a eficiência energética e a conservação de recursos naturais serão priorizados.
- Licenciamento Ambiental: A obtenção de todas as licenças e autorizações ambientais necessárias será priorizada para assegurar a conformidade com a legislação ambiental. O licenciamento ambiental incluirá a aprovação dos órgãos competentes e a implementação de todas as condições impostas para a execução das obras.
- Monitoramento Ambiental: Durante toda a fase de construção, será realizado um monitoramento ambiental contínuo para verificar a eficácia das medidas mitigadoras implementadas. Serão conduzidas inspeções regulares e relatórios periódicos de monitoramento, documentando o cumprimento das normas ambientais e a mitigação dos impactos identificados.
- Educação e Sensibilização Ambiental: A equipe de construção será orientada quanto à importância da proteção ambiental e às práticas sustentáveis. Sempre que necessário, campanhas de educação ambiental serão conduzidas para promover a conscientização e o engajamento de todos os envolvidos no projeto.

Conclusão: A execução da sede do SAMU será realizada com compromisso firme acerca da sustentabilidade e da proteção ambiental. As medidas mitigadoras e as práticas de gestão ambiental adotadas garantirão que o projeto seja conduzido de maneira responsável, minimizando os impactos negativos e promovendo um desenvolvimento sustentável para a comunidade local.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após uma análise criteriosa dos aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais envolvidos no projeto de execução da sede do SAMU, é possível concluir que a contratação é apropriada ao





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

atendimento das necessidades da população local e encontra-se alinhada ao cumprimento das diretrizes estratégicas da Administração Pública.

Adequação Técnica: O projeto de execução da sede do SAMU inclui análises de impacto ambiental e projetos de engenharia detalhados. A contratação do Projeto Executivo da Cobertura Metálica assegura a conformidade com as normas vigentes e a qualidade das instalações. A adoção da contratação semi-integrada proporciona maior previsibilidade e controle sobre os custos e a execução do projeto.

Adequação Econômica: A estimativa de valor da contratação, baseada na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) de abril de 2025, garante que os custos sejam precisos e atualizados. A análise de mercado demonstrou que a contratação semi-integrada é o regime mais eficiente para a execução do projeto, promovendo a racionalização dos recursos públicos e a maximização dos benefícios econômicos. O valor total estimado de R\$ 167.903,23 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e três reais e vinte e três centavos) foi calculado com transparência e justificado com base em composições de custos detalhadas.

Adequação Institucional: A contratação está plenamente alinhada com o Plano Plurianual (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A Portaria nº 1605, de agosto de 2024, estabelece a elaboração do Plano de Contratações Anual para o Município de Ituporanga, reforçando o compromisso com a eficiência e a transparência nas contratações públicas. A integração desta contratação no planejamento anual das secretarias municipais assegura a continuidade e a coerência das ações governamentais.

Impacto Social e Comunitário: A execução da sede do SAMU é uma resposta direta à necessidade emergente de melhorar a infraestrutura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, contribuindo para o bem-estar e a satisfação dos munícipes.

Sustentabilidade Ambiental: O projeto incorpora práticas de construção sustentável e medidas mitigadoras para minimizar os impactos ambientais. A obtenção das licenças ambientais e a implementação de técnicas de gestão ambiental refletem o compromisso com a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável.

Conclusão: Diante dos fatores técnicos, econômicos, institucionais, sociais e ambientais analisados, a contratação para a execução sede do SAMU é plenamente adequada. Este projeto é vital para atender às demandas da população, promover a saúde pública e garantir a eficiência e a sustentabilidade das ações governamentais. A execução deste projeto representa um avanço significativo na infraestrutura do município de Ituporanga, contribuindo para a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade local.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Documento assinado digitalmente
gov.br HENRIQUE DUARTE SALES CARVALHO
Data: 11/09/2025 11:31:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Henrique Duarte Sales Carvalho Engenheiro Civil

CREA/SC 119279-5

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2025 08:27:03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p6b1ce13c1dd91>





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO Nº/2025/FMS

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2025/FMS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025/FMS**

O **MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 83.102.640/0001-30, com sede na Rua Vereador Joaquim Boeing, 40 – Ituporanga – S C, neste ato representado pelo Prefeito o **Sr. GEISON KURTZ inscrito no CPF sob nº 007.***.***-16**, e a Secretária da Saúde Sr. **ALINE DE ABREU POSTAIS**, inscrito no CPF sob nº **080.***.***-06** denominado **CONTRATANTE**, e **A EMPRESA.....** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº....., com sede na....., cidade de, Estadode, neste ato representada pelo Sr (a)....., CPF nº....., tendo em vista o que consta no Processo nº. 133/2025/FMS e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente com as normas legais de direito privado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 03/2025/FMS**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 Tem o presente instrumento, por objeto ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA À FINALIZAÇÃO DA SEDE DO SAMU (SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA). RECURSO VINCULADO. PROCESSO DIGITAL Nº 14864/2025, conforme Termo de Referência do Edital da Concorrência Eletrônica nº 03/2025/FMS e constante na proposta vencedora no valor total de R\$ ().

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1 - Aplica-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento.

- a) Processo Administrativo nº 133/2025/FMS;
- b) Concorrência Eletrônica nº 03/2025/FMS
- c) Proposta do contratado, nos termos aceitos pelo Prefeitura Municipal de Ituporanga.
- d) termo de Referência e memorial descritivo.
- e) Matriz de Alocação de Riscos (MAR).

2.2 - A partir da assinatura do presente contrato, a este, passarão a ser aplicáveis tudo que resultem em termos aditivos que vierem a ser realizados e que importem em alteração de condições





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

contratuais, desde que assinados pelos representantes credenciados das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1 - O valor do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

3.2 – O valor acordado nesta cláusula é considerado completo, e devem compreender todos os custos e despesas que direta ou indiretamente, decorra do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato, tais como, e sem limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, despesas com deslocamentos, seguro, seguros de transporte e embalagem, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

4.1. Eventuais alterações no contrato devem ser realizadas através de termo aditivo nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021 e serão regulados pelas mesmas condições do contrato resultante da licitação, aplicando-se aos preços base da PMI, um redutor, no mesmo percentual encontrado entre o valor da proposta vencedora e o preço base incluso neste edital.

4.2. A Prefeitura Municipal de Ituporanga, como parte contratante, por meio dos gestores e fiscais deste contrato, ficarão responsáveis pela abertura dos processos de aditivos e solicitações de acréscimos e supressões, se houver, do instrumento contratual, inserindo todos os elementos técnicos e jurídicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo para a secretaria CONTRATANTE para análise, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, dos TERMOS ADITIVOS, sendo posteriormente, conforme o caso, assinado por ambas as contratantes, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE ENTREGA, DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 - O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021.

5.2. O contrato possuirá vigência da data de sua assinatura até o dia..... Poderá, também, haver vencimento antecipado do prazo contratual no caso de a entrega do bem descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA ocorrer antes, bem como prorrogar o contrato caso haja interesse do município.

5.3. O prazo máximo para início dos serviços será de 05 (cinco) dias após a assinatura da Ordem de Início de Serviços. Execução e entrega total do objeto do presente Edital é de 04 (quatro) meses e de acordo com o previsto no cronograma físico financeiro e será contado a partir **da data da assinatura da ordem de serviços.**

5.3.1 O Prazo será fixo e improrrogável, salvo motivo previsto em lei, comunicado pela contratada, por escrito, aos órgãos e unidades solicitantes, antes do vencimento do prazo. Aceito e oficializado por escrito, pelos órgãos e unidades responsáveis, o prazo para execução dos serviços poderá ser prorrogado.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2025 08:27:03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p6b1ce13c1dd91>





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

5.3.2 Verificada qualquer irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, será feita a sua devolução e solicitada outra nota fiscal/fatura, ficando, sem qualquer custo adicional para esta, prorrogado o prazo de pagamento proporcionalmente à sua regularização.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato poderá ter sua duração prorrogada, caso haja interesse da administração, de conformidade com o art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, e desde que observados o art. 108 da mencionada lei.

6.2 - Caberá a Prefeitura Municipal de Ituporanga todos os atos atinentes às possíveis prorrogações contratuais, inserindo todos os elementos técnicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo para providenciar, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, a celebração dos TERMOS ADITIVOS.

6.3 – A prorrogação deverá ser justificada pela Secretaria pertinente ao objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação total do objeto.

7.2 Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração conforme Art. 122, § 1º, § 2º e § 3º.

Parágrafo primeiro - Subcontratação Permitida: A subcontratação de serviços ou fornecimentos é permitida apenas mediante prévia e expressa autorização da Administração Contratante.

Parágrafo Segundo - Condições para Subcontratação: A subcontratação estará sujeita às seguintes condições:

- a) A contratada deverá demonstrar que a subcontratada possui a qualificação técnica e os requisitos de habilitação necessários para a execução do objeto subcontratado.
- b) A subcontratada deverá cumprir todas as condições contratuais aplicáveis ao objeto subcontratado.
- c) A responsabilidade pela execução dos serviços ou fornecimentos subcontratados continuará a ser da contratada principal.

Parágrafo Terceiro - Limite de Subcontratação: A parcela subcontratada não poderá exceder 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, garantindo que a contratada principal mantenha a responsabilidade técnica e gerencial sobre a execução global do contrato.

Parágrafo Quarto - Critérios para Subcontratação: Poderão ser subcontratados serviços especializados que exijam mão de obra específica ou equipamentos diferenciados, tais como:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2025 08:27:03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p6b1ce13c1dd91>





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

- h) Fabricação e Instalação de Esquadrias de Alumínio;
- i) Fabricação e Instalação de bancadas de Granito;
- j) Concreto Usinado;
- k) Fabricação e Instalação de Estrutura Metálica de Cobertura;
- l) Serviço de pintura em estrutura metálica;
- m) Fabricação e instalação de Calhas em aço galvanizado;
- n) Fabricação e instalação de Rufos em aço galvanizado.

Parágrafo Quinto - Requisitos das Empresas Subcontratadas: As empresas subcontratadas deverão comprovar capacidade técnica compatível com o serviço a ser executado e atender aos critérios de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Sexto - Responsabilidade da Contratada Principal: A empresa contratada permanecerá responsável pela qualidade, segurança e conformidade dos serviços executados pelas subcontratadas, não sendo eximida de suas obrigações contratuais.

Parágrafo Sétimo - Preferência à Contratação Local: Considerando o impacto socioeconômico local, será incentivada a subcontratação de empresas sediadas no Município de Ituporanga, desde que cumpridos os requisitos de habilitação e qualificação.

Parágrafo Oitavo - Vedação à Subcontratação de Parentes: Fica expressamente vedada a subcontratação de empresas pertencentes ou administradas por cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de agentes públicos envolvidos na gestão do contrato, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Nono - Fiscalização da Subcontratação: O fiscal do contrato deverá observar rigorosamente o disposto no § 3º do Art. 122 da Lei 14.133/21, assegurando que:

- a) Os serviços subcontratados sejam executados conforme as especificações contratuais e normas técnicas aplicáveis;
- b) A subcontratada cumpra integralmente os requisitos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista;
- c) Não haja subcontratação em percentual superior ao permitido ou desvio de finalidade na execução dos serviços;
- d) Seja garantida a economicidade e a eficiência da execução da obra, sem prejuízo à qualidade e ao interesse público.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

e) O controle e a fiscalização dos serviços subcontratados serão realizados pelo órgão gestor da obra, conforme previsto no plano de fiscalização e gestão do contrato.

Parágrafo Décimo - Proibições: Não será permitida a subcontratação total do objeto do contrato. A subcontratação parcial deverá obedecer ao limite estabelecido no Parágrafo Terceiro.

Parágrafo Décimo Primeiro - Fiscalização e Controle: A Administração Contratante terá o direito de fiscalizar a execução dos serviços ou fornecimentos subcontratados, devendo a contratada principal fornecer todas as informações e documentos necessários para essa fiscalização.

Parágrafo Décimo Segundo - Rescisão: O descumprimento das condições estabelecidas para a subcontratação poderá resultar na rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo Décimo Terceiro - Responsabilidade Solidária: A contratada principal será solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da execução dos serviços ou fornecimentos subcontratados.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO, DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO

8.1 O preço estabelecido no presente Contrato poderá ser reajustado depois de transcorrido o período de 12 (doze) meses, a contar da data base (SINAPI) utilizada para formulação da Planilha orçamentária elaborada pelo setor técnico da Secretaria do Planejamento.

8.2 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

8.3 O reajuste será realizado por apostilamento.

8.4. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, **respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida na Matriz de Alocação de Riscos – MAR (Anexo X do edital).**

8.5. Para fins do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, as partes devem apresentar solicitação, anexando planilha detalhada dos custos do objeto, fazendo um comparativo com a composição dos custos para obtenção dos preços inicialmente contratados e planilha dos custos para fins do reequilíbrio econômico do contrato.

8.6. O prazo para resposta ao pedido de reequilíbrio econômico do contrato será de até 20 (vinte) dias, contados da data do protocolo da solicitação.

8.7. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

8.7.1 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2025 08:27:03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p6b1ce13c1dd91>





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA-A – DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS (MAR)

8-A.1. Fica instituída a **Matriz de Alocação de Riscos – MAR**, que integra o edital como **Anexo X**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de **distribuir objetiva e previamente** os riscos e as responsabilidades entre as partes por eventos supervenientes à contratação, preservando o **equilíbrio econômico-financeiro inicial** do ajuste.

8-A.2. A MAR **prevalece** como referência para (i) definição de responsabilidades; (ii) **tratamento de eventos** que possam impactar prazo e/ou custos; e (iii) **processo de reequilíbrio**, observado o disposto na **Cláusula Oitava** e demais condições deste instrumento.

8-A.3. Classificação e efeitos. Cada evento de risco será classificado, no Anexo X, como:

I – **Risco da Administração:** os custos e impactos daí decorrentes ensejam, quando for o caso, **prorrogação de prazos e/ou reequilíbrio econômico-financeiro**;

II – **Risco da Contratada:** os custos e impactos são **integralmente suportados** pela Contratada, **sem reequilíbrio**;

III – **Risco Compartilhado:** aplicam-se **franquias, limites e percentuais de compartilhamento** definidos na MAR; ultrapassados tais parâmetros, caberá **reequilíbrio** na parcela alocada à Administração.

8-A.4. Procedimento para tratamento de risco. Verificado evento abrangido pela MAR, a parte afetada **notificará** a outra, **por escrito**, em até **5 (cinco) dias úteis** do conhecimento do fato, com descrição, documentos comprobatórios e estimativa de impactos em prazo e custos. O Gestor/Fiscal do contrato analisará o pleito e emitirá manifestação, instruindo, quando cabível, o pedido de reequilíbrio na forma da **Cláusula Oitava**. A ausência injustificada de notificação tempestiva poderá **afastar ou reduzir** os efeitos pretendidos, quando impedir a mitigação dos danos.

8-A.5. Seguros. As **coberturas securitárias** exigidas no Edital/Termo de Referência **não substituem** as alocações previstas na MAR e devem ser mantidas pela Contratada durante toda a execução, sem prejuízo das responsabilidades alocadas.

8-A.6. Compatibilização com outras cláusulas.

I – As regras da MAR **não afastam** as obrigações da Contratada previstas neste Contrato (inclusive segurança do trabalho, qualidade, prazos e projeto executivo no regime semi-integrado);

II – **Alterações tributárias de repercussão indireta** não implicarão revisão de preços, conforme **Cláusula 19.2**;

III – No **regime semi-integrado**, os **riscos associados à alteração do projeto básico** por inovação proposta pela Contratada serão alocados à **Contratada**, na forma da lei e conforme definido na MAR.

8-A.7. Atualização da MAR. A MAR poderá ser **ajustada mediante termo aditivo**, exclusivamente para (i) corrigir erro material; (ii) adequar-se a alterações legais supervenientes; ou (iii) incorporar riscos novos **imprevisíveis** identificados na execução, preservando-se o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 São obrigações do Contratante:

9.1.1 A **CONTRATANTE** se obriga a proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente licitatório, consoante estabelece a Lei nº





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

14.133/2021

9.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.5 Rejeitar os serviços executados ou entrega de bens em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;

9.1.6 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.7 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.8 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

9.1.9 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a aquisição do bem;

9.1.10 Emitir a Nota de Empenho, com as informações necessárias, em favor da Contratada e responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas informações contidas no Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações;

9.1.11 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.1.12 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.13 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.14 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.15 Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias;

9.1.16 Designar representante(s), denominado (s) GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, e o qual notificará à CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados;

9.1.17 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais

9.1.18 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.19 Emitir parecer técnico sobre o projeto executivo apresentado pela contratada, após análise formal a ser realizada pelo Setor de Projetos de Engenharia, no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da documentação. Caso sejam identificadas inconsistências, omissões ou necessidade de ajustes, o setor responsável poderá solicitar as devidas correções e complementações, as quais deverão ser atendidas pela contratada no **prazo máximo de 7 (sete) dias corridos**.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, no Memorial Descritivo, no Cronograma Físico Financeiro, no Estudo Técnico Preliminar (ETP), na Minuta do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

10.3 Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação

10.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

10.5 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.6 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.7 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;

10.8 Efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta.

10.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.13 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.15 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

10.16 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

10.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.20 Deverá ser corrigida por conta da Contratada toda e qualquer entrega não aprovada pela fiscalização, caso as mesmas não atendam às especificações constantes deste Termo de Referência ou às normas pertinentes, ficando a Contratante isenta de despesas.

10.21 Prestar a execução dos serviços na forma ajustada;

10.22 Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

10.23 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as Obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.24 Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovam cumprir a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

10.25 Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais, tais como: luvas,





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

sapatão, capacete;

10.26 Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no início da execução do Contrato;

10.27 Recolhimento do INSS da obra.

10.28 Recolher o ISSQN na base territorial da execução dos serviços.

10.28 Após a Ordem de serviços a contratada deverá abrir a inscrição no CNO (Cadastro Nacional de Obras) junto ao INSS.

10.29 A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança dos serviços, durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como no Art. 140 § 2º e 6º da Lei 14.133/2021.

10.29.1 Nos termos do Art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/21, o recebimento definitivo da obra pela Administração não exime o contratado de sua responsabilidade objetiva pela solidez, segurança dos materiais e serviços executados, bem como pela funcionalidade da construção, reforma, recuperação ou ampliação do bem imóvel.

10.29.2 O contratado permanecerá responsável pelo prazo de 5 (cinco) anos.

10.29.3 O prazo de 5 (cinco) anos estabelecido no item anterior terá início na data da assinatura do **Termo de Recebimento Definitivo da Obra**, lavrado pelo fiscal designado pela Administração, no qual se atestará a execução da obra em conformidade com os projetos, memorial descritivo, especificações técnicas e demais exigências contratuais, bem como a inexistência de vícios aparentes.

10.29.4 Caso sejam identificados vícios, defeitos ou incorreções no período de responsabilidade, o contratado deverá realizar as devidas reparações, correções, reconstruções ou substituições necessárias, garantindo a integridade da obra e o atendimento às exigências de segurança e funcionalidade. O não cumprimento dessas obrigações poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, conforme estabelecido neste Edital e na legislação vigente.

10.30 Em razão da adoção do **regime de execução semi-integrado**, nos termos do art. 46 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá à empresa contratada a elaboração completa do **Projeto Executivo de Engenharia**, com base nos elementos técnicos fornecidos pela Administração Pública no Termo de Referência e/ou Projeto Básico.

10.31 A empresa vencedora deverá apresentar à Administração o Projeto Executivo no prazo máximo de **15 dias úteis** após a assinatura do contrato, obedecendo aos padrões técnicos, normas legais vigentes e diretrizes constantes neste edital e seus anexos.

10.32 O Projeto Executivo somente poderá ser considerado aprovado após análise e **aprovação formal pelo Setor de Projetos de Engenharia** do órgão contratante, que terá o prazo de **15 dias corridos** para análise técnica e emissão de parecer, podendo solicitar ajustes e complementações, que deverão ser atendidos pela contratada no prazo de **7 dias corridos**.

10.33 A execução da obra somente poderá ser iniciada após a aprovação expressa do Projeto Executivo pela Administração. A empresa contratada assume inteira responsabilidade técnica pela

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2025 08:27:03-00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/tp601ceet3c1dd91>





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

compatibilidade entre o projeto apresentado e a execução da obra.

10.34 Eventuais alterações no Projeto Executivo, motivadas por exigências técnicas, legais ou de interesse público, deverão ser submetidas à nova análise e aprovação do Setor de Projetos de Engenharia, sem ônus adicional à Administração, exceto nos casos em que a alteração decorra de fato imputável à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. O contratado estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelas seguintes infrações:

- I — Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II — Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III — Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV — Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V — Retardar a execução ou a entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VI — Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VII — Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- VIII — Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX — Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X — Comportar-se de modo inidôneo ou praticar fraude de qualquer natureza;
- XI — Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII — Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Conforme o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes sanções:

- I — Advertência;
- II — Multa;
- III — Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Ituporanga, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- IV — Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2.1. Na aplicação das sanções, serão consideradas:

- I — A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II — As peculiaridades do caso concreto;
- III — As circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- IV — Os danos que dela provierem para a Administração;
- V — A existência ou implantação de programa de integridade pelo contratado, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.2. A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quando não se justificar penalidade mais grave.

11.2.3. A sanção de **multa** poderá ser aplicada cumulativamente às demais penalidades e observará os seguintes parâmetros:

- I — 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de descumprimento das obrigações contratuais, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

notificação oficial;

II — 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado, sem prejuízo das perdas e danos eventualmente apurados;

III — 20% (vinte por cento) sobre o **saldo contratual remanescente** no momento da rescisão contratual, nos casos em que o inadimplemento enseje a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis e da apuração de perdas e danos.

11.2.3.1. Para os fins do disposto no inciso III, entende-se como **saldo contratual remanescente** o valor correspondente à diferença entre o valor global originalmente contratado e o valor efetivamente executado e atestado pela fiscalização contratual até a data da formalização da rescisão.

11.2.3.2. A aferição do saldo contratual remanescente será realizada pelo fiscal do contrato, mediante a elaboração de relatório circunstanciado, acompanhado das medições realizadas, notas fiscais atestadas e termos de recebimento parcial de serviços, se houver, o qual será juntado aos autos do processo administrativo de rescisão contratual.

11.2.4. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quando não se justificar penalidade mais grave.

11.2.5. A sanção de **declaração de inidoneidade** será aplicada pelas infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como pelas infrações dos incisos II a VII, quando a gravidade assim exigir, impedindo o contratado de licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos pelo prazo legal.

11.2.6. A declaração de inidoneidade será precedida de análise jurídica e, quando aplicada por órgão do Poder Executivo Municipal, será de competência exclusiva do Prefeito.

11.2.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, conforme art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.8. Caso o valor da multa ou das indenizações devidas supere o valor a ser pago pela Administração, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

11.2.9. A aplicação das sanções não exime o contratado da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração Pública.

11.2.10. Será assegurado ao contratado o direito à ampla defesa e ao contraditório:

I — Para a multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação;

II — Para as sanções de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, mediante a instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão composta por pelo menos 2 (dois) servidores, com prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, para apresentação de defesa e indicação de provas.

11.3. Os recursos e pedidos de reconsideração das sanções impostas terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.1.2 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I – Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

12.4 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.5 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2025 08:27:03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p6b1ce13c1dd91>





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

fornecimentos.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 12.8 observarão as seguintes disposições:

I - Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

12.9. A extinção do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

12.9.1 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.9.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

13.1 Os recursos para a execução do objeto da presente **Concorrência Eletrônica** serão as inseridas no quadro abaixo e a dotação orçamentária no qual poderá ser suplementada quando for recebido o recurso:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
9	SECRETARIA DA SAUDE
1	Secretaria da Saúde
1009	Ampliação, Construção e Reformas de Unidades de Saúde
3449051910000000000	Obras em andamento
150010020134	Recursos 15% - Saúde

Código Dotação	Descrição
9	SECRETARIA DA SAUDE
1	Secretaria da Saúde
1008	Aquisição de Veículos e Equipamentos e Imóveis
3449051910000000000	Obras em andamento
271032100372	Transferência Especial dos Estados - Emendas Parlamentares Individuais - Estado/Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

14.1 Os pagamentos serão efetuados após medição e análise da conformidade dos serviços realizados com o discriminado na respectiva nota fiscal, mediante o aceite do servidor designado e de acordo com a programação financeira da Administração Municipal de Ituporanga, obedecendo ao descrito abaixo:

14.2 O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária, informado pelo contratado em sua proposta mediante a respectiva nota fiscal, em até 28 (vinte e oito) dias após o recebimento da nota fiscal.

14.3 Se o objeto não for entregue conforme condições deste edital, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo;

14.4 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

14.5 Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

15.1 – Deverão ser observadas pela CONTRATADA, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessárias a preservação da integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio da Prefeitura Municipal de Ituporanga e ao público afeto e dos materiais envolvidos no serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais.

15.2 – A Prefeitura Municipal de Ituporanga poderá a critério determinar a paralisação do serviço ou fornecimento, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela contratada. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da CONTRATADA, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

15.3 – A CONTRATADA se responsabilizará ainda por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS

16.1 – A Prefeitura Municipal de Ituporanga, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços/fornecimento dos bens, cientificando oficialmente à licitante contratada tal decisão.

16.1.1 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

17.1 A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente será designado o Gestor e o Fiscal.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2025 08:27:03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/tp6b1ce13c1dd91>





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

17.2 O Gestor e o fiscal da obra, formalmente designado pela Administração, e comprovadamente habilitado, serão responsáveis pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive as pertinentes aos encargos complementares.

17.3 Além das atividades constantes no projeto básico, são atribuições do fiscal de obra:

- a) Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o edital de licitação, garantias, contrato, projetos, especificações técnicas, cronogramas físico-financeiros previstos e realizados, orçamentos (com todos os anexos, inclusive as planilhas de composição da administração local e encargos complementares), medições, aditivos, reajustamentos, realinhamentos, comprovações dos pagamentos, correspondência, relatórios diários, certificados de ensaios e testes de materiais e serviços, protótipos, catálogos de materiais e equipamentos aplicados nos serviços e obras, livro de ocorrências, etc.
- b) Analisar e aprovar o projeto das instalações provisórias e canteiro de serviço apresentados pela Contratada no início dos trabalhos;
- c) Analisar e aprovar o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras a serem apresentados pela Contratada no início dos trabalhos;
- d) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;
- e) Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços e obras em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pelo Contratante;
- f) Promover reuniões no local dos serviços para dirimir dúvidas, que serão documentadas em atas, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas, com as respectivas datas para conclusão das pendências ou tomadas de decisões;
- g) Promover a presença dos autores dos projetos no canteiro de serviço, sempre que for necessária a verificação da exata correspondência entre as condições reais de execução e os parâmetros, definições e conceitos de projeto;
- h) Inspeccionar sistematicamente o objeto do contrato, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece às especificações técnicas de materiais e/ou serviços, ao projeto, aos prazos estabelecidos e demais obrigações do contrato;
- i) Realizar inspeções periódicas no canteiro de serviço, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

- j) Promover reuniões periódicas no canteiro de serviço para análise e discussão sobre o andamento dos serviços e obras, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato, registrando em ata, todas as providências demandadas dessas reuniões;
- k) Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- l) Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;
- m) Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato;
- n) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços e obras, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- o) Registrar no Livro de Ocorrências, com páginas numeradas, fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela Contratada e Fiscalização. Portanto, toda comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Livro de Ocorrências;
- p) Elaborar, mensalmente, relatórios constando informações gerenciais da obra e encaminhá-los às instâncias superiores;
- q) Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, que deverão ser acompanhadas por registro fotográfico e pelas respectivas memórias de cálculo bem como conferir, visar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
- r) Verificar e aprovar a substituição de materiais, equipamentos e serviços solicitada pela Contratada e admitida nas Especificações Técnicas, com base na comprovação da equivalência entre os componentes;
- s) Solicitar, formalmente, a contratada, nos eventuais aditivos e paralisações, justificativa técnica respectiva e com base na mesma, formar juízo de valor desses eventos e encaminhar a documentação necessária para instâncias superiores providenciarem as medidas cabíveis aos mesmos;
- t) Comunicar a instâncias superiores qualquer infração cometida pela contratada, mediante parecer técnico fundamentado, a fim de que as medidas legais cabíveis possam ser aplicadas.
- u) Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;
- v) Fiscalizar o cumprimento pela CONTRATADA quanto ao cumprimento dos encargos complementares.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

- w) Verificar e aprovar os desenhos “como construído” elaborados pela Contratada, registrando todas as modificações introduzidas no projeto original, de modo a documentar fielmente os serviços e obras efetivamente executados. Qualquer auxílio prestado pela Fiscalização na interpretação dos desenhos, Memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços e obras;
- x) Exigir o registro no Diário de Obras, sob a responsabilidade da contratada, da entrada e saída de equipamentos, serviços executados e em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades das subcontratadas;
- y) Receber provisoriamente a obra objeto deste Edital.

17.4- Na primeira medição deverá constar a(s) respectiva(s) Anotação(s) de Responsabilidade Técnica (ARTs) da fiscalização. - O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

17.5 A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

17.6 As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito, sob pena da aplicação das medidas legais cabíveis.

17.7 Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

17.8 Fiscalização da Contratação de Parentes

O fiscal do contrato deverá verificar se a empresa contratada e suas eventuais subcontratadas estão cumprindo a vedação prevista no **Art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021**, que proíbe a contratação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público envolvido na licitação, fiscalização ou gestão do contrato.

Para garantir o cumprimento dessa exigência, o fiscal do contrato deverá:

I – Solicitar à empresa contratada e subcontratadas a relação nominal de seus empregados alocados na execução do contrato, bem como atualizações periódicas dessa lista;

II – Verificar possíveis vínculos de parentesco entre os empregados da contratada e os dirigentes do órgão contratante ou agentes públicos que atuam na licitação, fiscalização ou gestão do contrato;

III – Reportar imediatamente à autoridade competente qualquer indício ou comprovação de descumprimento dessa exigência, para adoção das providências cabíveis, incluindo a possível aplicação de sanções administrativas.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

17.8.1 Essa fiscalização deverá ser contínua durante toda a vigência do contrato, assegurando a conformidade com a legislação e a transparência na execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1 O recebimento e a aceitação do objeto contratado obedecerão aos critérios estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência, garantindo que a execução da obra atenda integralmente às especificações técnicas e normativas vigentes.

18.2 O recebimento do objeto será realizado em duas etapas:

Parágrafo Primeiro - Recebimento Provisório

Será realizado imediatamente após a conclusão dos serviços, mediante termo circunstanciado, assinado por representante da Administração e pela Contratada, condicionado a:

- Verificação do atendimento às especificações técnicas previstas no projeto básico, no edital e no contrato;
- Entrega de todos os documentos técnicos, manuais, garantias e certificados exigidos no contrato;
- Regularidade fiscal e trabalhista da Contratada no momento da conclusão dos serviços;
- Entrega dos registros fotográficos e de documentação “as built” (se aplicável), atualizados e compatíveis com os serviços executados.

O recebimento provisório não exime a Contratada da responsabilidade pela integridade, segurança e manutenção dos serviços executados até o recebimento definitivo.

Parágrafo Segundo - Recebimento Definitivo

Será realizado após o prazo de vistoria técnica e operacional estabelecido no contrato (mínimo de 30 dias), mediante emissão de termo circunstanciado, condicionado a:

- Comprovação da estabilidade, segurança e funcionalidade dos serviços realizados;
- Ausência de vícios aparentes e defeitos de execução;
- Atendimento integral às exigências contratuais e correção de eventuais pendências apontadas no recebimento provisório;
- Entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução e/ou complementação dos serviços, devidamente registrada no CREA/SC.

Parágrafo Terceiro - Critério de Aceitação do Objeto

O objeto da contratação será considerado aceito quando:

- Os serviços estiverem executados conforme os projetos, especificações técnicas e normas aplicáveis;
- As condições de qualidade, segurança, funcionalidade e acabamento forem comprovadamente satisfatórias pela equipe técnica da Administração;
- Não houver pendências ou inconformidades técnicas, legais ou contratuais.

18.3 Eventuais inconformidades verificadas durante o recebimento provisório ou definitivo deverão ser





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

sanadas pela Contratada no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

18.3.1 A aceitação definitiva não exige a Contratada das responsabilidades legais e contratuais, inclusive aquelas relativas a defeitos ocultos ou vícios redibitórios, nos termos do artigo 141 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

18.4 O não atendimento aos critérios de aceitação estabelecidos poderá resultar na recusa do objeto, ficando a CONTRATADA obrigada a realizar as adequações necessárias dentro do prazo estipulado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – A Prefeitura Municipal de Ituporanga não se responsabilizará, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros decorrentes de tributos indevidamente recolhidos ou erroneamente calculados por parte da contratada.

19.2 – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a data de entrega dos documentos de habilitação e das propostas, cuja base de cálculo seja o preço proposto, implicarão na revisão dos preços, em igual medida, para maior ou para menor, conforme o caso. A alteração ou criação de tributos de repercussão indireta, assim como encargos trabalhistas, não repercutirão nos preços contratados.

19.3 – Durante a vigência do contrato, caso a Prefeitura Municipal de Ituporanga, venha a se beneficiar da isenção de impostos, deverá informar a contratada, para que o mesmo possa cumprir todas as obrigações acessórias atinentes à isenção.

19.4 – Ficará a contratada com a responsabilidade de comunicar, imediatamente e por escrito, a Prefeitura Municipal de Ituporanga, tão logo sejam do seu conhecimento, os procedimentos fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o contrato.

19.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Ituporanga.

19.6 O presente contrato é regido, em todos os seus termos pela legislação federal sobre licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021), pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

19.7 O CONTRATANTE poderá modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

19.8 O presente contrato está vinculado ao Edital de **Concorrência Eletrônica** nº 03/2025/FMS, do Processo de Licitação nº 133/2025/FMS, dele fazendo parte integrante para todos os fins e efeitos.

19.9 As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga-SC, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas da aplicação deste instrumento. E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2025 08:27:03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSSE: <https://c.ipm.com.br/p6b1ce13c1dd91>





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

19.10 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

Ituporanga, de de 2025

Contratante

Contratada

Município de Ituporanga

.....





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº. 9.854/99

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2025/FMS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025/FMS**

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na,
(endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem através de seu representante legal abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: “(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos”, para fins de habilitação na Concorrência Eletrônica nº /2025/FMS da Prefeitura Municipal de Ituporanga/SC.

Local e data

Representante Legal

(Observação: colocar a declaração em papel timbrado da empresa licitante)





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2025/FMS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025/FMS**

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na.....,
(endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem através de seu representante legal abaixo assinado, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, em conformidade com o inciso I, Art. 63 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, para participação na Concorrência Eletrônica nº ../2025/FMS da Prefeitura Municipal de Ituporanga/SC.

Local e data

Representante Legal

(Observação: colocar a declaração em papel timbrado da empresa licitante)





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2025/FMS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025/FMS**

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na.....,
(endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº , por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que é considerada:

microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação na Concorrência Eletrônica nº ../2025/FMS da Prefeitura Municipal de Ituporanga/SC.

Local e data

Representante Legal

(Observação: colocar a declaração em papel timbrado da empresa licitante)





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

ANEXO VI – Termo de Referência Relação dos itens com suas descrições/especificações técnicas, quantidades e valores máximos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2025/FMS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025/FMS

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA À FINALIZAÇÃO DA SEDE DO SAMU (SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA). RECURSO VINCULADO. PROCESSO DIGITAL Nº 14864/2025.

1.1- ITENS:

1 - MATERIAIS E SERVIÇOS PARA FINALIZAÇÃO DA SEDE DO SAMU					
Item	Qtd	Unid	Produto	Vir ref unit. em R\$	Vir Total
1	80	HORAS	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 45,84	R\$ 3.667,20
2	3	METRO QUADRA	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	R\$ 561,43	R\$ 1.684,29
3	6,52	METRO CÚBICO	ARGAMASSA TRAÇO 1:7 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTE PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MECÂNICO COM MISTURADOR DE EIXO HORIZONTAL DE 600 KG. AF_08/2019	R\$ 555,23	R\$ 3.620,10
4	405	METRO QUADRA	LIXAMENTO MECANIZADO DE PAREDE OU TETO PARA PINTURA	R\$ 6,80	R\$ 2.754,00
5	293	METRO QUADRA	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS AF 03/2024	R\$ 5,55	R\$ 1.626,15
6	293	METRO QUADRA	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	R\$ 16,27	R\$ 4.767,11
7	105	METRO QUADRA	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS NA ALTURA INTERNA DAS PAREDES COM ARGAMASSA TIPO AC III - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	R\$ 82,91	R\$ 8.705,55
8	3,55	METRO CÚBICO	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA CONTRAPISO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600L. AF 08/2019	R\$ 610,93	R\$ 2.168,80
9	67	METRO QUADRA	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PSIO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADAS COM ARGAMASSA TIPO AC III - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	R\$ 86,89	R\$ 5.821,63
10	100	METRO	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 45X45CM. AF 02/2023	R\$ 9,93	R\$ 993,00
11	1,5	METRO CÚBICO	ARGAMASSA TRAÇO 1:7 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTE PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MECÂNICO COM MISTURADOR DE EIXO HORIZONTAL DE 600 KG. AF_08/2019	R\$ 555,23	R\$ 832,85
12	97	METRO QUADRA	LIXAMENTO MECANIZADO DE PAREDE E TETO PARA PINTURA	R\$ 6,80	R\$ 659,60
13	97	METRO QUADRA	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃO. AF 04/2023.	R\$ 19,58	R\$ 1.899,26
14	97	METRO QUADRA	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO. AF_04/2023	R\$ 6,44	R\$ 624,68
15	8,12	METRO QUADRA	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), BATENTE/REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM INSTALAÇÃO AF 11/2024	R\$ 422,06	R\$ 3.427,13
16	4	UNIDADE	JANELA BASCULANTE, EM ALUMÍNIO PERFIL 20, 80 X60 CM (A X L), 4 FLS (1 FIXA E 3 MÓVEIS), ACABAMENTO BRANCO, BATENTE DE 3 A 4 CM, COM VIDRO 4 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	R\$ 439,99	R\$ 1.759,96
17	0,72	METRO QUADRA	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, BATENTE/REQUADRO 3 A 14 CM, VIDRO INCLUSO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM	R\$ 801,47	R\$ 577,06

78





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

			GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 60X80 (AX L) CM, SEM ACABAMENTO, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 11/2024		
18	1	UNIDADE	KIT PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA MÉDIA 70X210 CM, INCLUSIVE VISTA, BATENTES, DOBRADIÇAS, FECHADURAS E FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	R\$ 1.061,05	R\$ 1.061,05
19	6	UNIDADE	KIT PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELANÍCO BRANCO, FOLHA MÉDIA 80X210CM, INCLUSIVE VISTA, BATENTE, DOBRADIÇAS, FECHADURA E FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	R\$ 1.090,90	R\$ 6.545,40
20	1	UNIDADE	KIT PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELANÍCO BRANCO, FOLHA MÉDIA 90X210CM, INCLUSIVE VISTA, BATENTES, DOBRADIÇAS, FECHADURA E FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO COMPLETO DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	R\$ 1.187,75	R\$ 1.187,75
21	1	UNIDADE	KIT DE PORTA DE CORRER DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA MÉDIA , 80X210CM, INCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	R\$ 1.271,61	R\$ 1.271,61
22	2,94	METRO QUADRA	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2019	R\$ 1.187,25	R\$ 3.490,52
23	0,34	METRO CÚBICO	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF 09/2024	R\$ 7,93	R\$ 2,70
24	0,3	METRO CÚBICO	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF 08/2020	R\$ 314,72	R\$ 94,42
25	6,9	METRO	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022.	R\$ 6,35	R\$ 43,82
26	2	UNIDADE	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 06/2022	R\$ 7,39	R\$ 14,78
27	0,17	METRO CÚBICO	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF 08/2023	R\$ 34,78	R\$ 5,91
28	1	UNIDADE	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	R\$ 10,41	R\$ 10,41
29	1	UNIDADE	BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 X 20 MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 06/2022	R\$ 8,06	R\$ 8,06
30	1	UNIDADE	TORNEIRA DE METAL, AMARELO, PARA TANQUE / JARDIM, DE PAREDE, SEM BICO, CANO CURTO, PADRÃO POPULAR / USO GERAL, 1/2" OU 3/4"	R\$ 67,43	R\$ 67,43
31	1	UNIDADE	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL. DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 04/2024	R\$ 24,33	R\$ 24,33
32	1	UNIDADE	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 2000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	R\$ 1.385,14	R\$ 1.385,14
33	1	UNIDADE	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 1° - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2021	R\$ 153,71	R\$ 153,71
34	1	UNIDADE	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 1 1/2", INTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 04/2024	R\$ 42,40	R\$ 42,40
35	1	UNIDADE	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 50 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 08/2021	R\$ 77,28	R\$ 77,28
36	1	METRO	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 04/2024	R\$ 26,56	R\$ 26,56
37	1	UNIDADE	TE DE REDUÇÃO, 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 32 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 06/2022	R\$ 31,58	R\$ 31,58
38	20	METRO	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	R\$ 12,41	R\$ 248,20





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

39	1	UNIDADE	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	R\$ 15,68	R\$ 15,68
40	2	UNIDADE	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	R\$ 12,95	R\$ 25,90
41	5	UNIDADE	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	R\$ 10,99	R\$ 54,95
42	4	UNIDADE	BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 X 25 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	R\$ 6,63	R\$ 26,52
43	1	UNIDADE	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	R\$ 25,17	R\$ 25,17
44	20	METROS LINEAR	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	R\$ 6,35	R\$ 127,00
45	16	UNIDADE	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	R\$ 7,39	R\$ 118,24
46	5	UNIDADE	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	R\$ 10,41	R\$ 52,05
47	6	UNIDADE	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	R\$ 78,17	R\$ 469,02
48	2	UNIDADE	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM X 1", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	R\$ 31,99	R\$ 63,98
49	1	UNIDADE	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 32 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	R\$ 55,01	R\$ 55,01
50	10	METRO	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	R\$ 12,41	R\$ 124,10
51	3	UNIDADE	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	R\$ 10,99	R\$ 32,97
52	1	UNIDADE	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	R\$ 14,57	R\$ 14,57
53	11	METROS LINEAR	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	R\$ 28,73	R\$ 316,03
54	3	UNIDADE	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	R\$ 14,01	R\$ 42,03
55	3	UNIDADE	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.+ AF_08/2022	R\$ 14,27	R\$ 42,81
56	2	UNIDADE	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	R\$ 35,62	R\$ 71,24
57	1	UNIDADE	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	R\$ 19,81	R\$ 19,81
58	2	UNIDADE	TE SANITÁRIO DE REDUÇÃO, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	R\$ 19,34	R\$ 38,68
59	2	UNIDADE	CAIXA SIFONADA PVC, 150X 150 X50 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA (NBR 5688)	R\$ 52,83	R\$ 105,66
60	6	METROS LINEAR	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	R\$ 44,17	R\$ 265,02
61	5	UNIDADE	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMA, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	R\$ 29,21	R\$ 146,05
62	2	UNIDADE	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 150 X 185 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	R\$ 132,53	R\$ 265,06
63	20	METRO	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	R\$ 49,62	R\$ 992,40





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

64	1	UNIDADE	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	R\$ 34,29	R\$ 34,29
65	4	UNIDADE	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	R\$ 35,24	R\$ 140,96
66	3	UNIDADE	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ESGOTO, QUADRADA, EM TIJOLO MACIÇO, 60 X 60 X 60 CM, COM TAMPA DE CONCRETO ARMADO	R\$ 379,02	R\$ 1.137,06
67	1	UNIDADE	CAIXA DE GORDURA SIMPLES, CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,4 M, ALTURA INTERNA = 0,4 M. AF_12/2020	R\$ 243,56	R\$ 243,56
68	4	HORAS	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 40,47	R\$ 161,88
69	4	HORAS	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 30,85	R\$ 123,40
70	1	UNIDADE	CAIXA DE DESINFECÇÃO (CLORADOR), QUADRADA, EM TIJOLO MACIÇO 30 X 30 X 60 CM, COM TAMPA DE CONCRETO ARMADO	R\$ 88,48	R\$ 88,48
71	8	METRO	TUBO PVC, SÉRIE R. ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, AF_06/2022	R\$ 87,87	R\$ 702,96
72	2	UNIDADE	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022.	R\$ 136,31	R\$ 272,62
73	1	UNIDADE	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	R\$ 853,98	R\$ 853,98
74	45	UNIDADE	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA DE COZINHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	R\$ 21,6756	R\$ 975,40
75	1	UNIDADE	CUBA DE EMBUTIR DE AÇO INOXIDÁVEL MÉDIA, INCLUSO VÁLVULA TIPO AMERICANA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	R\$ 336,43	R\$ 336,43
76	1	UNIDADE	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	R\$ 13,52	R\$ 13,52
77	1	UNIDADE	TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, 1/2" PU 3/4". PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	R\$ 151,46	R\$ 151,46
78	2	UNIDADE	BANCADA GRANITO CINZA, 50 X 60 CM. INCL. CUBA DE EMBUTIR OVAL LOUÇA BRANCA 35X 50 CM, VÁLVULA METL CROMADO, SIFÃO FLEXÍVEL PVC, ENGATE 30 CM FLEXÍVEL PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNEC. E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	R\$ 877,28	R\$ 1.754,56
79	2	UNIDADE	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	R\$ 604,83	R\$ 1.209,66
80	2	UNIDADE	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	R\$ 123,95	R\$ 247,90
81	2	UNIDADE	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	R\$ 114,10	R\$ 228,20
82	3	UNIDADE	BARRA DE APOIO RETA, EM ALUMÍNIO, COMPRIMENTO 60CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	R\$ 400,98	R\$ 1.202,94
83	1	UNIDADE	BANCADA GRANITO CINZA 150 X 60 CM, COM CUBA DE EMBUTIR DE AÇO, VÁLVULA AMERICANA EM METAL, SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, ENGATE FLEXÍVEL 30 CM, TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, 1/2" OU 3/4", P/ ÁREA DE SERVIÇO- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	R\$ 1.634,51	R\$ 1.634,51
84	1	UNIDADE	TORNEIRA CROMADA 1/2" □ OU 3/4" □ PARA TANQUE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	R\$ 94,33	R\$ 94,33
85	1	UNIDADE	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1 X 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	R\$ 14,01	R\$ 14,01
86	1	UNIDADE	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	R\$ 13,52	R\$ 13,52
87	1	UNIDADE	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, EM PVC, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TERRA / NEUTRO, PARA 12 DISJUNTORES NEMA OU 16 DISJUNTORES DIN	R\$ 252,11	R\$ 252,11
88	1	HORAS	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 52,52	R\$ 52,52
89	1	HORAS	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 32,17	R\$ 32,17





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

90	200	METRO	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM ² , ANTI-CHAMA 450/450 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	R\$ 4,32	R\$ 864,00
91	195	UNIDADE	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	R\$ 6,20	R\$ 1.209,00
92	85	METROS LINEAR	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	R\$ 9,51	R\$ 808,35
93	51	METROS LINEAR	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM ² , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	R\$ 13,23	R\$ 674,73
94	3	UNIDADE	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	R\$ 73,37	R\$ 220,11
95	3	UNIDADE	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	R\$ 70,45	R\$ 211,35
96	16	UNIDADE	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	R\$ 56,94	R\$ 911,04
97	3	UNIDADE	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	R\$ 50,58	R\$ 151,74
98	3	UNIDADE	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	R\$ 77,52	R\$ 232,56
99	9	UNIDADE	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	R\$ 45,56	R\$ 410,04
100	1	UNIDADE	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	R\$ 69,14	R\$ 69,14
101	13	UNIDADE	LÂMPADA COMPACTA DE LED 10 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	R\$ 21,03	R\$ 273,39
102	3	UNIDADE	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO MEIA LÚA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED 6 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	R\$ 107,56	R\$ 322,68
103	4	UNIDADE	LUMINÁRIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO 50 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	R\$ 58,31	R\$ 233,24
104	30	METRO	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E	R\$ 13,77	R\$ 413,10
105	3	UNIDADE	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 20 M (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALAD EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	R\$ 15,06	R\$ 45,18
106	1	UNIDADE	CONDULETE DE PVC, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 20 MM (1/2"), APARENTE -FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	R\$ 31,09	R\$ 31,09
107	2	UNIDADE	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NORMAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	R\$ 14,01	R\$ 28,02
108	1		DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	R\$ 15,06	R\$ 15,06
109	3	UNIDADE	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	R\$ 16,99	R\$ 50,97
110	1	UNIDADE	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	R\$ 16,99	R\$ 16,99
111	2		DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	R\$ 28,04	R\$ 56,08
112	3	UNIDADE	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	R\$ 25,55	R\$ 76,65
113	2	UNIDADE	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PO QUÍMICO SECO (PQS) DE 4 KG, CLASE BC	R\$ 243,38	R\$ 486,76
114	1	UNIDADE	PLACA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA	R\$ 59,71	R\$ 59,71
115	91,7	METRO	CHAPIM (RUFO CAPA) EM AÇO GALVANIZADO, CORTE 33. AF_11/2020	R\$ 53,60	R\$ 4.915,12
116	10,88	METRO CÚBICO	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M ³ , LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	R\$ 7,93	R\$ 86,28





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

117	3,63	METRO CÚBICO	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (BRITA N.1 E N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO. ESPESSURA DE 5 CM	R\$ 177,8209	R\$ 645,49
118	72,54	METRO QUADRA	ARMAÇÃO PARA PISO COM USO DE TELA Q-283 E BARRA EM AÇO CA-50 10 MM NAS EMENDAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	R\$ 74,56	R\$ 5.408,58
119	7,27	METRO CÚBICO	CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL, CLASSE DE RESISTÊNCIA C30, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVIÇO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	R\$ 716,60	R\$ 5.209,68
120	72,54	METRO QUADRA	ACABAMENTO POLIDO PARA PISO DE CONCRETO ARMADO OU LAJE SOBRE SOLO DE ALTA RESISTÊNCIA. AF_09/2021	R\$ 42,62	R\$ 3.091,65
121	7,27	METROS LINEAR	JUNTA PLÁSTICA DE DILATAÇÃO PARA PISOS, COR CINZA, 27 X 3 MM (ALTURA X ESPESSURA)	R\$ 8,12	R\$ 59,03
122	1	HORAS	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE COBERTURA METÁLICA POR ENGENHEIRO MECÂNICO OU ENGENHEIRO CIVIL COM ESPECIALIDADE EM ESTRUTURA METÁLICA SOLDADA	R\$ 4.189,14	R\$ 4.189,14
123	2	UNIDADE	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTERNA EM AÇO, VÃO DE 7M, PAR TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA PLÁSTICA OU TERMO ACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	R\$ 1.503,16	R\$ 3.006,32
124	660	QUILOG	VIGA METÁLICA EM PERFIL LAMINADO OU SOLDADO EM AÇO ESTRUTURAL, COM CONEXÕES SOLDADAS, INCLUINDO JATEAMENTO ABRASIVO COM GRANALHA EM AÇO E PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO), MÃO DE OBRA, TRANSPORTE E IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	R\$ 44,00	R\$ 29.040,00
125	72,54	METRO QUADRA	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PAR TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMO ACÚSTICA, INCLUSOS TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	R\$ 57,68	R\$ 4.184,11
126	30,5	METRO QUADRA	TESTEIRA METÁLICA ESTRUTURA EM PERFIL "U" SIMPLES E FECHAMENTO COM TELHAS METÁLICAS ONDULADAS, INCLUSIVE PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA (ESMALTE SINTÉTICO) E TRANSPORTE VERTICAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	R\$ 214,01	R\$ 6.527,30
127	72,54	METRO QUADRA	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E + 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	R\$ 90,20	R\$ 6.543,11
128	22	METRO	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	R\$ 200,03	R\$ 4.400,66
129	14	METRO	RUFO EXTERNO/INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO , CORTE DE CM, INCLUSO IÇAMENTO. AF_2019	R\$ 69,15	R\$ 968,10
130	6,6	METRO	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022	R\$ 38,54	R\$ 254,36
131	1	UNIDADE	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	R\$ 853,98	R\$ 853,98
132	2,7	METRO CÚBICO	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	R\$ 115,82	R\$ 312,71
133	2,7	METRO CÚBICO	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023.	R\$ 29,22	R\$ 78,89
134	22	METRO	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	R\$ 61,78	R\$ 1.359,16
135	2	UNIDADE	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 X 100 MM., JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	R\$ 92,21	R\$ 184,42
136	2	UNIDADE	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	R\$ 43,49	R\$ 86,98
				TOTAL	R\$ 166.139,86
				TOTAL GERAL	R\$ 166.139,86

1.2 Tendo em vista que o objetivo dos procedimentos aquisitivos públicos é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos, é a justificativa de preço.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

1.3 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

1.4 O orçamento segue regras e critérios do [DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013](#) para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

1.5 Este Termo de Referência tem como base o conteúdo estabelecido no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual apresenta as diretrizes, justificativas e requisitos técnicos necessários para a contratação. O ETP fundamenta a necessidade da aquisição ou prestação de serviços, garantindo que a contratação esteja alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e efetividade, conforme as normativas aplicáveis.

1.6 O processo licitatório será conduzido na modalidade de concorrência eletrônica, com tipo de julgamento Execução Indireta Pelo Regime De EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, NA FORMA SEMI-INTEGRADA – Menor Preço GLOBAL, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Capítulo VI – Da Habilitação, da Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência, competitividade e observância aos requisitos normativos aplicáveis.

2. BENS E SERVIÇOS COMUNS

2.1 Os materiais e serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de obras e serviços comuns conforme artigo 6º, inciso XXXVIII da Lei nº 14.133/2021.

3. FORMA DE FORNECIMENTO

3.1 O prazo máximo para início dos serviços será de 05 (cinco) dias após a assinatura da Ordem de Início de Serviços. Execução e entrega total do objeto do presente Edital é de 04 (quatro) meses de acordo com o previsto no cronograma físico financeiro e será contado a partir **da data da assinatura da ordem de serviços.**

4. AVALIAÇÃO DO CUSTO

4.1 Considerando o decreto municipal nº 125 de 20 de outubro de 2022, o qual estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preço para aquisição de bens, contratação de serviços em geral.

4.2 As estimativas das quantidades para a contratação foram baseadas em uma análise detalhada dos elementos necessários para a execução completa do projeto. Esta análise considerou tanto as especificidades técnicas quanto as interdependências com outras contratações, garantindo uma abordagem abrangente e precisa.

4.3 A estimativa do valor da contratação para a execução da obra, é calculada com rigor técnico, integrando diversas referências técnicas e normativas. Este processo assegura que os valores utilizados sejam precisos, atualizados e compatíveis com as condições de mercado, garantindo a viabilidade econômica do projeto conforme segue:

4.3.1 Referências Utilizadas: Para a composição dos custos, utilizamos a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) referente





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

ao mês de abril de 2025. Esta tabela fornece os preços unitários de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços, assegurando que os valores utilizados estejam atualizados e reflitam as condições do mercado.

4.3.2 Projetos de Engenharia: Os projetos de engenharia são desenvolvidos por servidores capacitados, alocados na Secretaria de Planejamento de Obras do município de Ituporanga, abrangendo aspectos arquitetônicos, hidráulicos e sanitários. Esses projetos proporcionam uma base técnica sólida para a estimativa dos custos de construção.

4.3.3 Memórias de Cálculo e Documentação de Suporte: As quantidades estimadas foram acompanhadas de memórias de cálculo detalhadas e documentação de suporte, proporcionando transparência e justificando as quantidades necessárias. Estas memórias de cálculo consideram as interdependências com outras contratações e a otimização dos recursos, visando a maximização da economia de escala.

4.3.4 Valor Global Estimado: A partir da integração das referências da tabela SINAPI e dos projetos de engenharia, a estimativa global do valor da contratação é de **R\$ 166.139,87 (cento e sessenta e seis mil, cento e trinta e nove reais e oitenta e sete centavos)**. Este valor abrange todos os custos relacionados à execução da obra, incluindo:

- **Projeto de Cobertura Metálica:** Custo de Elaboração do Projeto Executivo da Cobertura Metálica da garagem, inclusive ART.
- **Materiais de Construção:** Custo de aquisição de todos os materiais necessários para a obra.
- **Mão de Obra:** Salários e encargos trabalhistas dos profissionais envolvidos na construção.
- **Equipamentos:** Locação e manutenção de equipamentos utilizados na obra.
- **Serviços:** Custos de serviços especializados, como topografia, geotecnia e consultorias técnicas.
- **Despesas Adicionais:** Custos com transporte, logística, licenças e autorizações necessárias.

4.3.5 Justificativa dos Valores: A utilização da tabela SINAPI e dos projetos de engenharia específicos garantem a precisão e a atualidade dos valores estimados.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

5.1 A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente serão designados o Gestor e o Fiscal.

5.2 O Gestor e o fiscal da obra, formalmente designado pela Administração, e comprovadamente habilitado, serão responsáveis pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive as pertinentes aos encargos complementares.

5.3 Além das atividades constantes no projeto básico, são atribuições do fiscal de obra:

a) Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o edital de licitação, garantias, contrato, projetos, especificações técnicas, cronogramas físico-financeiros previstos e realizados, orçamentos (com todos os anexos, inclusive as planilhas de composição da administração local e encargos complementares), medições, aditivos, reajustamentos, realinhamentos, comprovações dos pagamentos, correspondência, relatórios diários, certificados de ensaios e testes de materiais e serviços, protótipos, catálogos de materiais e equipamentos aplicados nos serviços e obras, livro de ocorrências, etc.

b) Analisar e aprovar o projeto das instalações provisórias e canteiro de serviço apresentados pela Contratada no início dos trabalhos;

c) Analisar e aprovar o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras a serem apresentados pela Contratada no início dos trabalhos;

d) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornecer informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

e) Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços e obras em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pelo Contratante;

f) Promover reuniões no local dos serviços para dirimir dúvidas, que serão documentadas em atas, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas, com as respectivas datas para conclusão das pendências ou tomadas de decisões;

g) Promover a presença dos autores dos projetos no canteiro de serviço, sempre que for necessária a verificação da exata correspondência entre as condições reais de execução e os parâmetros, definições e conceitos de projeto;

h) Inspeccionar sistematicamente o objeto do contrato, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece às especificações técnicas de materiais e/ou serviços, ao projeto, aos prazos estabelecidos e demais obrigações do contrato;

i) Realizar inspeções periódicas no canteiro de serviço, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho;

j) Promover reuniões periódicas no canteiro de serviço para análise e discussão sobre o andamento dos serviços e obras, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato, registrando em ata, todas as providências demandadas dessas reuniões;

k) Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

l) Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;

m) Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato;

n) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços e obras, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

o) Registrar no Livro de Ocorrências, com páginas numeradas, fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela Contratada e Fiscalização. Portanto, toda comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Livro de Ocorrências;

p) Elaborar, mensalmente, relatórios constando informações gerenciais da obra e encaminhá-los às instâncias superiores;

q) Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, que deverão ser acompanhadas por registro fotográfico e pelas respectivas memórias de cálculo bem como conferir, vistar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;

r) Verificar e aprovar a substituição de materiais, equipamentos e serviços solicitada pela Contratada e admitida nas Especificações Técnicas, com base na comprovação da equivalência entre os componentes;

s) Solicitar, formalmente, a contratada, nos eventuais aditivos e paralisações, justificativa técnica respectiva e com base na mesma, formar juízo de valor desses eventos e encaminhar a documentação necessária para instâncias superiores providenciarem as medidas cabíveis aos mesmos;

t) Comunicar a instâncias superiores qualquer infração cometida pela contratada, mediante parecer técnico fundamentado, a fim de que as medidas legais cabíveis possam ser aplicadas.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

u) Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;

v) Fiscalizar o cumprimento pela CONTRATADA quanto ao cumprimento dos encargos complementares.

w) Verificar e aprovar os desenhos “como construído” elaborados pela Contratada, registrando todas as modificações introduzidas no projeto original, de modo a documentar fielmente os serviços e obras efetivamente executados. Qualquer auxílio prestado pela Fiscalização na interpretação dos desenhos, Memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços e obras;

x) Exigir o registro no Diário de Obras, sob a responsabilidade da contratada, da entrada e saída de equipamentos, serviços executados e em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades das subcontratadas;

y) Receber provisoriamente a obra objeto deste Edital.

5.4 Na primeira medição deverá constar a(s) respectiva(s) Anotação(s) de Responsabilidade Técnica (ARTs) da fiscalização. - O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

5.5 A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

5.6 As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito, sob pena da aplicação das medidas legais cabíveis.

5.7 Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, mediante justificativa da Administração Pública e concordância da contratada.

6.2 O prazo de vigência inclui o período necessário para a execução dos serviços, eventuais ajustes, correções apontadas pela fiscalização e a conclusão dos trâmites administrativos para o recebimento definitivo do objeto.

6.3 A CONTRATADA deverá concluir a obra dentro do prazo de execução estabelecido no Cronograma Físico Financeiro, sem prejuízo da vigência contratual, sob pena de aplicação das sanções previstas.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

6.4 O encerramento do contrato não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades quanto a defeitos, vícios ou demais obrigações estabelecidas, especialmente aquelas previstas no prazo de garantia da obra.

7. DO PAGAMENTO

7.1 Os pagamentos serão efetuados após medição e análise da conformidade dos serviços realizados com o discriminado na respectiva nota fiscal, mediante o aceite do servidor designado e de acordo com a programação financeira da Administração Municipal de Ituporanga, obedecendo ao descrito abaixo:

- a) O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária, informado pelo contratado em sua proposta mediante a respectiva nota fiscal, em até 28 (vinte e oito) dias após o recebimento da nota fiscal.
- b) Se o objeto não for entregue conforme condições deste edital, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo;
- c) Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- d) Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

8 – DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 A subcontratação do objeto do contrato será permitida nas seguintes condições:

- a) Subcontratação Permitida: A subcontratação de serviços ou fornecimentos é permitida apenas mediante prévia e expressa autorização da Administração Contratante.
- b) Condições para Subcontratação: A subcontratação estará sujeita às seguintes condições:
 - I - A contratada deverá demonstrar que a subcontratada possui a qualificação técnica e os requisitos de habilitação necessários para a execução do objeto subcontratado.
 - II - A subcontratada deverá cumprir todas as condições contratuais aplicáveis ao objeto subcontratado.
 - III - A responsabilidade pela execução dos serviços ou fornecimentos subcontratados continuará a ser da contratada principal.
- c) Limite de Subcontratação: A parcela subcontratada não poderá exceder 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, garantindo que a contratada principal mantenha a responsabilidade técnica e gerencial sobre a execução global do contrato.
- d) Proibições: Não será permitida a subcontratação total do objeto do contrato. A subcontratação parcial deverá obedecer ao limite mencionado na alínea “c”.
- e) Fiscalização e Controle: A Administração Contratante terá o direito de fiscalizar a execução dos serviços ou fornecimentos subcontratados, devendo a contratada principal fornecer todas as informações e documentos necessários para essa fiscalização.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

f) **Rescisão:** O descumprimento das condições estabelecidas para a subcontratação poderá resultar na rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

g) **Responsabilidade Solidária:** A contratada principal será solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da execução dos serviços ou fornecimentos subcontratados.

8.2 Critérios para Subcontratação: Poderão ser subcontratados serviços especializados que exijam mão de obra específica ou equipamentos diferenciados, tais como:

- a) Fabricação de Placa de Obra;
- b) Serviço de pintura em altura;
- c) Serviço de pintura em estrutura metálica;
- d) Serviço de pintura epóxi;
- e) Fabricação e instalação de Calhas em aço galvanizado;
- f) Fabricação e instalação de Rufos em aço galvanizado;
- g) Fabricação e instalação de tesoura metálica.

8.2.1 Requisitos das Empresas Subcontratadas: As empresas subcontratadas deverão comprovar capacidade técnica compatível com o serviço a ser executado e atender aos critérios de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

8.2.2 Responsabilidade da Contratada Principal: A empresa contratada permanecerá responsável pela qualidade, segurança e conformidade dos serviços executados pelas subcontratadas, não sendo eximida de suas obrigações contratuais.

8.2.3 Preferência à Contratação Local: Considerando o impacto socioeconômico local, será incentivada a subcontratação de empresas sediadas no Município de Ituporanga, desde que cumpridos os requisitos de habilitação e qualificação.

8.2.4 Vedação à Subcontratação de Parentes: Fica expressamente vedada a subcontratação de empresas pertencentes ou administradas por cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de agentes públicos envolvidos na gestão do contrato, nos termos da legislação vigente.

8.2.5 Fiscalização da Subcontratação: O fiscal do contrato deverá observar rigorosamente o disposto no § 3º do Art. 122 da Lei 14.133/21, assegurando que:

- a) Os serviços subcontratados sejam executados conforme as especificações contratuais e normas técnicas aplicáveis;





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

- b) A subcontratada cumpra integralmente os requisitos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista;
- c) Não haja subcontratação em percentual superior ao permitido ou desvio de finalidade na execução dos serviços;
- d) Seja garantida a economicidade e a eficiência da execução da obra, sem prejuízo à qualidade e ao interesse público.

8.3 O controle e a fiscalização dos serviços subcontratados serão realizados pelo órgão gestor da obra, conforme previsto no plano de fiscalização e gestão do contrato.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

9.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Minuta do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- b) Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- f) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- g) Efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Memorial Descritivo, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, do Edital e da proposta.
- h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- i) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

- essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- j) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- k) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- l) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- m) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- n) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- o) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- p) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- q) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- r) Deverá ser corrigida por conta da Contratada toda e qualquer entrega não aprovada pela fiscalização, caso as mesmas não atendam às especificações constantes deste Termo de Referência ou às normas pertinentes, ficando a Contratante isenta de despesas.
- s) Prestar a execução dos serviços na forma ajustada;
- t) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- u) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as Obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- v) Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovam cumprir a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

licitação, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

- w) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais, tais como: luvas, sapatão, capacete;
- x) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no início da execução do Contrato;
- y) Recolhimento do INSS da obra.
- z) Recolher o ISSQN na base territorial da execução dos serviços.
- aa) Após a Ordem de serviços a contratada deverá abrir a inscrição no CNO (Cadastro Nacional de Obras) junto ao INSS.

9.1.2 A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança dos serviços, durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como no Art. 140 § 2º e 6º da Lei 14.133/2021.

9.1.2.1 Nos termos do Art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/21, o recebimento definitivo da obra pela Administração não exime o contratado de sua responsabilidade objetiva pela solidez, segurança dos materiais e serviços executados, bem como pela funcionalidade da construção, reforma, recuperação ou ampliação do bem imóvel.

9.1.2.2 O contratado permanecerá responsável pelo prazo de 5 (cinco) anos.

9.1.2.3 O prazo de 5 (cinco) anos estabelecido no item anterior terá início na data da assinatura do **Termo de Recebimento Definitivo da Obra**, lavrado pelo fiscal designado pela Administração, no qual se atestará a execução da obra em conformidade com os projetos, memorial descritivo, especificações técnicas e demais exigências contratuais, bem como a inexistência de vícios aparentes.

9.1.2.4 Caso sejam identificados vícios, defeitos ou incorreções no período de responsabilidade, o contratado deverá realizar as devidas reparações, correções, reconstruções ou substituições necessárias, garantindo a integridade da obra e o atendimento às exigências de segurança e funcionalidade. O não cumprimento dessas obrigações poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, conforme estabelecido neste Edital e na legislação vigente.

9.1.3 - DA APROVAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO

9.1.3.1 Em razão da adoção do **regime de execução semi-integrado**, nos termos do art. 46 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá à empresa contratada a elaboração completa do **Projeto Executivo de Engenharia**, com base nos elementos técnicos fornecidos pela Administração Pública no Termo de Referência e/ou Projeto Básico.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

9.1.3.2 A empresa vencedora deverá apresentar à Administração o Projeto Executivo no prazo máximo de **15 dias corridos úteis** após a assinatura do contrato, obedecendo aos padrões técnicos, normas legais vigentes e diretrizes constantes neste edital e seus anexos.

9.1.3.3 O Projeto Executivo somente poderá ser considerado aprovado após análise e **aprovação formal pelo Setor de Projetos de Engenharia** do órgão contratante, que terá o prazo de **15 dias corridos** para análise técnica e emissão de parecer, podendo solicitar ajustes e complementações, que deverão ser atendidos pela contratada no prazo de **7 dias corridos**.

9.1.3.4 A execução da obra somente poderá ser iniciada após a aprovação expressa do Projeto Executivo pela Administração. A empresa contratada assume inteira responsabilidade técnica pela compatibilidade entre o projeto apresentado e a execução da obra.

9.1.3.5 Eventuais alterações no Projeto Executivo, motivadas por exigências técnicas, legais ou de interesse público, deverão ser submetidas à nova análise e aprovação do Setor de Projetos de Engenharia, sem ônus adicional à Administração, exceto nos casos em que a alteração decorra de fato imputável à Administração.

9.2 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.2.1 São obrigações do Contratante:

9.2.1.1 A **CONTRATANTE** se obriga a proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente licitatório, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021;

9.1.1.2 Emitir parecer técnico sobre o projeto executivo apresentado pela contratada, após análise formal a ser realizada pelo Setor de Projetos de Engenharia, no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da documentação. Caso sejam identificadas inconsistências, omissões ou necessidade de ajustes, o setor responsável poderá solicitar as devidas correções e complementações, as quais deverão ser atendidas pela contratada no **prazo máximo de 7 (sete) dias corridos**.

9.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.2.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.2.5 Rejeitar os serviços executados ou entrega de bens em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;

9.2.6 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

aceitação e recebimento definitivo;

9.2.7 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.2.8 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

9.2.9 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a aquisição do bem;

9.2.10 Emitir a Nota de Empenho, com as informações necessárias, em favor da Contratada e responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas informações contidas no Termo de Referência, e ainda, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações;

9.2.11 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.2.12 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.2.13 Cientificar a Procuradoria do Município de Ituporanga para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.2.14 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.2.15 Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias;

9.2.16 Designar representante(s), denominado(s) GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, e o qual notificará à CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados;

9.2.17 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais

9.2.18 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2.19 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no [art. 7º desta Lei](#), ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

9.2.20 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.2.21 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.2.22 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

10 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

10.1 A presente contratação tem como finalidade a execução da obra de construção da nova **Sede do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência**, contemplando todas as etapas necessárias para a implantação da edificação, conforme as especificações técnicas, projetos executivos e demais documentos que integram este Termo de Referência.

A solução proposta visa atender às necessidades operacionais, administrativas e logísticas do SAMU, garantindo a infraestrutura adequada para o pleno funcionamento do serviço de urgência e emergência pré-hospitalar, respeitando as normas da Anvisa, do Ministério da Saúde, da ABNT e demais legislações pertinentes.

A execução da sede deverá contemplar:

- **Infraestrutura física** com salas administrativas, salas de regulação médica, salas de atendimento, alojamentos, vestiários, copa, banheiros adaptados, almoxarifado, garagem coberta para ambulâncias, pátio de manobra e estacionamento.
- **Instalações prediais completas**, incluindo rede elétrica, hidráulica, sanitária, lógica, telefônica, SPDA (sistema de proteção contra descargas atmosféricas).
- **Acabamentos de acordo com os padrões sanitários e de acessibilidade**, garantindo a durabilidade, funcionalidade e segurança dos ambientes.
- **Execução com base nos projetos arquitetônico, estrutural, elétrico, hidráulico, preventivo contra incêndio e demais projetos complementares** fornecidos pela Administração Pública.
- **Fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e serviços especializados necessários à completa entrega da obra**, de forma contínua e eficiente, conforme cronograma físico-financeiro pactuado.
- **Cumprimento das normas técnicas e de segurança**, bem como diretrizes de sustentabilidade e acessibilidade universal.

10.2 A solução ora descrita deverá garantir a implantação de uma unidade funcional e eficiente, promovendo melhores condições de trabalho para os profissionais e assegurando





um serviço de qualidade à população no atendimento de urgência e emergência.

11 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

11.1 A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no Art. 2º, inciso VI da Lei 14.133/2021.

11.2 Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e os padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento, bem como no termo de referência.

11.3 O Projeto Executivo será elaborado com os elementos necessários e suficientes, com precisão compatível ao dimensionamento da obra, de modo a assegurar a viabilidade técnica e atender os requisitos de impacto ambiental do empreendimento.

11.4 Deverá ser apresentado na contratação da obra de engenharia:

- a) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- b) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico profissional;
- c) Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado.

Com base nos aspectos construtivos do projeto, vislumbra-se a sua caracterização como obra comum de engenharia visto que:

- a) Os serviços a serem executados não são dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito;
- b) Existem contratações similares feita pela Administração Pública, em execução ou concluídas;
- c) Os métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para sua





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

feitura são frequentemente empregados;

d) Os padrões de desempenho e qualidade são aferidas através de especificações técnicas usuais (entre estas destaca-se as elaboradas pelo DNIT e NBR);

e) Existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame licitatório.

f) O regime de execução da obra em pauta será de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, NA FORMA SEMI-INTEGRADA.

12 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1 O município de Ituporanga tem investido em melhorias na saúde, almejando promover a qualidade de vida dos seus cidadãos e contribuintes. Nesse sentido, as principais pretensões acerca da execução da Sede do SAMU são aprimorar a agilidade de atendimento, bem como o ambiente de trabalho dos colaboradores.

12.2 Os serviços envolvendo revestimentos (emboço), acabamentos (cerâmicas e pintura) instalações hidrossanitárias, elétricas e preventivas contra incêndio, bem como as suas respectivas peças de utilização são pré-requisitos para a fase de uso e operação da edificação. Portanto, a conclusão da Etapa 1 prevista em Projeto é indispensável ao uso adequado da edificação.

12.3 Por sua vez, os serviços relacionados à execução da garagem (piso e cobertura), previstos em Projeto da Etapa 2, são necessários para garantir o conforto dos colaboradores.

12.4 Conclusão: Os resultados pretendidos com a conclusão da sede do SAMU, no bairro Centro, visam aprimorar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, bem como o conforto dos seus colaboradores.

13 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1 A seleção do fornecedor será realizada na modalidade **Concorrência Eletrônica**, do tipo **menor preço global**, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

13.2 A disputa será conduzida em sessão pública por meio do sistema eletrônico adotado pela Administração, assegurando tratamento isonômico entre os licitantes e condições para a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

13.3 Serão consideradas para julgamento apenas as propostas que:

1. **Atendam integralmente** às exigências do edital, incluindo as especificações técnicas do projeto, memorial descritivo e demais anexos;
2. **Apresentem documentação de habilitação** comprobatória da capacidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme definido no edital;
3. Demonstrem **capacidade técnica operacional e profissional** para execução de obras de natureza e complexidade semelhantes, mediante apresentação de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas pelo CREA/CAU;
4. Possuam **responsável técnico habilitado** e registrado no respectivo conselho profissional, com vínculo formal com a licitante;
5. Cumpram as exigências de **visita técnica** (quando prevista no edital) para conhecimento das condições reais do local da obra.

13.4 O julgamento será realizado com base no **menor preço global**, desde que compatível com o orçamento estimado pela Administração e que a proposta seja considerada exequível nos termos da legislação vigente. Em caso de empate, serão aplicados os critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei nº 14.133/2021.

14 – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

14.1 Os recursos para a aquisição do objeto da presente **Concorrência Eletrônica** serão as inseridas no quadro abaixo e poderá ser suplementada a dotação orçamentária quando do recebimento dos recursos do governo do estado:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
9	SECRETARIA DA SAUDE
1	Secretaria da Saúde
1009	Ampliação, Construção e Reformas de Unidades de Saúde
3449051910000000000	Obras em andamento
150010020134	Recursos 15% - Saúde

Código Dotação	Descrição
9	SECRETARIA DA SAUDE
1	Secretaria da Saúde
1008	Aquisição de Veículos e Equipamentos e Imóveis
3449051910000000000	Obras em andamento
271032100372	Transferência Especial dos Estados - Emendas Parlamentares Individuais - Estado/Saúde





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

ANEXO VII
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2025/FMS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025/FMS

FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO

Razão Social: _____.

CNPJ _____.

Endereço: _____ Bairro _____.

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____.

Telefone: (____) _____ whatsapp: (____) _____.

Nome da pessoa para contatos: _____.

Telefone: (____) _____ E-mail: _____.

Nome completo da pessoa que assinará o contrato: _____.

Cargo que a pessoa ocupa na empresa: _____.

Conta Bancária _____ Agência _____ Banco _____.

Preferencialmente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal

RG nr.: _____ CPF: _____.

Obs.: em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Data:

(Carimbo e assinatura do responsável pelas informações)

Observação: Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com a documentação. Estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2025/FMS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025/FMS

ANEXO VIII

I. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO



CFF - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
OGU

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TGOV	PROponente TOMADOR 0) PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA	APELIDO EMPREENDIMENTO SEDE SAMU	DESCRIÇÃO DO LOTE EXECUÇÃO DA SEDE DO SAMU
------------------	---------	---	-------------------------------------	---

Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
				07/25	08/25	09/25	10/25	11/25	12/25	01/26	02/26	03/26	04/26	05/26	06/26
1.	EDIFICAÇÃO	89.648,91	% Período	44,46%	36,56%	14,81%	4,18%								
1.1.	PLACA DE OBRA E ADM LOCAL	5.351,49	% Período	25,00%	20,00%	25,00%	30,00%								
1.2.	REVESTIMENTO	34.472,73	% Período	75,00%	25,00%										
1.3.	ESQUADRIAS	19.320,48	% Período		50,00%	50,00%									
1.4.	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	17.382,31	% Período	50,00%	50,00%										
1.5.	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	7.584,66	% Período	20,00%	30,00%	30,00%	20,00%								
1.6.	SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO	623,12	% Período				100,00%								
1.7.	COBERTURA	4.915,12	% Período	50,00%	50,00%										
2.	GARAGEM	76.489,96	% Período	4,74%	4,74%	33,79%	56,73%								
2.1.	PISO EM CONCRETO ARMADO	14.500,71	% Período	25,00%	25,00%	50,00%									
2.2.	COBERTURA METÁLICA	61.989,25	% Período				30,00%	70,00%							
Total: R\$ 166.139,87				%	26,17%	21,81%	23,66%	26,37%							
				Repasso	-	-	-	-							
				Contrapartida	43.483,24	36.398,02	39.120,64	47.137,97							
				Outros	-	-	-	-							
				Investimento	43.483,24	36.398,02	39.120,64	47.137,97							
				%	26,17%	46,38%	71,63%	100,00%							
				Repasso	-	-	-	-							
				Contrapartida	43.483,24	79.881,26	119.001,90	166.139,87							
				Outros	-	-	-	-							
				Investimento	43.483,24	79.881,26	119.001,90	166.139,87							
				Administração Local	25,00%	45,00%	70,00%	100,00%							

ITUPORANGA
Local
sexta-feira, 23 de maio de 2025
Data

Documento assinado digitalmente
gov.br HENRIQUE DUARTE SALES CARVALHO
Data: 04/06/2025 11:30:39-0300
Verifique em <https://validar.ig.gov.br>

Responsável Técnico
Nome: HENRIQUE DUARTE SALES CARVALHO
CREA/CAU: 119279-6
ART/IRRT: 9254614-3





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

II. BDI

CAIXA		Quadro de Composição do BDI	Grau de Sigilo #PÚBLICO
Nº OPERAÇÃO 0	Nº TRANSFEREGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA	
APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE SEDE SAMU / EXECUÇÃO DA SEDE DO SAMU			
Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:			
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 9%):			2,00%
BDI 1			
TIPO DE OBRA Construção e Reforma de Edifícios			
Itens	Siglas	%	Adotado
Administração Central	AC	5,00%	
Seguro e Garantia	SG	1,00%	
Risco	R	1,30%	
Despesas Financeiras	DF	1,00%	
Lucro	L	7,00%	
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	0,00%	
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0,00%	
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	20,35%	

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 0%, com a respectiva alíquota de 2%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

ITUPORANGA
Local

sexta-feira, 23 de maio de 2025
Data

Responsável Técnico
Nome: HENRIQUE DUARTE SALES CARVALHO
CREA/CAU: 119279-5
ART/RRT: 9254614-3

documento assinado digitalmente
gov.br HENRIQUE DUARTE SALES CARVALHO
Data: 01/06/2025 11:10:10 -0300
Verifique em: <https://validar.br.gov.br>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2025 08:27:03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/rpb61ce13c1dd91>





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

III. MEMORIAL DESCRITIVO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBRA: EXECUÇÃO DA SEDE DO SAMU, MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

Responsável Técnico

HENRIQUE DUARTE SALES CARVALHO

Engenheiro Civil - CREA/SC 119279-5

Representante Tomador

GEISON KURTZ

Prefeito do Município de Ituporanga

ITUPORANGA /SC

MAIO / 2025





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

INFORMAÇÕES GERAIS

Este Memorial Descritivo trata de um projeto de execução da segunda etapa (Etapa II) Sede do Samu, e tem por finalidade fornecer as informações descritivas, no que diz respeito às definições de projetos.

NORMAS TÉCNICAS

A execução de todos os serviços que compõem a obra objeto deverá obedecer às Normas da ABNT em vigor, inclusive às das Concessionárias locais. Ficará a critério da fiscalização impugnar qualquer serviço que não satisfaça ao estabelecido neste.

Caso haja incompatibilidade de execução de determinado serviço, por conta das especificações técnicas ou dos Projetos, o Responsável Técnico deverá ser consultado para deliberar sobre a divergência.

Nenhuma modificação poderá ser feita no Projeto ou durante a execução deste, sem o consentimento por escrito e devidamente assinado pelo Responsável Técnico.

EXECUÇÃO

As obras deverão ser executadas por profissionais devidamente habilitados, **inclusive no tocante aos cursos de capacitação específicos para cada tipo de serviço**, desde as instalações iniciais até a limpeza e entrega da obra, com todas as instalações em perfeito estado de operação e funcionamento.

Equipamentos de Proteção Individual

A empresa executora deverá providenciar equipamentos de proteção individual, EPI, necessários e adequados ao desenvolvimento de cada etapa dos serviços, conforme normas na NR-06, NR-10 e NR-18 portaria 3214 do MT, bem como os demais dispositivos de segurança.

Equipamentos de Proteção Coletiva

O profissional credenciado para dirigir os trabalhos por parte da empresa executora deverá dar assistência à obra, fazendo-se presente no local durante todo o período de execução, especialmente, nos momentos de vistoria e nas reuniões solicitadas pela Fiscalização. Este profissional será responsável pelo preenchimento do Livro Diário de Obra.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Todas as ordens de serviço ou comunicações da Fiscalização à empresa executora da obra, ou vice-versa, serão transmitidas por escrito, e somente assim produzirão seus efeitos legais. Para tal, deverá ser usado o Livro Diário da Obra, o qual deverá ser preenchido DIARIAMENTE. Destacamos que o Livro Diário de Obras e a medição serão pré-requisitos para liberação da fatura. Este livro deverá ficar permanentemente na obra, juntamente com as cópias de todos os projetos, detalhes e especificações técnicas que envolvem a execução do objeto.

RESPONSABILIDADE DA EMPRESA EXECUTORA

A menos que especificado em contrário, é obrigação da empresa executora a execução de todos os serviços descritos e mencionados nas especificações, bem como o fornecimento de todo o material, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, EPI, EPC, andaimes, guinchos ou outros que se façam necessários à adequada execução do objeto.

Deverá também:

- I. Respeitar os projetos, especificações e determinações da Fiscalização, não sendo admitidas quaisquer alterações ou modificações do que estiver determinado pelas especificações e projetos;
- II. Retirar imediatamente da obra qualquer material que for rejeitado, desfazer ou corrigir as obras e serviços reprovados pela Fiscalização, dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com as despesas de material e mão-de-obra envolvidas;
- III. Acatar prontamente as exigências e observações da Fiscalização, baseadas nas especificações e regras técnicas;
- IV. O que também estiver mencionado como de sua competência e responsabilidade e adiante neste Caderno, Edital e Contrato;
- V. Fornecimento de ART de execução de todos os serviços;
- VI. Preenchimento do Livro Diário de Obra, fornecendo cópias para a Secretaria Municipal de Planejamento.

RESPONSABILIDADES DA FISCALIZAÇÃO

Exercer todos os atos necessários à verificação do cumprimento do Contrato, dos projetos e das especificações;





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado na conformidade das Normas da ABNT e dos termos do projeto e especificações, ou que atentem contra a segurança;

Não permitir nenhuma alteração nos projetos e especificações, sem prévia justificativa técnica por parte da CONTRATADA à Fiscalização, cuja autorização ou não, será feita também por escrito através da Fiscalização;

Deliberar os casos omissos nas especificações ou projetos;

Registrar no Livro Diário da Obra, as irregularidades ou falhas que surgirem ao longo das etapas da obra;

Controlar o andamento das etapas e atividades definidas no cronograma;

O que também estiver mencionado como de sua competência e responsabilidade, adiante neste Caderno, Edital e Contrato;

Realizar as medições para fins de pagamento na metodologia de Planilha de Boletim de Medição (BM);

MATERIAIS

Todos os materiais seguirão rigorosamente o que for especificado no presente Memorial Descritivo. A não ser quando especificados em contrário, os materiais empregados serão todos de primeira qualidade e obedecerão às condições da ABNT. Na ocorrência de comprovada impossibilidade de adquirir o material especificado, deverá ser solicitada substituição por escrito, com a aprovação dos autores/fiscalização do projeto de reforma/construção. A expressão "de primeira qualidade", quando citada, tem nas presentes especificações, o sentido que lhe é usualmente dado no comércio; indica, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior. É vedado à empresa executora manter no canteiro das obras quaisquer materiais que não satisfaçam às condições destas especificações. Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, este pedido de substituição deverá ser instruído com as razões determinantes para tal, orçamento comparativo e laudo de exame.

MÃO DE OBRA

A mão-de-obra a empregar será, obrigatoriamente, de qualidade comprovada, de acabamento esmerado e de inteiro acordo com as especificações constantes no memorial descritivo.

A empresa executante da obra se obriga a executar rigorosamente os serviços, obedecendo fielmente aos projetos, especificações e documentos, bem como os padrões de qualidade, resistência e segurança estabelecidos nas normas





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

recomendadas ou aprovadas pela ABNT, ou, na sua falta, pelas normas usuais indicadas pela boa técnica.

É **OBRIGATÓRIO** o uso de EPI durante a execução dos serviços, sempre de acordo com as atividades que estiverem sendo desenvolvidas. O não cumprimento dessa exigência poderá acarretar em penalizações à CONTRATADA.

As obras e suas instalações deverão ser entregues completas e em condições de funcionar plenamente. Deverão estar devidamente limpas e livres de entulhos de obra. A Contratada planejará e manterá as construções e instalações provisórias que se fizerem necessárias para o bom andamento da obra, devendo antes da entrega da mesma, retirá-las e recompor as áreas usadas. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, todas as despesas com as instalações da obra, compreendendo todos os aparelhos, ferramentas, tapumes, andaimes, suporte para placas e outros. Serviços técnicos só serão permitidos a sua execução por profissional habilitado e os mesmos deverão estar identificados dentro do canteiro junto aos equipamentos e junto a documentação da obra, conforme Normas Reguladoras do MT.

1) EDIFICAÇÃO

1.1) PLACA DE OBRA

1.1.0.0.1) ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES

1.1.0.0.2) FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA.

A placa de obra deverá ser confeccionada de acordo com as cores, medidas, proporções e demais orientações contidas no Manual de Marca GOV/SC, disponibilizado no site do Estado de Santa Catarina (<https://estado.sc.gov.br>).

A placa deverá ser confeccionada com chapas planas metálicas (galvanizadas). As informações contidas nas placas deverão ser, preferencialmente, de material plástico (poliestireno) pois este material proporciona maior durabilidade. Caso haja indisponibilidade do referido material plástico, os dados poderão ser pintados com tinta à base de óleo ou esmalte sintético.

As placas deverão ser fixadas em local visível, preferencialmente, no acesso principal ao empreendimento. As dimensões da placa de obra deverão ser de 3,00 m (três metros) de largura por 1,00 m (um) de altura.

É importante que as placas permaneçam em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão de cores, durante todo o período da obra.





1.2) REVESTIMENTO

1.2.1) Revestimento de Parede

1.2.1.0.1) ARGAMASSA TRAÇO 1:7 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTE PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MECÂNICO COM MISTURADOR DE EIXO HORIZONTAL DE 600 KG.

Após execução e cura do chapisco, deverá ser realizado emboço com argamassa traço 1:7 (em volume de cimento e areia média úmida), com adição de aditivo plastificante e estabilizador para reboco, líquido, isento de cloretos. O preparo da argamassa será realizado por meio de misturador de eixo horizontal. A espessura do emboço será de 2 cm (dois) e o acabamento do emboço deverá ser reguado e desempenado. Para assegurar a espessura e o prumo desejado, será necessário efetuar o arqueamento antes de executar o emboço. Ressaltamos que o emboço deverá atender as orientações da ABNT NBR 13749 (2013).

1.2.1.0.2) LIXAMENTO MECANIZADO DE PAREDE E TETO PARA PINTURA.

O preparo das paredes para pintura deverá ser realizado por meio de lixamento mecanizado, com auxílio de lixadeira de parede aparelhada com lixa em folha para parede, nº 120, cor vermelha.

1.2.1.0.3) APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS.

Após lixamento do emboço, deverá ser aplicado fundo **SELADOR ACRÍLICO OPACO PREMIUM**. Ressalta-se que antes de aplicar o selador, as superfícies deverão permanecer devidamente limpas e secas, isentas de poeira, gordura, mofo ou resquícios do serviço de lixamento.

1.2.1.0.4) PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS.

Após aplicação e cura do fundo selador acrílico **PREMIUM**, deverá ser executada a **PINTURA ACRÍLICA PREMIUM, EM DUAS DEMÃOS, CONFORME CORES ESPECIFICADAS EM PROJETO**. Destacamos que a tonalidade da tinta deverá ser aprovada pelo fiscal de obra ou gestor do contrato **vale salientar que o procedimento de pintura deverá atender as exigências descritas na ABNT**





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

NBR 13245 (2011).

1.2.1.0.5) *REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES COM ARGAMASSA TIPO AC III - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

O revestimento cerâmico das paredes deverá ser executado nos locais destacados em linha vermelha no Projeto Arquitetônico. A **CERÂMICA ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 33 x 45 cm** (trinta e três por quarenta e cinco) deverá ser fixada com **ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III**.

O rejunte deverá ser executado na cor compatível à cerâmica. Em caso de dúvida a respeito da cor do rejunte, o fiscal de obra ou gestor do contrato deverá ser consultado.

1.2.2) Revestimento de Piso

1.2.2.0.1) *ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA CONTRAPISO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L.*

O contrapiso deverá ser aplicado sobre o piso de concreto armado, com argamassa traço 1:3 (em volume de cimento e areia média úmida), preparado em betoneira. Antes de executar o contrapiso, o piso deverá ser taqueado de modo a apresentar o nível adequado, bem como o caimento necessário nas áreas molhadas. A espessura do contrapiso será de 5 cm (cinco) e o acabamento deverá ser reguado e desempenado.

1.2.2.0.2) *REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADAS COM ARGAMASSA TIPO AC III - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

O revestimento cerâmico do piso deverá ser executado sobre o contrapiso, após execução e cura. A **CERÂMICA ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45 x 45 cm** (quarenta e cinco por quarenta e cinco) deverá ser fixada com **ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III**. A cor do rejunte deverá ser compatível à cerâmica. Caso haja dúvida sobre a cor do rejunte, o fiscal de obra ou gestor do contrato deverá ser consultado. A espessura da fuga deverá respeitar a indicação do fabricante do piso.

1.2.2.0.3) *RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45CM.*





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

O rodapé cerâmico deverá ser executado em **CERÂMICA ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45 x 45 cm** (quarenta e cinco por quarenta e cinco), idêntica à cerâmica empregada no piso. Da mesma forma, a cor do rejunte dos rodapés deverá ser equivalente à cor do rejunte utilizado no piso. Vale ressaltar que a fuga do rodapé deverá ser semelhante e alinhada à fuga do piso.

1.2.3) Revestimento de Teto

1.2.3.0.1) ARGAMASSA TRAÇO 1:7 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTE PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MECÂNICO COM MISTURADOR DE EIXO HORIZONTAL DE 600 KG.

Após execução e cura do chapisco, deverá ser executado o emboço, com argamassa traço 1:7 (em volume de cimento e areia média úmida) e adição de aditivo plastificante/estabilizador para reboco, líquido, isento de cloretos. O preparo da argamassa será realizado por meio de misturador de eixo horizontal. A espessura do emboço será de 2 cm (dois) e o acabamento do emboço deverá ser reguado e desempenado. Visando garantir a espessura e o prumo almejado, será necessário efetuar o taqueamento antes de executar o emboço. Ressaltamos que o emboço deverá atender as orientações da ABNT NBR 13749 (2013).

1.2.3.0.2) LIXAMENTO MECANIZADO DE PAREDE E TETO PARA PINTURA.

O preparo dos tetos para pintura deverá ser realizado por meio de lixamento mecanizado, com auxílio de lixadeira de parede aparelhada com lixa em folha para parede, nº 120, cor vermelha.

1.2.3.0.3) FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO.

Após lixamento do emboço, deverá ser aplicado fundo **SELADOR ACRÍLICO OPACO PREMIUM**. Ressalta-se que antes de aplicar o selador, as superfícies deverão permanecer devidamente limpas e secas, isentas de poeira, gordura, mofo ou resquícios do serviço de lixamento.

1.2.3.0.4) PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS.

Após aplicação e cura do fundo selador acrílico **PREMIUM**, deverá ser executada a **PINTURA ACRÍLICA PREMIUM NO TETO, EM DUAS DEMÃOS, NA COR**





BRANCO NEVE. Vale salientar que o procedimento de pintura deverá atender as exigências descritas na ABNT NBR 13245 (2011).

1.3) ESQUADRIAS

1.3.1) JANELAS

1.3.1.0.1) JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.

As janelas de alumínio de correr, com duas folhas, incluindo vidros, batentes, ferragens e acabamentos, deverão ser instaladas nos locais indicados no Projeto Arquitetônico, em que:

- 4 Janelas (J01) de 1,4 m de largura por 1,2 m de altura;
- 1 Janela (J02) de 1,4 m de largura por 1,0 m de altura.

As janelas descritas em Projeto arquitetônico como J01 deverão ser instaladas a 90 cm (noventa) de altura. Por sua vez, as janelas referidas por J02 deverão ser instaladas a 1,10 m (um vírgula um) de altura.

As janelas supracitadas deverão ser em alumínio perfil 25, acabamento branco, batente de 6 (seis) a 7 cm (sete) e vidro 4 mm (quatro). Para fixação deverá ser empregado parafuso de aço zincado com rosca soberba, cabeça chata, fenda simples, diâmetro de 4,2 mm (quatro vírgula dois) e comprimento de 32 mm (trinta e dois). O Acabamento deverá ser realizado em silicone acético incolor na parte interna e externa da esquadria, sem falhas ou imperfeições, evitando assim, possíveis pontos de infiltração. Destacamos que as esquadrias e os vidros deverão ser limpos após instalação, pois não serão aceitas esquadrias ou vidros sujos, com resquícios de silicone, poeira, gordura, graxa ou com qualquer sinal de avaria.

1.3.1.0.2) JANELA BASCULANTE, EM ALUMINIO PERFIL 20, 80 X 60 CM (A X L), 4 FLS (1 FIXA E 3 MOVEIS), ACABAMENTO BRANCO, BATENTE DE 3 A 4 CM, COM VIDRO 4 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.

As janelas basculantes, em alumínio, com quatro folhas, incluindo vidros, batentes, ferragens e acabamentos, deverão ser instaladas nos locais indicados no Projeto Arquitetônico, em que:

- 4 Janelas (J04) de 0,8 m de largura por 0,6 m de altura.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

As janelas descritas em Projeto arquitetônico como J04 deverão ser instaladas a 1,50 m (um vírgula cinco) de altura.

As janelas mencionadas deverão ser em alumínio perfil 20, com quatro folhas, sendo uma fixa e três moveis, acabamento branco, batente de 3 (três) a 4 cm (quatro) e vidro temperado Mini Boreal de 4 mm. Para fixação deverá ser empregado parafuso de aço zincado com rosca soberba, cabeça chata, fenda simples, diâmetro de 4,2 mm (quatro vírgula dois) e comprimento de 32 mm (trinta e dois). O Acabamento deverá ser realizado em silicone acético incolor na parte interna e externa da esquadria, sem falhas ou imperfeições, de forma a evitar infiltração. Destacamos que as esquadrias e os vidros deverão permanecer limpos após instalação, uma vez que não serão aceitas esquadrias ou vidros sujos, com resquícios de silicone, poeira, gordura, graxa ou com qualquer imperfeição.

1.3.1.0.3) JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, COM VIDROS, BATENTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR, ACABAMENTO E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.

As janelas maxim-ar, em alumínio, incluindo vidros, batentes e ferragens deverão ser instaladas nos locais indicados no Projeto Arquitetônico, em que:

- 1 Janela (J03) de 1,2 m de largura por 0,6 m de altura.

As janelas descritas em Projeto arquitetônico como J03 deverão ser instaladas a 1,50 m (um vírgula cinco) de altura.

A referida janela deverá ser em alumínio perfil 25, com uma folha móvel, acabamento branco batente de 4 (quatro) a 5 cm (cinco) e vidro temperado Mini Boreal de 4 mm.

A fixação da esquadria deverá ser realizada por meio de parafuso de aço zincado com rosca soberba, cabeça chata, fenda simples, diâmetro de 4,2 mm (quatro vírgula dois) e comprimento de 32 mm (trinta e dois). O Acabamento deverá ser realizado em silicone acético incolor na parte interna e externa da esquadria, sem falhas ou imperfeições, de maneira a garantir a vedação da esquadria, assim como, promover o acabamento adequado. Reiteramos que as esquadrias e os vidros deverão permanecer limpos após instalação, visto que não serão aceitas esquadrias ou vidros sujos ou com imperfeição.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

1.3.2) PORTAS

1.3.2.0.1) KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA MÉDIA, 70X210CM, INCLUSIVE VISTA, BATENTES, DOBRADIÇAS, FECHADURA E FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.

1.3.2.0.2) KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA MÉDIA, 80X210CM, INCLUSIVE VISTA, BATENTES, DOBRADIÇAS, FECHADURA E FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.

As portas de madeira deverão conter folhas médias (NBR 15930) de 40 mm (quarenta) de espessura, núcleos semissólidos (sarrafeado), estruturas usinadas para fechadura, capas lisas em HDF (*High Density Fiberboard*), acabamentos melamínicos branco. A fixação das portas deverá ser realizada através de aplicação manual de espuma expansiva de poliuretano. Vale ressaltar que as dobradiças, vistas e batentes estão inclusos neste item (REFERENCIA SINAPI 12/23) e deverão apresentar o mesmo acabamento da folha da porta.

A fechadura da porta deverá ser de modelo espelho, em aço inox (máquina, testa e contra testa) e em liga zamac (maçaneta, lingueta e trincos) com acabamento cromado, máquina de 40 mm (quarenta), incluindo chave tipo interna.

As dimensões e locais de instalação das portas são descritos em Projeto Arquitetônico, no qual lê-se:

- 1 Porta P1 – 70 cm de largura por 210 cm de altura;
- 6 Portas P2 – 80 cm de largura por 210 cm de altura.

1.3.2.0.3) KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA MÉDIA, 90 X 210 CM, INCLUSIVE VISTA, BATENTES, DOBRADIÇAS, FECHADURA E FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.

A porta de entrada (P4) da edificação deverá ser de madeira, com folha média (NBR 15930) de 90 cm (noventa) de largura, 210 cm (duzentos e dez) de altura, 40 mm (quarenta) de espessura, núcleo semissólido (sarrafeado), estrutura usinada para fechadura, capa lisa em HDF, acabamento melamínico branco (inclui marco, alizares e dobradiças). A fixação da porta deverá ser realizada através de aplicação manual de espuma expansiva de poliuretano.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

A fechadura da porta deverá ser tipo espelho para porta externa, em aço inox (máquina, testa e contra testa) e em liga zamac (maçaneta, lingueta e trincos) com acabamento cromado, máquina de 40 mm, incluindo chave tipo cilindro.

1.3.2.0.4) KIT DE PORTA DE CORRER DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA MÉDIA, 80X210CM, INCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.

A porta de correr de madeira deverá dispor de folha média (NBR 15930), com folha média (NBR 15930) de 80 cm (oitenta) de largura, 210 cm (duzentos e dez) de altura, 40 mm (quarenta) de espessura, núcleo semissólido (sarrafeado), estrutura usinada para fechadura, capa lisa em HDF, acabamento melamínico branco, incluindo batentes e vistas. A fixação da porta deverá ser realizada por meio de aplicação manual de espuma expansiva de poliuretano.

A fechadura da porta deverá ser do tipo espelho, em aço inox (máquina, testa e contra testa) e em liga zamac (maçaneta, lingueta e trincos) com acabamento cromado, máquina de 40 mm (quarenta), incluindo chave tipo interna.

O jogo de roldanas deverá ser concava dupla, com quatro rodas, para porta de correr, em liga zamac com chapa de aço, rolamento interno blindado de aço revestido em nylon. O trilho será pantográfico côncavo, tipo U, em alumínio, com dimensões aproximadas de 35 (trinta e cinco) por 35 (trinta e cinco) mm, para roldana de porta de correr.

1.3.2.0.5) PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.

As portas de abrir em alumínio deverão ser do tipo veneziana, com duas folhas de 70 cm (setenta) de largura, 210 cm (duzentos e dez) de altura, acabamento anodizado natural. A guarnição de acabamento para esquadria deverá ser em alumínio, perfil 25, acabamento anodizado branco. A fixação será por meio de bucha de nylon sem aba S10, com parafuso de 6,1 x 65 mm (seis virgula um por sessenta e cinco) em aço zincado com rosca soberba, cabeça chata e fenda Phillips. Para acabamento deverá ser empregado selante elástico mono componente à base de poliuretano (PU), cor branca, sem falhas, de modo a evitar infiltrações. Reiteramos que não serão aceitas esquadrias sujas ou com imperfeição.





1.4) INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

1.4.1) Ligação Predial de Água Fria

- 1.4.1.0.1) *ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M³), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA.*
- 1.4.1.0.2) *PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO.*
- 1.4.1.0.3) *TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.1.0.4) *JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.1.0.5) *REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO.*

A tubulação de água do kit cavalete até a edificação em questão será subterrânea. Para tanto, deverá ser realizada escavação mecanizada de vala, por meio de escavadeira hidráulica sobre esteiras, caçamba 0,80 m³ (zero vírgula oito), peso operacional 17 toneladas, potência bruta de 111 HP. A vala deverá possuir 20 cm de largura por 30 cm de profundidade, ao longo de um comprimento de 19 m.

A tubulação de água fria deverá ser coberta por uma camada de areia média, com auxílio de retroescavadeira sobre rodas com carregadeira, tração 4 x 4 (quatro por quatro), potência de 88 HP (oitenta e oito), caçamba com capacidade de 1 m³ (um). Em seguida, a camada de areia deverá ser compactada por meio de um compactador de solos de percussão (soquete), de maneira que a camada final de areia compactada apresente 20 cm (vinte) de altura.

A tubulação deverá ser em tubo PVC, soldável, DN (Diâmetro Nominal) 25 mm (vinte e cinco), água fria (NBR 5648). O direcionamento da tubulação será realizado através de joelhos em PVC, soldável, 90 graus (noventa), DN 25 mm (vinte e cinco), cor marrom, para água fria predial (NBR 5648). Os tubos e conexões deverão ser soldados com adesivo plástico para PVC, após lixamento das extremidades com lixa d'água em folha, grão 100 (cem).





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

- 1.4.1.0.6) *TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.1.0.7) *BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 X 20 MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

Conforme previsto no Projeto Arquitetônico, deverá ser instalada uma torneira de metal amarelo, para jardim, de parede, cano curto, padrão popular, de uso geral, diâmetro de 3/4 ". Para tanto, será necessário instalar um tê soldável em PVC, 90 graus (noventa), DN 25 mm (vinte e cinco), para água fria predial (NBR 5648), seguido de uma bucha de redução em PVC soldável DN 25 x 20 mm.

- 1.4.1.0.8) *TORNEIRA DE METAL AMARELO, PARA TANQUE / JARDIM, DE PAREDE, SEM BICO, CANO CURTO, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1120).*
- 1.4.1.0.9) *ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.1.0.10) *CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 2000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.1.0.11) *TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

O reservatório de água deverá ser em polietileno, de 2000 litros (dois mil) de capacidade, com tampa, torneira de boia convencional para caixa d'água de 1" (uma polegada), com haste e torneira metálicas e balão plástico. A vedação dos elementos roscáveis deverá ser efetuada com fita veda rosca de 18 mm de largura.

A conexão da tubulação de água fria ao reservatório de água se dará através de adaptador com flange e anel de vedação, PVC, soldável, DN 25 mm x 3/4" (vinte e cinco para três quartos).

1.4.2) Alimentação Predial de Água Fria

- 1.4.2.0.1) *ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 1 1/2, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.2.0.2) *REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 50 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

- 1.4.2.0.3) *TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

Na saída do reservatório de água deverá ser instalado um adaptador com flange e anel de vedação, PVC, soldável, DN 50 mm x 1.1/2" (uma e meia), seguido de um registro de esfera, PVC, com volante, soldável, DN 50 mm. A rede principal será em tubo PVC, soldável, DN 50 mm, água fria (nbr-5648).

- 1.4.2.0.4) *TE DE REDUÇÃO, 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 32 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

- 1.4.2.0.5) *TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

- 1.4.2.0.6) *TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

- 1.4.2.0.7) *JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

- 1.4.2.0.8) *JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

- 1.4.2.0.9) *BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 X 25 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

A rede secundária deverá ser em tubo PVC, soldável, DN 32 mm, água fria (NBR-5648). Para tanto, será necessário instalar um te de redução, PVC, soldável, 90 graus (noventa), 50 mm x 32 mm (cinquenta para trinta e dois), para água fria predial, unindo assim, a rede principal à secundária. A água fria será direcionada aos pontos através de um tê soldável, PVC, 90 graus (noventa) e dois joelhos de 45 graus (quarenta e cinco), DN 32 mm, para água fria predial (NBR 5648), cor marrom, para água fria predial. Nas descidas, intituladas de AF no Projeto Hidrossanitário, deverão ser instaladas quatro buchas de redução de PVC, soldável, curta, DN 32 x 25 mm, para água fria predial.

- 1.4.2.0.10) *TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

- 1.4.2.0.11) *TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

- 1.4.2.0.12) *JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.2.0.13) *TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.2.0.14) *REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

Conforme projeto Hidrossanitário, uma tubulação em tubo PVC, soldável, DN 25 mm, água fria (NBR-5648) será originada da tubulação principal (DN 50), por meio de um tê de redução de 90 graus, PVC, soldável, 50 mm x 25 mm e seguirá até os pontos de água fria. As demais tubulações de alimentação em tubo PVC, soldável, DN 25 mm, água fria (NBR 5648) deverão iniciar da tubulação secundária (DN 32).

A condução da tubulação de água fria de DN 25 se dará por meio de 16 (dezesesseis) joelhos de 90 graus (noventa) e 5 (cinco) tês, em PVC, soldáveis, DN 25 mm (vinte e cinco), cor marrom, para água fria predial (NBR 5648).

Conforme projeto hidrossanitário, nos banheiros, cozinha, sala de utilidades e higienização, deverão ser instalados 6 (seis) registros gaveta, em latão forjado, bitola 1" (um) e 5 tês em PVC, soldáveis, DN 25 mm (vinte e cinco), para água fria predial (NBR 5648).

1.4.3) Tubulação de Limpeza e extravasor (Caixa D'Água)

- 1.4.3.0.1) *ADAPTADOR COM FLANGES LIVRES, PVC, SOLDÁVEL LONGO, DN 32 MM X 1, INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.3.0.2) *REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 32 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.3.0.3) *TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.3.0.4) *JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.3.0.5) *TÊ, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

A tubulação de limpeza e o extravasor do reservatório de água deverão ser instalados conforme especificado em Projeto Hidrossanitário. As saídas de limpeza e do extravasor da caixa d'água ocorrerão através de dois adaptadores em PVC soldável,





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

longo, com flange livre, 32 mm x 1" (trinta e dois milímetros para uma polegada). A união das referidas saídas deverão se unir em uma única tubulação por meio de um tê de PVC, soldável, DN 32 mm. Após, deverá ser instalado um registro de esfera de PVC, soldável, com volante, DN 32 mm. A tubulação deverá ser de PVC, soldável, DN 32mm. O direcionamento da tubulação se dará por meio de três joelhos de 90 graus (noventa), em PVC, soldável, DN 32mm.

1.4.4) Esgoto Predial

1.4.4.0.1) TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.

1.4.4.0.2) JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.

1.4.4.0.3) JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.

A água utilizada nos lavatórios deverá ser encaminhada às caixas sifonadas ou à caixa de gordura, por meio de tubo PVC, serie normal, DN 40 mm, para esgoto predial (NBR 5688). O direcionamento da tubulação mencionada procederá através de 13 (treze) joelhos 90 graus e três joelhos 45 graus, em PVC, serie normal, esgoto predial, DN 40 mm (quarenta), junta soldável.

1.4.4.0.4) TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.

1.4.4.0.5) JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.

1.4.4.0.6) TE SANITÁRIO DE REDUÇÃO, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL.

1.4.4.0.7) CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA (NBR 5688)

O encaminhamento da água das caixas sifonadas à tubulação principal de descarga (DN 100) se dará por meio de tubo PVC, serie normal, DN 50 mm (cinquenta), para esgoto predial (NBR 5688). O direcionamento da tubulação em questão se dará através de joelho de 45 graus (quarenta e cinco) PVC, soldável, DN 50 mm, para esgoto





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

predial. A caixa sifonada caixa sifonada, PVC, 150 x 150 x 50 mm, com grelha quadrada, branca (NBR 5688). A conexão da tubulação e DN 50 mm (cinquenta) à tubulação principal de descarga (DN 100) deverá ser realizada por meio de tê sanitário de redução, PVC, DN 100 x 50 mm, serie normal, para esgoto predial.

1.4.4.0.8) TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.

1.4.4.0.9) JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.

1.4.4.0.10) CAIXA SIFONADA, PVC, DN 150 X 185 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.

O encaminhamento da água das caixas sifonadas à caixa de inspeção ocorrerá por meio de tubo PVC, serie normal, DN 75 mm (setenta e cinco), para esgoto predial (NBR 5688). O direcionamento da mesma se dará através de joelho de 45 graus (quarenta e cinco) PVC, soldável, DN 75 mm, para esgoto predial. As caixas sifonadas deverão ser em PVC, 150 x 185 x 75 mm, com grelha quadrada, branca.

1.4.4.0.11) TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.

1.4.4.0.12) JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.

1.4.4.0.13) JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.

1.4.4.0.14) CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ESGOTO, QUADRADA, EM TIJOLO MACIÇO, 60 X 60 X 60 CM, COM TAMPA DE CONCRETO ARMADO.

A tubulação principal de esgoto deverá ser executada em Tubo PVC serie normal, DN 100 mm, para esgoto predial (NBR 5688) ao longo de um comprimento de 38 m (trinta e oito). O direcionamento da tubulação principal procederá através de dois Joelhos de 90 graus (noventa) e cinco joelhos de 45 (quarenta e cinco) graus, em PVC, soldável, DN 100 mm, para esgoto predial.

As caixas de inspeção para esgoto deverão ser quadradas, em tijolo maciço (espessura de 10 cm), dimensões de 60 cm (sessenta) de largura, 60 cm (sessenta) de





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

comprimento e 60 cm (sessenta) de altura, conforme detalhamento em Projeto Hidrossanitário. O fundo da caixa de inspeção deverá ser em concreto magro para lastro, traço 1:4,5:4,5 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1), preparado mecanicamente com auxílio de betoneira. A escavação deverá ser mecanizada, com auxílio de escavadeira hidráulica.

As paredes de tijolo deverão ser chapiscadas com argamassa, traço 1:4 (em volume de cimento e areia grossa úmida) para chapisco convencional, preparo mecânico em betoneira de 400 L (quatrocentos). Ainda, deverá ser executado emboço impermeabilizante, com argamassa traço 1:4 (em volume de cimento e areia média úmida) e adição de impermeabilizante, preparo mecânico com misturador de eixo horizontal. A tampa deverá ser em concreto armado, com concreto de 30 MPa e armação em tela de aço, modelo Q-196.

1.4.4.0.15) CAIXA DE GORDURA SIMPLES, CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,4 M, ALTURA INTERNA = 0,4 M.

1.4.4.0.16) ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES

1.4.4.0.17) AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES

1.4.4.0.18) CAIXA DE DESINFECÇÃO (CLORADOR), QUADRADA, EM TIJOLO MACIÇO 30 X 30 X 60 CM, COM TAMPA DE CONCRETO ARMADO.

Conforme especificado em projeto hidrossanitário, deverá ser instalada caixa de gordura em concreto simples, pré-moldada, formato cilíndrico, com diâmetro de 40 cm (quarenta) e altura de 45 cm (quarenta e cinco), incluindo tampa.

Os serviços de encanador e respectivo auxiliar estão previsto em planilha orçamentária com objetivo de realizar as conexões de esgoto com a fossa séptica e filtro anaeróbio, de modo a promover as devidas condições de uso e operação do sistema de tratamento de efluentes.

Por sua vez, a caixa de desinfecção (clorador) deverá ser quadrada, em tijolo maciço (5 cm de espessura), dimensões de 30 cm (trinta) de largura, 30 cm (trinta) de comprimento e 60 cm (sessenta) de profundidade, conforme detalhamento em Projeto Hidrossanitário. O fundo da caixa de desinfecção deverá ser em concreto magro para lastro, traço 1:4,5:4,5 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1), preparado mecanicamente, com auxílio de betoneira. A escavação deverá ser mecanizada, com auxílio de escavadeira hidráulica. As paredes de tijolo deverão ser chapiscadas com argamassa, traço 1:4 (em volume de cimento e areia grossa úmida) para chapisco





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

convencional, preparo mecânico em betoneira de 400 L (quatrocentos). Ainda, deverá ser executado emboço impermeabilizante, com argamassa traço 1:4 (em volume de cimento e areia média úmida) e adição de impermeabilizante, preparo mecânico com misturador de eixo horizontal.

1.4.5) Água Pluvial

- 1.4.5.0.1) *TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022*
- 1.4.5.0.2) *JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022*
- 1.4.5.0.3) *CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020*

A tubulação pluvial deverá ser executada em tubo PVC, série R, água pluvial, DN 150 mm. O direcionamento da tubulação pluvial ocorrerá através de joelhos de 45 graus (quarenta e cinco), PVC, serie R, água pluvial, DN 150 mm, junta elástica.

Antes de encaminhar as águas pluviais à rede de drenagem pública, deverá ser executada caixa retentora de areia, conforme especificado em projeto hidrossanitário.

A caixa retentora de areia, quadrada, em alvenaria com blocos de concreto, dimensões de 80 cm de largura, 80 cm de comprimento e 60 cm (setenta) de altura. O fundo da caixa de inspeção deverá ser em concreto magro para lastro, traço 1:4,5:4,5 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1), preparado mecanicamente com auxílio de betoneira. A escavação deverá ser mecanizada, com auxílio de mini escavadeira.

As paredes de tijolo deverão ser chapiscadas com argamassa, traço 1:4 (em volume de cimento e areia grossa úmida) para chapisco convencional, preparo mecânico em betoneira de 400 L (quatrocentos). Após cura do chapisco, deverá ser executado emboço impermeabilizante, com argamassa traço 1:4 (em volume de cimento e areia média úmida) e adição de impermeabilizante, preparo mecânico com misturador de eixo horizontal. A tampa deverá ser em concreto armado, com concreto de 30 MPa e armação em tela de aço, modelo Q-196.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

1.4.6) Louças, Metais e Acabamentos

1.4.6.1) COZINHA

- 1.4.6.1.1) BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, DE 1,50 X 0,60 M, PARA PIA DE COZINHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.6.1.2) CUBA DE EMBUTIR DE AÇO INOXIDÁVEL MÉDIA, INCLUSO VÁLVULA TIPO AMERICANA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.6.1.3) ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.6.1.4) TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

A bancada de granito da cozinha deverá ser cinza, tipo andorinha, dimensões de 150 cm (cento e cinquenta) de comprimento, 60 cm (sessenta) de largura, espessura de 25 mm (vinte e cinco). O rejunte deverá ser **epoxi, cor cinza claro**. O suporte da bancada será em mão francesa de aço, na branca, com abas iguais de 40 cm, e capacidade de carga mínima de 70 kg (setenta), fixado com bucha de nylon sem aba (S10) com parafuso de 6,10 x 65 mm em aço zincado com rosca soberba, cabeça chata e fenda Phillips.

A cuba da cozinha deverá de embutir, em aço inoxidável, retangular, dimensões de 46 cm (quarenta e seis) de comprimento, 30 cm (trinta) de largura, 12 cm (doze) de profundidade, fixada por meio de massa plástica para granito. A válvula será em metal cromado, tipo americana, 3.1/2" x 1.1/2" (três e meia por uma e meia) para pia, incluindo sifão do tipo flexível em PVC 1 x 1.1/2".

A torneira deverá ser metálica, cromada, reta, de parede, para cozinha, padrão popular, 1/2" (meia) ou 3/4" (três quartos) – REF.1158. O engate deverá ser flexível, em PVC branco, 1/2" x 30 cm (meia por trinta). Destacamos que as conexões roscáveis deverão ser devidamente instaladas com fita veda rosca de 18 mm (dezoito) de espessura.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

1.4.6.2) SANITÁRIOS

1.4.6.2.1) *BANCADA GRANITO CINZA, 50 X 60 CM, INCL. CUBA DE EMBUTIR OVAL LOUÇA BRANCA 35 X 50 CM, VÁLVULA METAL CROMADO, SIFÃO FLEXÍVEL PVC, ENGATE 30 CM FLEXÍVEL PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

1.4.6.2.2) *VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

A bancada de granito dos banheiros deverá ser cinza, polido, tipo andorinha, dimensões de 50 cm (cinquenta) de comprimento, 60 cm (sessenta) de largura e espessura de 25 mm (vinte e cinco). O rejunte deverá ser **epoxi, cor cinza claro**. O suporte da bancada será em mão francesa de aço, na cor branca, com abas iguais de 30 cm (trinta), e capacidade de carga mínima de 60 kg (sessenta), fixado com bucha de nylon sem aba (S10) com parafuso de 6,10 x 65 mm em aço zincado com rosca soberba, cabeça chata e fenda Phillips.

A cuba dos banheiros deverão ser de embutir, oval em louça branca, dimensões de 50 cm (cinquenta) de comprimento e 35 cm (trinta e cinco) de largura, fixada por meio de massa plástica para granito. As válvulas serão em metal cromado 1.1/2" x 1.1/2" (uma e meia por uma e meia) para lavatório, incluindo sifão do tipo flexível em PVC 1 x 1.1/2" (uma por uma e meia).

A torneira deverá ser de mesa/bancada para lavatório, metálica, cromada, padrão popular, 1/2" (meia) ou 3/4" (três quartos) – REF.1193. O engate flexível deverá ser em PVC branco, 1/2" x 30 cm (meia por trinta). Ressaltamos que as conexões roscáveis deverão ser devidamente instaladas com fita veda rosca de 18 mm (dezoito) de espessura. Os vasos sanitários deverão ser sifonados, com caixa acoplada, louça branca, fixados por meio de parafuso niquelado com acabamento cromado, porca cega, arruela e bucha de nylon tamanho S-10, apropriados para fixar peças sanitárias. O anel de vedação deverá ser de PVC flexível, 100 mm (cem), para saída de vaso sanitário. O Engate flexível deverá ser em inox, 1/2" x 40 cm (meia por quarenta). O Acabamento do vaso deverá ser em rejunte epóxi branco.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

- 1.4.6.2.3) *CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.6.2.4) *REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.6.2.5) *BARRA DE APOIO RETA, EM ALUMINIO, COMPRIMENTO 60 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

O chuveiro deverá ser comum em plástico branco, com cano, 3 (três) temperaturas, 5500 w (110/220 volts). O respectivo registro de pressão será constituído de acabamento e canopla cromada, simples, bitola 3/4" (três quartos) - REF 1416. O banheiro de 150 cm (cento e cinquenta) de largura deverá possuir três barras de apoio retas, em alumínio, comprimento de 60 cm (sessenta), sendo uma fixada na porta, uma atrás do vaso sanitário e outra na lateral do vaso sanitário.

1.4.6.3) SALA DE UTILIDADES

- 1.4.6.3.1) *BANCADA GRANITO CINZA 150 X 60 CM, COM CUBA DE EMBUTIR DE AÇO, VÁLVULA AMERICANA EM METAL, SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, ENGATE FLEXÍVEL 30 CM, TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, 1/2 OU 3/4, P/ ÁREA DE SERVIÇO- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

A bancada de granito da sala de utilidades deverá ser **preta**, polido, tipo andorinha ou material de qualidade similar, dimensões de 150 cm (cento e cinquenta) de comprimento, 60 cm (sessenta) de largura e espessura de 25 mm (vinte e cinco). O rejunte deverá ser **epoxi, cor preta**. O suporte da bancada será em mão francesa de aço, preferencialmente, na cor preta, com abas iguais de 40 cm (quarenta), e capacidade de carga mínima de 70 kg (setenta), fixado com bucha de nylon sem aba (S-10) com parafuso de 6,10 x 65 mm em aço zincado com rosca soberba, cabeça chata e fenda Phillips.

O tanque da sala de utilidades deverá de aço inoxidável (aço 304), com esfregador, dimensões de 50 cm (cinquenta) de comprimento, 40 cm (quarenta) de largura, 22 cm (vinte e dois) de profundidade, fixada por meio de massa plástica para granito. A válvula será em metal cromado, tipo americana, 3.1/2" x 1.1/2" (três e meia por uma e meia) para pia, incluindo sifão do tipo flexível em PVC 1 x 1.1/2".

A torneira deverá ser cromada de 1/2" (meia) ou 3/4" (três quartos) para tanque, padrão popular. O engate deverá ser flexível, em PVC branco, 1/2" x 30 cm (meia por





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

trinta). Reiteramos que as conexões roscáveis deverão ser devidamente instaladas com fita veda rosca de 18 mm (dezoito) de espessura.

1.4.6.4) SALA DE HIGIENIZAÇÃO

- 1.4.6.4.1) TORNEIRA CROMADA 1/2 OU 3/4 PARA TANQUE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.6.4.2) SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1 X 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.4.6.4.3) ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

A torneira da sala de higienização deverá ser metálica, cromada para tanque, cano longo, de parede, padrão popular, de uso geral, de 1/2" ou 3/4" (meia ou três quartos) – REF 1126. O sifão deverá ser em PVC, branco, sifonado extensível, universal (simples), comprimento de 50 a 70 cm (cinquenta a setenta). O engate será flexível, em PVC branco de 1/2 " x 30 cm (meia por trinta).

1.5) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

- 1.5.0.0.1) QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, EM PVC, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TERRA / NEUTRO, PARA 12 DISJUNTORES NEMA OU 16 DISJUNTORES DIN.*
- 1.5.0.0.2) ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.*
- 1.5.0.0.3) AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.*
- 1.5.0.0.4) CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.5.0.0.5) CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.5.0.0.6) CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.5.0.0.7) CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

O quadro de distribuição deverá ser em PVC, de embutir, com barramento terra / neutro, para 16 disjuntores DIN.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Os cabos de cobre deverão ser flexíveis, isolados, antichama, 450/750 Volts, em bitolas de 1,5 mm², 2,5 mm² (dois vírgula cinco), 4 mm² (quatro) e 6 mm² (seis), conforme circuitos descritos em Projeto Elétrico.

- 1.5.0.0.8) TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.5.0.0.9) TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023*
- 1.5.0.0.10) TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.5.0.0.11) TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.5.0.0.12) INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.5.0.0.13) INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.5.0.0.14) INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

As tomadas deverão ser de embutir (2P + T), um modulo, incluindo suporte e placa. As tomadas dos dois chuveiros e do ar-condicionado deverão ser de 20 A, enquanto as demais serão de 10 A. De acordo com o Projeto elétrico deverão ser instalados três pontos de interruptor simples com tomada, nove interruptores simples de um modulo, e um interruptor simples de dois módulos.

- 1.5.0.0.15) LÂMPADA COMPACTA DE LED 10 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.5.0.0.16) LUMINÁRIA ARANDELA TIPO MEIA LUA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED DE 6 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*

As lâmpadas deverão ser compactas de LED, 10 W (dez watts), base E-27, inclusive soquetes e acabamentos. Na área externa deverão ser instaladas três arandelas tipo meia lua, de sobrepor, com uma lâmpada LED de 6 W (seis).





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

- 1.5.0.0.17) LUMINÁRIA LÉD REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.
- 1.5.0.0.18) ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023
- 1.5.0.0.19) CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023
- 1.5.0.0.20) CONDULETE DE PVC, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 20 MM (1/2"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022

A iluminação da garagem deverá ser em luminária LED, tipo refletor, retangular, bivolt, luz branca, 50 W. Os cabos de cobre flexíveis de 1,5 mm² deverão ser antichama, 450/750 V, conduzidos por meio de eletroduto e conexões aparentes em PVC rígido roscável, DN 20 mm (1/2"), cor cinza. O interruptor deverá ser instalado em condutele aparente.

- 1.5.0.0.21) DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.
- 1.5.0.0.22) DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.
- 1.5.0.0.23) DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.
- 1.5.0.0.24) DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.
- 1.5.0.0.25) DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.

Os disjuntores deverão ser monopolares, tipo DIN, corrente nominais de 10 A, 16 A, 20 A, 25 A e 40 A, conforme circuitos previstos em Projeto elétrico.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

1.6) SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIOS

- 1.6.0.0.1) *LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR
- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 1.6.0.0.2) *EXTINTOR DE INCENDIO PORTATIL COM CARGA DE PO QUIMICO SECO (PQS) DE 4 KG, CLASSE BC.*
- 1.6.0.0.3) *PLACA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA.*

O sistema preventivo contra incêndios deverá ser constituído de três luminárias de emergência com 30 lâmpadas Led de 2 w (dois), sem reator, dois extintores de incêndio portáteis com carga de pó químico seco (PQS) de 4 Kg (quatro), classe BC e uma placa de saída com as seguintes características técnicas.

- Composição da Lente: Policarbonato
- Fluxo Luminoso: 35 lúmens
- Potência: 1w
- Tensão: 100/240 v
- Tipologia Produto: Emergência
- Tempo de Garantia: 1 Ano
- Índice de Proteção: 20
- Quantidade de Leds: 7
- Dimensões (mm): 240 x 185 x 20 (Comprimento x Altura x Largura)

1.7) COBERTURA

- 1.7.0.0.1) *CHAPIM (RUFO CAPA) EM AÇO GALVANIZADO, CORTE 33.*

O rufo deverá ser em chapa de aço galvanizada, número 26, corte de 33 cm (trinta e três), instalado sobre platibanda e nos encontros da platibanda com a telha, em toda cobertura da edificação, inclusive na cobertura do reservatório de água. A fixação deverá ocorrer por meio de bucha de nylon sem aba (S-6), com parafuso de 4,20 x 40 mm em aço zincado com rosca soberba, cabeça chata e fenda Phillips. O acabamento e vedação deverá ser realizada com selante elástico monocomponente, à base de poliuretano (PU) na cor cinza.

2) GARAGEM





2.1) PISO EM CONCRETO ARMADO

- 2.1.0.0.1) *LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (BRITA N.1 E N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 5 CM.*
- 2.1.0.0.2) *ARMAÇÃO PARA PISO COM USO DE TELA Q-283 E BARRA EM AÇO CA-50 10 MM NAS EMENDAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 2.1.0.0.3) *CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C30, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVICO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)*
- 2.1.0.0.4) *ACABAMENTO POLIDO PARA PISO DE CONCRETO ARMADO OU LAJE SOBRE SOLO DE ALTA RESISTÊNCIA. AF_09/2021*
- 2.1.0.0.5) *JUNTA PLASTICA DE DILATAÇÃO PARA PISOS, COR CINZA, 27 X 3 MM (ALTURA X ESPESSURA) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO*

Antes de executar o piso, deverá ser realizado lastro de brita com espessura mínima de 5 cm. O piso da garagem deverá ser em concreto usinado, bombeável, resistência característica de 30 MPa, espessura mínima de 10 cm, com acabamento polido por meio de politriz. A armadura do piso deverá ser em tela de aço soldável, modelo Q-283, barras de aço com 6 mm de diâmetro e malha de 10 cm por 10 cm. Além disso, os transpasses das telas Q-283 deverão ser reforçados com barra de aço CA-50 10 mm. Também deverão ser executadas juntas de dilatação, em material plástico (PVC de alta resistência), cor cinza.

2.2) COBERTURA

- 2.2.0.0.1) *ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE COBERTURA METÁLICA POR ENGENHEIRO MECÂNICO OU ENGENHEIRO CIVIL COM ESPECIALIDADE EM ESTRUTURA METÁLICA SOLDADA.*
- 2.2.0.0.2) *FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 7 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019*
- 2.2.0.0.3) *VIGA METÁLICA EM PERFIL LAMINADO OU SOLDADO EM AÇO ESTRUTURAL, COM CONEXÕES SOLDADAS, INCLUINDO JATEAMENTO ABRASIVO COM GRANALHA DE AÇO E PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO), MÃO DE OBRA, TRANSPORTE E IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO*
- 2.2.0.0.4) *TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019*





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

A estrutura metálica da cobertura da garagem deverá ser realizada pela contratada, incluindo dimensionamento, elaboração de Projeto Executivo e Execução.

RESSALTAMOS QUE A EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME DEVERÁ APRESENTAR PROJETO DE FABRICAÇÃO E MONTAGEM, BEM COMO AS RESPECTIVAS ARTS DE PROJETO E EXECUÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA.

DESTACAMOS AINDA QUE O PROJETO DA ESTRUTURA METÁLICA DEVERÁ SER APROVADA PELA COMISSÃO DE ENGENHARIA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS.

REITERAMOS QUE A ESTRUTURA METÁLICA DE COBERTURA DEVERÁ ATENDER, NO MÍNIMO, AS QUANTIDADES MÍNIMAS PREVISTAS EM PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, BEM COMO AS ESPECIFICAÇÕES DOS MATÉRIAS, EM QUE:

- As tesouras metálicas da cobertura da garagem deverão ser constituídas de perfil "U" simples, em chapa dobrada de aço laminado (5,07 kg/m), dimensões de 3 mm de espessura, 125 mm de altura e 50 mm de comprimento;
 - As vigas da cobertura deverão ser de aço laminado (estrutural), perfil "I", incluindo jateamento abrasivo com granalha de aço e pintura com tinta alquídica de fundo (tipo zarcão), pulverizada sobre perfil metálico em fábrica.
 - As cantoneiras das tesouras e vigas metálicas deverão ser de aço, com abas iguais, espessura entre 1/8" e 1/4". O içamento das tesouras e vigas deverá ser realizado com auxílio de guindaste hidráulico autopropelido.
 - A trama de aço deverá ser metálica, com terças em perfil "U" enrijecido, em chapa dobrada de aço laminado (9,94 kg/m), dimensões de 3,75 mm de espessura, 200 mm de altura e 75 mm de largura. A fixação. O içamento será realizado com auxílio de guincho elétrico de coluna;
 - As conexões das vigas, tesouras e trama de aço deverão ser realizadas por meio de solda com eletrodo revestido AWS - E7018, diâmetro de 4,00 mm.
- 2.2.0.0.5) *TESTEIRA METÁLICA, ESTRUTURA EM PERFIL "U" SIMPLES E FECHAMENTO COM TELHAS METÁLICAS ONDULADAS, INCLUSIVE PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA (ESMALTE SINTÉTICO) E TRANSPORTE VERTICAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.*
- 2.2.0.0.6) *TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019*

O fechamento da cobertura (testeiras) deverá ser em telhas metálicas de aço





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

zincado, 0,5 mm de espessura, ancoradas em perfil “U” simples, espessura de 2,65 mm, altura de 75 mm e largura de 40 mm, através de haste reta para gancho de ferro galvanizado, com rosca 1/4" por 30 mm, inclusive porca e arruelas de vedação. O transporte e içamento deverão ocorrer com auxílio de gancho de coluna elétrica.

O telhamento deverá ser executado com telha trapezoidal, em aço zincado, espessura de 0,5 mm, devidamente fixada por meio de haste reta para gancho de ferro galvanizado, com rosca 1/4" por 30 mm, inclusive porcas e arruelas de vedação. O transporte e içamento deverão ocorrer com auxílio de gancho de coluna elétrica.

2.2.0.0.7) CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019

2.2.0.0.8) RUFO EXTERNO/INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 26, CORTE DE 33 CM, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019

As calhas deverão ser de chapa de aço galvanizado, número 24, com desenvolvimentos de 100 cm, fixadas com prego de aço polido, cabeça dupla 18 por 27 (2.1/2" x 10) e rebite de repuxo em alumínio vazado, diâmetro de 3,2 por 8 mm de comprimento. As soldas deverão ser em barra de estanho/chumbo (50/50). O acabamento e vedação serão em selante elástico monocomponente, a base de poliuretano (PU), na cor cinza. O transporte vertical (içamento) será realizado com auxílio de guincho elétrico de coluna.

O rufo deverá ser em chapa de aço galvanizada, número 26, corte de 33 cm (trinta e três). A fixação deverá ocorrer por meio de bucha de nylon sem aba (S-6), com parafuso de 4,20 x 40 mm em aço zincado com rosca soberba, cabeça chata e fenda Phillips. O acabamento e vedação deverá ser realizada com selante elástico monocomponente, à base de poliuretano (PU) na cor cinza.

2.2.0.0.9) TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_06/2022

2.2.0.0.10) CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,6 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020

2.2.0.0.11) ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024

2.2.0.0.12) REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023

2.2.0.0.13) TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022

2.2.0.0.14) JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 X 100 MM,





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

*JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE
ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022*

*2.2.0.0.15) JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM,
JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE
ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022*

A condução de água da chuva ocorrerá por meio de tubos de PVC (série R), joelhos e junções, diâmetro Nominal (DN) de 100 mm, próprios para águas pluviais. A escavação das valas, bem como os reaterros, deverão ser realizados de forma manual. Destacamos que o reaterro deverá ser compactado com placa vibratória.

A caixa retentora de areia, quadrada, em alvenaria com blocos de concreto, dimensões de 80 cm de largura, 80 cm de comprimento e 60 cm (setenta) de altura. O fundo da caixa de inspeção deverá ser em concreto magro para lastro, traço 1:4,5:4,5 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1), preparado mecanicamente com auxílio de betoneira. A escavação deverá ser mecanizada, com auxílio de mini escavadeira.

As paredes de tijolo deverão ser chapiscadas com argamassa, traço 1:4 (em volume de cimento e areia grossa úmida) para chapisco convencional, preparo mecânico em betoneira de 400 L (quatrocentos). Após cura do chapisco, deverá ser executado emboço impermeabilizante, com argamassa traço 1:4 (em volume de cimento e areia média úmida) e adição de impermeabilizante, preparo mecânico com misturador de eixo horizontal. A tampa deverá ser em concreto armado, com concreto de 30 MPa e armação em tela de aço, modelo Q-196.

Ituporanga, 06 de junho de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br HENRIQUE DUARTE SALES CARVALHO
Data: 09/06/2025 11:12:38-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

HENRIQUE DUARTE SALES CARVALHO
Engenheiro Civil- CREA/SC 119279-5

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/11/2025 08:27:03:00-03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/prpb61ce13c1fd91>





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

ANEXO IX – MAPEAMENTO DE RISCOS

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, para **EXECUÇÃO DA SEDE DO SAMU, no bairro CENTRO, do município de Ituporanga**, por um período de quatro meses, podendo ser prorrogado por igual período.

INTRODUÇÃO

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingenciais, bem como a identificação de responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.

	Risco	Probabilidade	Impacto
1	Questionamentos/Impugnação do certame.	Média	Médio
2	Licitação deserta ou com lote deserto.	Média	Alto
3	Contratada se recusar a assinar o contrato.	Baixa	Alto
4	Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato.	Média	Alto
5	Falência da empresa vencedora.	Baixa	Alto
6	Inflação sobre os itens que compõem o serviço	Média	Alto
7	Descontinuidade da prestação dos serviços e transtornos para a administração.	Média	Alto

1 – RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO

Tendo em vista que o mapeamento de riscos descreverá e avaliará as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir das quais formas devem ser tratadas, ela permeará todo processo de Contratação.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

TABELA DE RISCOS:

RISCO 01	RISCO:	Questionamento e impugnação do certame
	PROBABILIDADE:	medio
	IMPACTO:	médio
	DANO:	Legitimidade e celeridade do certame colocada em questão
	AÇÃO PREVENTIVA	
	1 - Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Edital e em seus anexos, atentar à legislação vigente no tocante a requisitos excludentes;	
	AÇÃO DE CONSTINGÊNCIA:	
1 - Republicação do Edital com correção dos itens alvos de impugnação. 2 - Inclusão de Informações Complementares por meio de esclarecimentos		

RISCO 02	RISCO:	Licitação deserta ou com lote deserto
	PROBABILIDADE:	Médio
	IMPACTO:	Alto
	DANO:	Não realizar a licitação, tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a realização do certame, bem como avaliar os possíveis motivos.
	AÇÃO PREVENTIVA	
	1 - Ampliar a divulgação do edital para a maior quantidade possível de interessados em participar da licitação.	
	AÇÃO DE CONSTINGÊNCIA:	
1 - Republicação do Edital observando requisitos que poderiam ter provocado à desistência de possíveis empresas interessadas.		





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

RISCO 03	RISCO:	Contratada se recusar a assinar o contrato.
	PROBABILIDADE:	Baixa
	IMPACTO:	Alto
	DANO:	Atraso do início da execução do objeto da licitação.
	AÇÃO PREVENTIVA	
	1 - Definir sanção no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.	
	AÇÃO DE CONSTINGÊNCIA:	
1 - Convocar licitante classificado em segundo lugar.		

RISCO 04	RISCO:	Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato.
	PROBABILIDADE:	Média
	IMPACTO:	Alto
	DANO:	Atraso da execução do objeto da licitação.
	AÇÃO PREVENTIVA	
	1 – Prever no Edital sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem prestados. 2 - Conter no Edital que, em caso de inexecução parcial ou total do contrato, poderá haver rescisão contratual e posteriormente convocação da segunda colocada do certame. 3 - Exigir no Edital atestados de capacidade técnica e nível máximo de garantia contratual permitido em lei com vistas a assegurar o compromisso da empresa na prestação adequada dos serviços.	
	AÇÃO DE CONSTINGÊNCIA:	
1 - Convocar licitante classificado em segundo lugar.		





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

RISCO 05	RISCO:	Falência da empresa vencedora.
	PROBABILIDADE:	Baixa
	IMPACTO:	Alto
	DANO:	Atraso da execução do objeto da licitação.
	AÇÃO PREVENTIVA	
	1 – Exigir requisitos habilitatórios relativos à qualificação econômica – financeira. 2 - Compromisso da empresa na prestação adequada dos serviços.	
	AÇÃO DE CONSTINGÊNCIA:	
1 - Convocar licitante classificado em segundo lugar.		

RISCO 06	RISCO:	Inflação sobre os itens que compõem o serviço.
	PROBABILIDADE:	Média
	IMPACTO:	Alto
	DANO:	Atraso na execução e na conclusão dos serviços, devido a variação dos preços dos insumos.
	AÇÃO PREVENTIVA	
	1 – Correta avaliação dos preços de mercado, quando da elaboração dos preços de referência evitando que as possíveis mudanças de preços dos insumos no decorrer da execução da Ata de Registro de Preços possam inviabilizar a execução. 2 – Definição no Edital das únicas possibilidades de reajustamentos de preços, de acordo com a Legislação vigente.	
	AÇÃO DE CONSTINGÊNCIA:	
1 - Alteração nos valores, conforme legislação em vigor em consonância com edital publicado.		





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

RISCO 07	RISCO:	Descontinuidade da prestação dos serviços e transtornos para a administração.
	PROBABILIDADE:	Média
	IMPACTO:	Alto
	DANO:	Atraso da execução do objeto da licitação.
	AÇÃO PREVENTIVA	
	1 – Garantir na fase de habilitação que a empresa selecionada reúna as condições técnico operacional e financeira necessárias à execução do objeto.	
	AÇÃO DE CONSTINGÊNCIA:	
1 - Convocar licitante classificado em segundo lugar.		

Ituporanga, 06 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br HENRIQUE DUARTE SALES CARVALHO
Data: 09/06/2025 11:12:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Henrique Duarte Sales Carvalho
Engenheiro Civil
Crea/SC 119279-5





MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO

Processo nº 14864/2025

ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE empresa especializada, em regime de execução indireta, na forma SEMI-INTEGRADA, sob EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, para EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA À FINALIZAÇÃO DA SEDE DO SAMU (SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA). RECURSO VINCULADO. PROCESSO DIGITAL Nº 14864/2025



Ituporanga, 04 de novembro de 2025



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

APRESENTAÇÃO

Trata-se de mapeamento de riscos para contratação de empresa para gerenciamento de serviços diversos – *FACILITIES*. Atualmente, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) se encontra instalado em uma edificação antiga que não supre as necessidades peculiares ao respectivo serviço. Por exemplo, por se tratar de um serviço emergencial, torna-se necessário excepcional agilidade no atendimento de chamados. Nesse sentido, almeja-se projetar uma edificação na qual os veículos sejam estrategicamente posicionados, assim como, os cômodos, de modo que o fluxo de colaboradores beneficie a agilidade dos atendimentos emergenciais.

Também podemos ressaltar a importância de um ambiente salubre, de modo a disponibilizar um local de trabalho adequado aos colaboradores, especialmente, por se tratar de plantões com permanência de 24 horas (vinte e quatro). A nova Sede do Samu será na Rua Raulino Kretzer, próximo à Rodoviária de Ituporanga, bairro Centro, estrategicamente posicionado a fim de promover um atendimento imediato aos bairros do município.

Cabe ressaltar que a obra foi iniciada por meio do Contrato Administrativo nº 04/2024/FMS, modalidade Concorrência Eletrônica nº 02/2024/FMS, mas sofreu rescisão contratual a pedido da administração pública, mediante aplicação das penalidades contratuais. Em seguida, o referido contrato foi revogado. Diante do exposto, a conclusão da sede do SAMU torna-se necessária para proporcionar um pronto atendimento aos munícipes.

Destacamos ainda que o Projeto para execução da sede do SAMU foi planejado em duas etapas, em que a segunda etapa envolveria, principalmente, a execução do piso da garagem e a sua respectiva cobertura metálica. Nesse sentido, o planejamento do presente documento visa concluir os serviços de acabamentos não realizados na Etapa 1 e realizar os serviços planejados para a Etapa 2, promovendo assim, o produto final projetado. Dessa forma, é possível assegurar as condições de uso e operação peculiares ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), conforme proposta constante no processo 14864/2025, parecer jurídico e em atendimento ao inciso IV do Art. 7º da Resolução nº 755/2021 (Sistema de Governança Organizacional do Supremo Tribunal Federal – SIGOV), que estabeleceu como ação estruturante inicial do SIGOV o levantamento dos riscos principais associados às atividades do Tribunal.

PRIMEIRA FASE

Na primeira fase, foi decidido a construção de um centro especializado SAMU, juntamente com as pessoas que atende no SAMU e a prefeitura municipal de Ituporanga, conduziu reuniões com representantes da Secretaria de Planejamento e Gestão com o objetivo de gerenciamento de riscos.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Para os fins do presente levantamento, risco pode ser compreendido como a possibilidade de ocorrência de eventos supervenientes que impactem a execução do contrato administrativo.

Esta fase teve como objetivo principal:

- **Identificação de riscos:** Identificar os riscos potenciais que podem afetar a organização ou projeto;
- **Avaliação de riscos:** Avaliar a probabilidade e o impacto de cada risco identificado;
- **Priorização de riscos:** Priorizar os riscos com base na sua criticidade e probabilidade;
- **Desenvolvimento de estratégias de mitigação:** Desenvolver estratégias para mitigar ou reduzir os riscos priorizados;
- **Implementação de controles:** Implementar controles para reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos;
- **Monitoramento e revisão:** Monitorar e revisar regularmente os riscos e as estratégias de mitigação.

Após aplicação da metodologia de gerenciamento de riscos, foram levantados quatorze riscos relacionados à " contratação de empresa para gerenciamento de serviços diversos – *FACILITIES*" e elaboradas propostas de tratamentos para cada risco.

SEGUNDA FASE

A seguir, juntamos extrato simplificado do mapa de riscos e disponibilizamos para as unidades administrativas envolvidas no tema e solicitamos a equipe de planejamento das unidades avaliassem a citada planilha de riscos e, caso julgassem necessário, enviassem complementação.

Com as contribuições enviadas, foi elaborado documento completo e detalhado que está disponível na planilha de riscos doc.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

Evento de Risco	Nível do Risco	Plano de Tratamento
TR unificado elaborado com erros.	Nível Elevado	1- As unidades demandantes analisarão o TR de seu objeto e também as cláusulas comuns do TR de <i>Facilities</i> . - Encaminhar para as unidades demandantes o TR unificado. (Inserir abreviação das unidades). 2- Atualização da IN 247 e a definição da competência dos fiscais setoriais. 3- Reuniões periódicas de alinhamento entre fiscais, áreas e gestores de contratos e demais envolvidos durante o planejamento. (Marcação de reuniões de alinhamento prévio). 4- Realização de reuniões periódicas entre a fiscalização e a contratada, para acompanhamento sistemático do cumprimento das obrigações.
Licitação frustrada.	Nível Elevado	1- Elaborar TRs de contratos críticos (aqueles que estão com vigência próxima do término ou com saldo próximo do limite) separadamente para eventual abertura de processo licitatório separadamente. 1.1- Listar as unidades que demandam os TRs críticos. 1.2- Comunicar em reunião de alinhamento quais são as unidades com contratos críticos para elaborar o TR preventivo. 2- Encaminhar a minuta do edital para revisão minuciosa das unidades demandantes. 3- Revisão final da minuta do edital de licitação. 4- Realização de escuta ativa das equipes técnicas de cada objeto durante a elaboração dos termos de referência e no momento de transição para o contrato de <i>Facilities</i> .
Contratação de empresa incapaz de fornecer produto ou executar o serviço, assim como as empresas subcontratadas.	Nível Elevado	1- Fiscalização e áreas demandantes atentas ao cumprimento das obrigações contratuais. 2- Comunicação célere e clara entre os agentes envolvidos e contratada para saneamento dos problemas. 3- Marcação de reunião periódica entre a) fiscais e unidades demandantes, e b) entre fiscais e gestores. 4- Exigência no edital de licitação de documentação técnica que busque comprovação da qualificação técnica da empresa.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

		5 - Listar no TR os serviços críticos para conhecimento das licitantes e empresas. 6 - Estabelecer sanções condizentes com os serviços (serviços críticos = maiores multas).
Elaboração de planilha de formação de preço que não reflita o custo real do serviço.	Nível Elevado	1- Elaboração de mapa de preços condizente com os valores de mercado.
Indisponibilidade/interrupção de vários serviços.	Nível Elevado	1- As unidades demandantes devem manter atualizados seus TRs para o caso de contratação separada do contrato de <i>facilities</i>
Desempenho desigual dos objetos.	Nível Elevado	1 - Definição clara dos IMRs de cada demanda (risco R3). 2 - Notificação formal e tempestiva para que a contratada realize as correções necessárias. 3 - Criação de passo a passo com orientações efetivas para os fiscais setoriais / Alinhamento dos papéis dos fiscais setoriais. 4 - Definição clara do mínimo esperado pelo STF, no TR quanto às especificações de cada objeto. 5 - Aprimoramento da elaboração das cláusulas das sanções contratuais.
Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos no Termo de Referência.	Nível Moderado	1- Comunicar as unidades sobre prontidão para respostas tempestivas.
Falta ou dificuldade na definição de papéis e responsabilidades entre as equipes do STF.	Nível Moderado	1- Atualização da IN 247 com definição clara dos papéis do gestor, fiscal e fiscal setorial. 2- Reuniões periódicas durante o planejamento e execução do contrato para alinhamento, esclarecimentos e ajustes entre gestores e fiscais referente a papéis e responsabilidades de cada um.
Falhas na execução das tarefas de gestão/fiscalização/fiscalização setorial.	Nível Moderado	1 - Possibilitar aos gestores e fiscais analisar o processo antes da licitação. 2 - Reuniões periódicas entre fiscais, gestores e demais responsáveis durante a elaboração do TR.
Elaboração inadequada das cláusulas de sanção contratual.	Nível Moderado	1- Elaboração de sanções por categorias de serviços, considerando o impacto da ausência ou má prestação do serviço para o tribunal (baixo, médio e alto impacto), buscando-se a dosimetria adequada das sanções.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

Comunicação deficitária entre fiscal, fiscal setorial, gestor e contratada.	Nível Moderado	1 - Definição clara do papel do fiscal setorial com a atualização da IN 247. 2-Reuniões periódicas entre fiscais, gestores e demais responsáveis durante a elaboração do TR e execução do contrato. 3 - Elaboração de um plano de comunicação (comunicação entre fiscal setorial e fiscais e posteriormente ao gestor).
Não suficiência de colaboradores para prestação do serviço.	Nível Moderado	1 - Definição das funções que devem ser exercidas na prestação dos serviços. 2 - Atuação da fiscalização no sentido de coibir irregularidades e de cobrar a prestação dos serviços de forma adequada.
Ausência ou definição incorreta dos critérios/indicadores de medição de resultado (desempenho/qualidade).	Nível Baixo	1- Avaliar os impactos da aplicação das dosagens/pesos do IMR dentro de cada atividade envolvida com os responsáveis dos serviços. - Revisão dos IMRs pelas áreas demandantes, de acordo com seu atual contrato. 2- Listagem diferenciado os serviços críticos e evidenciando onde pode haver margem de tolerância e onde não pode. - Verificar se no TR constará ponto de atenção quanto aplicação dos pesos do IMR para os serviços críticos.
Ausência de clareza na descrição do modelo de gestão	Nível Baixo	1- TRs separados já preparados, de acordo com a vigência do contrato, para eventual abertura de processo licitatório separado. 2- Alinhamento das obrigações com as áreas demandantes. 3- Listar as contratações mais críticas usando o critério de data de vigência e impacto de descontinuidade para que sejam os primeiros a serem tratados. 4- Realização de reuniões periódicas entre a fiscalização e a contratada, para acompanhamento sistemático do cumprimento das obrigações.
Repercussões negativas internas e externas.	Nível Baixo	1 - Inserir justificativa robusta no processo, que será a base para a resposta aos questionamentos. 2 - Minuta de resposta para possíveis questionamentos sobre a junção dos serviços e quanto ao orçamento, mostrando os ganhos da futura contratação. 3 - Encaminhamento para SCO trabalhar na minuta de resposta. 4 - Elaboração de fluxo de respostas atrelados aos temas do edital com encaminhamento para unidade e AJU (para atuar como segunda linha





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Foi para implementação das ações de tratamento que visam reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos de nível elevado em prazo tempestivo, bem como monitoramento das ações.

Assim, a função da segunda fase foi finalizada com o conhecimento dos riscos mapeados e sugestão de prosseguimento das ações de mitigação dos riscos elevados.

TERCEIRA FASE

Tendo em vista que o impacto de um risco pode repercutir de diferentes maneiras na execução do contrato, e considerando que isto incrementa o custo da prestação do serviço, retarda a sua execução, modifica a quantidade ou a qualidade dos encargos atribuídos às partes, iniciou-se a terceira fase desse projeto que é a criação da matriz de alocação de riscos.

Vale mencionar que a matriz de riscos é uma ferramenta diferente do mapa de riscos. A matriz de alocação de riscos é uma ferramenta que ajuda a identificar e alocar os riscos entre as partes contratantes, definindo claramente as responsabilidades e obrigações de cada uma delas.

O objetivo da matriz de alocação de riscos é garantir que os riscos sejam alocados de forma eficiente e justa entre as partes contratantes, minimizando a possibilidade de disputas e litígios.

A matriz de alocação de riscos visa prevenir disputas e litígios entre as partes contratantes, garantir a eficiência e eficácia na execução do contrato e minimizar os riscos associados ao contrato.

Em razão disso, o processo de alocação de riscos assume um papel central na definição do conteúdo econômico do contrato, e, por conseguinte, de seu equilíbrio econômico-financeiro. Um contrato estará equilibrado sempre que as partes estiverem suportando apenas as consequências da materialização dos riscos que lhes foram atribuídos pelo contrato, pela lei ou pelo regulamento.

TRATAMENTO DO TEMA NA LEGISLAÇÃO.

A matriz de risco, explicitado no art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/21, é definida como a cláusula contratual que define e reparte todos os possíveis riscos que podem afetar a execução do contrato administrativo, caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Embora a sua previsão seja recomendável para toda e qualquer contratação pública, a sua obrigatoriedade está restrita a hipóteses previstas pelo legislador. De acordo com o art. 22, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a matriz de alocação de riscos entre contratante e contratada será obrigatoriamente instituída na contratação de obras e serviços de grande vulto – aquelas cujo valor estimado supere o montante de R\$ 166.139,86 (cento e sessenta e seis mil cento e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos) – ou quando forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada – aqueles em que a contratada, além de executar as obras e os serviços de engenharia propriamente ditos, ¹⁴⁵ é responsável por elaborar o projeto básico e/ou o projeto executivo das obras.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Além disso, a Lei nº 14.133/2021 também estipula premissas jurídicas e econômicas que deverão ser observadas no processo de alocação propriamente dita dos riscos, durante a fase de elaboração das cláusulas de um contrato administrativo. De acordo com o art. 103, § 1º, a alocação considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo. Complementando essa regra, o § 2º do art. 103 impõe que os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos à contratada.

A PRECIFICAÇÃO DOS RISCOS NO ORÇAMENTO PÚBLICO.

A taxa de riscos é um componente que deve ser considerado no cálculo do valor estimado da contratação. Ela é diretamente relacionada aos riscos que são atribuídos à responsabilidade da contratada. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que, na hipótese em que o contrato contemplan uma divisão de riscos, o valor estimado da contratação poderá considerar uma taxa de riscos compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos à contratada, conforme metodologia a ser definida por cada ente federativo.

Essa taxa de riscos reflete a necessidade de que todos os riscos atribuídos à responsabilidade do contratado sejam adequadamente precificados no orçamento público. A assunção de responsabilidade em relação a riscos será necessariamente precificada no preço contratado. Os licitantes, ao apresentarem suas propostas, precificarão todos os encargos relacionados à

1 - Conforme definição do art. 6º, XXII, da Lei nº 14.133/2021: “XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 166.139,86 (cento e sessenta e seis mil cento e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos)”.

- Conforme definição do art. 6º, incisos XXXII e XXXIII, da Lei nº 14.133/21: “XXXII - contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto; XXXIII - contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto”.

gestão dos riscos assumidos. Isso inclui os custos necessários para prevenir a ocorrência dos riscos assumidos e para gerenciar as consequências decorrentes de sua eventual materialização.

RISCOS NÃO CONTROLÁVEIS PELA





CONTRATADA DEVEM SER ALOCADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Há hipóteses em que o particular não possui capacidade de gerenciar um determinado risco. O privado pode não deter meios para prevenir a ocorrência do evento ou para assumir as consequências decorrentes de sua materialização. Ou, ainda, também é possível que o risco não tenha qualquer cobertura oferecida no mercado de seguros. Para essas situações, em que o risco não é controlável pelo contratado privado, ele deve ser atribuído à responsabilidade da Administração Pública.

CONSTRUINDO UMA MATRIZ DE RISCOS PARA OS CONTRATOS DE SERVIÇOS.

Expostas as premissas gerais e teóricas que devem ser observadas no processo de alocação de riscos. O objetivo aqui é apresentar, sob uma perspectiva prática, recomendações e proposições de alocação dos riscos de múltiplas categorias, indicando cautelas e práticas a serem observadas pela Administração Pública e pelo contratado.

RISCOS EM CONTRATOS E RECOMENDAÇÕES DE ALOCAÇÃO.

Considerando os seis grupos de serviços para gestão de *facilities* e para auxiliar a compreensão das propostas, os riscos foram agrupados nas seguintes categorias:

- 1 - riscos para serviços de arquitetura, manutenção e engenharia;
- 2 - riscos para serviços de apoio técnico-administrativo;
- 3- riscos para serviços de apoio operacional especializado;
- 4 - riscos para limpeza, conservação e controle ambiental;
- 5 - riscos para segurança patrimonial; e
- 6 - riscos de logística.

PROPOSTA DE MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Categoria do risco	Descrição do risco	Alocação do risco
Gestão integrada de <i>facilities</i>	Mudança de regime tributário em razão do faturamento gerado pelo Contrato.	Contratada
	Reoneração da folha de pagamentos de postos de trabalho (Lei 14.973/2024)	Administração
	Impactos da Reforma Tributária (EC 132/2023) em caso de aumento da carga tributária.	Administração





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

Arquitetura, Manutenção e Engenharia	Atrasos na execução de projetos e obras: Cronogramas não cumpridos por fatores internos ou externos.	Contratada
	Qualidade inferior dos materiais e serviços: Não conformidade com as especificações técnicas.	Contratada
	Falhas estruturais ou de projeto: Erros de concepção ou execução com impacto na segurança e funcionalidade.	Contratada
	Variação de custos dos materiais e mão de obra: Aumento imprevisto nos preços.	Administração
	Dificuldade na obtenção de licenças e aprovações: Entraves burocráticos que atrasam os serviços/ intervenções. (IPHAN)	Administração
	Interrupção de serviços essenciais durante a manutenção: Impacto nas atividades do STF.	Contratada
	Danos ao patrimônio do STF durante as intervenções: Necessidade de reparos adicionais.	Contratada
	Obsolescência tecnológica dos sistemas: Necessidade de atualizações não previstas.	Administração
	Não cumprimento de normas técnicas e de segurança do trabalho: Acidentes e penalidades.	Contratada
	Falhas, omissões, imprecisões, desconformidades ou insuficiências em projeto básico ou executivo elaborados pela contratada.	Contratada
	Falhas, omissões, imprecisões, desconformidades ou insuficiências em projetos de engenharia elaborados pela Administração Pública em quaisquer regimes de execução.	Administração
	Mau funcionamento de elevadores e escadas rolantes: Dificuldade de acesso e mobilidade.	Contratada
	Problemas com arquivos deslizantes e mapotecas: Dificuldade na organização e acesso a documentos.	Contratada





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

	Falhas em equipamentos médico-hospitalares e odontológicos: Impacto na saúde dos usuários.	Contratada
Apoio Técnico-Administrativo	Problemas de infraestrutura nos locais dos eventos: Falta de energia, som, iluminação inadequados.	Administração
	Atrasos ou cancelamentos de fornecedores: Impacto na logística e execução dos eventos.	Contratada
	Número de participantes diferente do previsto: Desperdício de recursos ou falta de estrutura.	Administração
	Problemas de segurança durante os eventos: Incidentes com participantes ou patrimônio.	Administração
	Insatisfação dos participantes com a organização e serviços: Imagem institucional prejudicada.	Contratada
	Condições climáticas adversas: Impacto em eventos ao ar livre.	Administração
	Falhas na comunicação e divulgação dos eventos: Baixa adesão ou informações incorretas.	Administração
Apoio Operacional Especializado	Interrupção ou falha nos sistemas de telefonia, impressão e comunicação de dados: Impacto nas atividades administrativas e judiciais	Contratada
	Problemas com o link de internet: Lentidão, instabilidade ou indisponibilidade do serviço.	Contratada
Limpeza, conservação e controle ambiental	Qualidade insatisfatória dos serviços de limpeza e jardinagem: Ambiente inadequado para o trabalho e circulação.	Contratada
	Utilização de produtos inadequados que danificam o patrimônio: Custos adicionais de reparo.	Contratada
	Atrasos ou falhas na coleta de resíduos: Problemas de higiene e saúde pública.	Contratada
	Ineficácia dos serviços de dedetização e controle de pragas: Insalubridade nos ambientes.	Contratada





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

	Problemas com a lavanderia hospitalar: Falta de roupas limpas para o serviço de saúde.	Contratada
	Acidentes de trabalho com os profissionais de limpeza e conservação: Custos com afastamento e indenizações.	Contratada
Segurança Patrimonial	Falhas na vigilância e controle de acesso: Vulnerabilidade a furtos, roubos e invasões.	Contratada
	Ineficácia dos bombeiros civis em emergências: Riscos à vida e ao patrimônio.	Contratada
	Mau funcionamento de equipamentos de combate a incêndio: Incapacidade de controlar sinistros.	Contratada
	Falhas nos sistemas de segurança eletrônica (CFTV, controle de acesso): Vulnerabilidade do patrimônio e da segurança.	Contratada
	Problemas com o chaveiro: Dificuldade de acesso a áreas restritas ou perda de chaves.	Administração
Logística	Atrasos ou problemas na manutenção e higienização de veículos: Indisponibilidade da frota.	Contratada
	Problemas com o abastecimento de veículos: Interrupção das atividades de transporte.	Contratada
	Mau gerenciamento do almoxarifado: Falta de materiais e insumos essenciais.	Contratada
	Atrasos ou problemas na movimentação de bens: Dificuldade na organização e logística interna.	Contratada

CONCLUSÃO

A elaboração da matriz de alocação de riscos para a contratação de serviços de gestão de *facilities* representa um avanço significativo na governança contratual da Administração Pública. Ao identificar, classificar e distribuir de forma criteriosa os riscos entre as partes envolvidas, o documento promove maior previsibilidade, segurança jurídica e eficiência na execução contratual.

A metodologia adotada, estruturada em três fases — mapeamento, validação e alocação — permitiu não apenas o levantamento detalhado dos riscos, mas também o engajamento das unidades envolvidas, fortalecendo a cultura de gestão de riscos no âmbito institucional. A matriz proposta reflete o compromisso com a boa administração dos recursos públicos, ao assegurar que os riscos sejam assumidos por quem detém maior capacidade de gerenciá-los, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.






**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA**

Importante destacar que a tabela apresentada neste documento constitui uma sugestão de alocação de riscos, devendo ser analisada e eventualmente ajustada conforme as especificidades da contratação e as condições pactuadas entre as partes.

Espera-se que esta matriz sirva como instrumento de apoio contínuo à tomada de decisões, contribuindo para a mitigação de falhas, a redução de litígios e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Sua aplicação prática deverá ser acompanhada de monitoramento constante e revisões periódicas, garantindo sua aderência à realidade operacional e às mudanças no ambiente institucional.

 Assinado digitalmente por:
VILMAR SCHWAMBACH
***.001.429-**
assinado digitalmente 05/11/2025 10:53:52
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.


Vilmar Schwambach

Secretário do
Planejamento e
Obras

 Assinado digitalmente por:
MAICON KNAUL
***.754.209-**
assinado digitalmente 05/11/2025 08:38:18
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Maicon Knaul

Assessor Planejamento e
Obras – Gestor do
Contrato

 Assinado eletronicamente por:
AGUINALDO ONORIO
***.512.939-**
assinado eletronicamente 05/11/2025 08:42:49
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Aguinaldo Onorio

Engenheiro Civil – Fiscal
do Contrato
CREA/SC 192017-7

